



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

VIRNA LUMARA SOUZA LIMA

**A VIDA CIDADINA E A EDUCAÇÃO NO ACRE DEPARTAMENTAL RELATADAS  
NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DO ACRE (1910-1920)**



RIO BRANCO  
2018

VIRNA LUMARA SOUZA LIMA

**A VIDA CIDADINA E A EDUCAÇÃO NO ACRE DEPARTAMENTAL RELATADAS  
NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DO ACRE (1910-1920)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Acre, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação.

**Linha de pesquisa:** Políticas e Gestão Educacional.

**Orientadora:** Profª. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas.

RIO BRANCO  
2018

## FICHA CATALOGRÁFICA

BANCA EXAMINADORA

**A VIDA CIDADINA E A EDUCAÇÃO NO ACRE DEPARTAMENTAL RELATADAS  
NAS PÁGINAS DO JORNAL FOLHA DO ACRE (1910-1920)**

---

Profª. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas  
Universidade Federal do Acre (Ufac)  
Presidente / Orientadora

---

Prof. Dr. Josemir Almeida Barros  
Universidade Federal de Rondônia (Unir)  
Examinador Externo

---

Profª. Dra. Aline Andrea Nicolli  
Universidade Federal do Acre (Ufac)  
Examinadora Interna

Aprovada em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

*Dedico este trabalho a todos os que se  
sentem compromissados com a  
“reconstrução” da história acriana.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ser a força motriz que nos impulsiona e nos fortalece a cada passo dado, mesmo quando as circunstâncias não se mostram favoráveis.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação/Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Acre, pela oportunidade de pensar a educação e a política brasileira de uma maneira mais crítica. Que suas vozes jamais sejam caladas.

Aos colegas da turma, por dividirem suas angústias, alegrias e experiências, mostrando que as diferenças, quando bem aproveitadas e respeitadas, são capazes de unir e enriquecer quaisquer relações sociais. Desejo muito sucesso a todos.

Ao Prof. Dr. Josemir Almeida Barros, por sua disponibilidade, gentileza e contribuição na etapa final desta pesquisa.

À Profa. Vera Lúcia Gaspar da Silva, por sua importante contribuição no processo de qualificação, possibilitando uma análise mais aprofundada e enriquecimento teórico.

À Profa. Dra. Aline Andrea Nicolli, pelas observações extremamente contundentes e didáticas, que foram de suma importância para o aperfeiçoamento do texto e organização de ideias.

À Profa. Dra. Andréa Maria Lopes Dantas, pela orientação no decorrer da pesquisa, pelo carinho e pelo incentivo em todas as nossas conversas. Considero-me uma pessoa privilegiada por ter sido sua orientanda e, com isso, ter aprendido a apreciar a riqueza ainda inexplorada dos jornais acrianos.

Aos meus irmãos, Cairo e William, pelo companheirismo, pelo carinho e pelas risadas que estão sempre presentes em nossos encontros.

Aos meus pais, Josilda e Vanderlei, por terem me ensinado, desde muito pequena, o valor da honestidade e da humildade em todos os aspectos da vida. Devo ainda à minha mãe a força e a coragem que possuo para realizar meus sonhos e objetivos, independente dos desafios. E, ao meu pai, devo ainda o gosto pela leitura e pela escrita, pelas palavras cruzadas e pela visão crítica da vida.

Ao meu esposo e colega de mestrado, Paulo Victor, por ser a pessoa que me impulsiona em todos os aspectos da vida. Obrigada por ser o companheiro de todas as horas e pela paciência nos dias mais difíceis.

*(...) palavra puxa palavra, uma ideia traz outra, e assim se faz um livro, um governo, ou uma revolução.*

**Machado de Assis**

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo identificar a organização da vida cidadina e a representação da educação na sociedade acriana a partir da análise das publicações do jornal *Folha do Acre*, no período de 1910 a 1920. O jornal surge no contexto acriano concomitantemente com a organização das primeiras cidades, apresentando-se como um grande mediador da vida urbana. Nota-se que a formação da imprensa acriana se confunde com a própria formação da sociedade do recém-criado Território Federal do Acre. No período destinado à pesquisa, o periódico *Folha do Acre* disputava espaço nesse cenário, trazendo não apenas os principais serviços urbanos e as notícias das cidades e de seus arredores, mas sua própria representação da sociedade acriana, observada sob a ótica do *Partido Constructor Acreano*. Tendo como principal bandeira a autonomia político-administrativa do Território, seu ideário se traduz em todos os aspectos da vida cidadina, inclusive na própria educação oferecida à época. A *instrução pública* era frequentemente trazida à discussão não apenas como elemento fundamental na estruturação das sociedades acrianas – ainda em sua fase inicial – mas, seguindo a própria tendência do país, era encarada como um fator preponderante para sua modernização. Dessa forma, no periódico, é frequente o enaltecimento da educação, enquanto serviço patriótico, como também as denúncias de esquecimento do poder público para com o setor. Assentada numa abordagem documental, a pesquisa se insere no âmbito qualitativo, utilizando como fonte privilegiada de pesquisa o jornal *Folha do Acre* e, nos momentos oportunos, outros jornais acrianos publicados no mesmo período. Agregam-se a esses materiais os estudos realizados por CHARTIER (1991); CAPELATO (1988); SOUZA (2002); COSTA (1973); MARTINS e LUCA (2006), que serviram de referência para a investigação e interpretação dos materiais selecionados na pesquisa empírica. Durante o processo de análise dos materiais de pesquisa, foi possível constatar que, no processo de construção das cidades acrianas, os jornais, em especial o *Folha do Acre*, não apenas relatavam e descreviam seus desenvolvimentos e atividades, mas participavam ativamente do cotidiano social, chegando até mesmo a influenciar e movimentar o cenário político e administrativo do Território. Tendo em vista a fase embrionária em que se encontravam as cidades acrianas, o jornal era um dos únicos meios de comunicação, e isso foi de fundamental importância para destacar o seu papel na formação da mentalidade e seu caráter mobilizador dentro de uma sociedade ainda em formação. No âmbito educacional, foi possível identificar o uso da temática como uma das principais bandeiras para a defesa e fundamentação do Movimento Autonomista.

**Palavras-chave:** Jornal; Educação acriana; História da educação.



## ABSTRACT

This research aims to identify the organization of city life and the representation of education in Acriana society from the analysis of the publications of the newspaper *Folha do Acre*, from 1910 to 1920. The newspaper arises in the context of the acriano concomitantly with the organization of the first cities, presenting itself as a great mediator of urban life. It is noted that the formation of the acriana press is confused with the very formation of the society of the newly created Território Federal do Acre. During the research period, the newspaper *Folha do Acre* disputed space in this scenario, bringing not only the main urban services and the news of the cities and their surroundings, but its own representation of the acriana society, observed from the perspective of the *Partido Constructor Acreano*. Having as main flag the political-administrative autonomy of the Territory, its ideology translates in all the aspects of the city life, including in the own education offered at the time. *Instrução pública* was often brought to the discussion not only as a fundamental element in the structuring of the acrianas societies - still in its initial phase - but, following the country's own tendency, was seen as a preponderant factor for its modernization. Thus, in the periodical, it is frequent the praise of education, as a patriotic service, as well as denunciations of forgetfulness of the public power towards the sector. Based on a documentary approach, the research is inserted in the qualitative scope, using the newspaper *Folha do Acre* as the preferred source of research and, at appropriate times, other acrianos newspapers published in the same period. The studies carried out by CHARTIER (1991) are added to these materials; CAPELATO (1988); SOUZA (2002); COSTA (1973); MARTINS and LUCA (2006), who served as reference for the investigation and interpretation of the selected materials in the empirical research. During the process of analyzing the research materials, it was possible to verify that, in the process of building the acrians cities, newspapers, especially the *Folha do Acre*, not only reported and described their developments and activities, but actively participated in the daily social, even to influence and to move the political and administrative scenery of the Territory. In view of the embryonic phase of the acrianas cities, the newspaper was one of the only means of communication, and this was of fundamental importance to highlight its role in the formation of mentality and its mobilizing character within a society still in formation. In the educational context, it was possible to identify the use of the theme as one of the main flags for the defense and foundation of the Movimento Autonomista.

**Keywords:** Journal; Education acriana; History of education.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Balsa transportando borracha pelo rio Acre em pleno auge do Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia, sob os cuidados dos famosos “soldados da borracha” .....28
- Figura 2** - Multidão de homens que chegava na região de Puerto Alonso, acreditando nas promessas de enriquecimento e melhoria de vida. ....32
- Figura 3** - Construção do novo Palácio do Governo, com sede na cidade de Pennápolis, Departamento do Alto Acre, 1907 .....36
- Figura 4** - Prédio onde originalmente funcionou o Grupo Escolar 7 de Setembro. No local funciona atualmente o Palácio das Secretarias do Estado do Acre .....40
- Figura 5** - Curiosos conhecendo o funcionamento da prensa móvel de Johann Gutenberg, em Düsseldorf, na Alemanha, 1947 .....49
- Figura 6** - Manchete inaugural do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado em setembro de 1808: O marco inaugural da imprensa no Brasil .....54
- Figura 7** - Edição nº. 1 do jornal *A Alvorada* "Periodico - Litterario e Noticioso". Villa Seabra, 14 de julho de 1913.....60
- Figura 8** - Cabeçalhos identificando o local de destino de algumas edições do jornal *Folha do Acre*.....79
- Figura 9** - Espaço destinado aos anúncios publicitários na mesma edição do jornal (*Folha do Acre*, ano nº 2, edição nº. 78, 1912).....80
- Figura 10** - Breve nota publicada sobre o aniversário do prefeito Leonidas Benicio de Mello, cuja gestão sofreu muitas críticas do jornal (*Folha do Acre*, ano nº. 1, edição nº. 10, 1910) ..82
- Figura 11** - Homenagem de página inteira, ao aniversário do prefeito Deocleciano Coêlho de Souza, cuja atuação foi elogiada e prestigiada pelo jornal (*Folha do Acre*, ano nº. 2, edição nº. 65, 1912).....83
- Figura 12** - À esquerda vê-se a coluna “Anúncios” (*Folha do Acre*, ano nº. 10, edição nº. 329, 1920), e à direita vê-se a primeira página da edição nº. 219, de 1918 (a fotografia na página é uma homenagem ao ex-prefeito Deocleciano Coêlho de Souza).....86
- Figura 13** - Cabeçalho de coluna com notícias de outros estados e países (*Folha do Acre*, ano nº. 2, edição nº. 77, 1912) .....88

<b>Figura 14</b> - Considerações sobre a estrutura urbana das duas margens do rio Acre ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 10, edição nº. 334, 1920) .....	<b>92</b>
<b>Figura 15</b> - Nota informando o período de matrícula para a Escola Floriano Peixoto. Há também a reprodução dos artigos do <i>Regimento da Instrução Primária</i> referente à admissão dos alunos ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 2, edição nº. 24, 1911) .....	<b>103</b>
<b>Figura 16</b> - Concessão de licença para uma professora na coluna “Escolares” ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 2, edição nº. 39, 1911) .....	<b>105</b>
<b>Figura 17</b> - Publicação da Lei 12 de 1913, que cria uma escola no 2º Distrito da Cidade ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 3, edição nº. 126, 1913) .....	<b>108</b>
<b>Figura 18</b> - Tabela de vencimento retirada do Regulamento da Instrução Primária, de 1908 ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 1, edição nº. 45, 1911) .....	<b>109</b>
<b>Figura 19</b> - Tabela de vencimento retirada da Lei nº 8 de 1914, que fixa as despesas do Município de Xapury para o exercício de 1915 ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 5, edição nº. 174, 1914) .....	<b>109</b>
<b>Figura 20</b> - Loja maçônica "Igualdade Acreana" pedindo auxílio para a construção de um templo que seria utilizado para o funcionamento da escola Lauro Sodré, situada em Rio Branco ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 5, edição nº. 176, 1914) .....	<b>111</b>
<b>Figura 21</b> - Loja maçônica "Fraternidade Acreana", situada em Cruzeiro do Sul, recebe premiação por suas ações contra o analfabetismo no Departamento do Alto Juruá ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 8, edição nº. 253, 1917) .....	<b>112</b>
<b>Figura 22</b> - Reunião para tratar de assuntos referentes à associação Liga Antimaryense Contra o Analfabetismo e à reabertura da escola noturna ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 10, edição nº. 329, 1919) .....	<b>113</b>
<b>Figura 23</b> - Anúncio do período de matrículas para o Grupo Escolar 24 de Janeiro ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 10, edição nº. 305, 1919) .....	<b>114</b>
<b>Figura 24</b> - Encerramento do ano letivo do Grupo Escolar 24 de Janeiro ( <i>Folha do Acre</i> , ano nº. 10, edição nº. 336, 1919) .....	<b>115</b>

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** - Visão Geral dos jornais do Acre no período 1910-1920, no que se refere ao local de edição ..... **68**
- Quadro 2** - Visão Geral dos jornais do Acre no período 1910-1920, no que se refere à sua periodização e seus editores responsáveis ..... **70**
- Quadro 3** - Visão geral dos jornais do Acre no período 1910-1920 quanto à sua caracterização ..... **73**

## LISTA DE SIGLAS

<b>CEPED</b>	Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil
<b>EDUFAC</b>	Editores da Universidade Federal do Acre
<b>EDUSP</b>	Editores da Universidade de São Paulo
<b>FBN</b>	Fundação Biblioteca Nacional
<b>FEUSP</b>	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
<b>IFES</b>	Instituições Federais de Ensino Superior
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>SEE</b>	Secretaria de Educação e Cultura
<b>SEMA</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
<b>PET</b>	Programa em Educação Tutorial
<b>PIBIC</b>	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
<b>PIVIC</b>	Programa Voluntário em Iniciação Científica
<b>RBG</b>	Revista Brasileira de Geografia
<b>UFAC</b>	Universidade Federal do Acre
<b>UFSC</b>	Universidade Federal de Santa Catarina
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>25</b>
<b>CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL DAS PRIMEIRAS CIDADES DO ACRE .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1. Percurso anterior a 1910: O Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia e a origem das cidades do Acre .....</b>	<b>26</b>
<b>1.2. Organização administrativa entre os anos de 1910 e 1920: As características das primeiras cidades e a unificação dos Departamentos do Território Federal do Acre .....</b>	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>45</b>
<b>A IMPRENSA E A VIDA CIDADINA DO ACRE TERRITÓRIO .....</b>	<b>45</b>
<b>2.1. A escrita, a imprensa e a análise do impresso.....</b>	<b>46</b>
<b>2.2. A imprensa escrita e a sua atuação no contexto das primeiras cidades acrianas .....</b>	<b>54</b>
<b>2.3. As principais características dos jornais acrianos a partir de 1910.....</b>	<b>61</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>75</b>
<b>A VIDA CIDADINA E A EDUCAÇÃO A PARTIR DO JORNAL FOLHA DO ACRE</b>	<b>75</b>
<b>3.1. A vida cidadina e o jornal <i>Folha do Acre</i> .....</b>	<b>76</b>
<b>3.2. A educação acriana segundo as páginas do jornal <i>Folha do Acre</i> (1910-1920).....</b>	<b>94</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>126</b>

## INTRODUÇÃO

Estudar a história não é um processo linear, na qual se juntam dados e documentos a fim de provar a veracidade de fatos. Estudar a história é um processo de reconstrução, uma vez que documentos e dados precisam da análise, do olhar e das perguntas certas do pesquisador para que façam sentido em um contexto de produção. Em decorrência desse caráter qualitativo de pesquisa, é necessário ter em mente que o passado, ao ser analisado, é sempre reconstruído, fato que resulta, muitas vezes, na desconstrução de certos discursos que se colocam dentre os mais aceitos. É a partir dessa perspectiva que o presente estudo se propõe a revisitar a historiografia acriana, utilizando a imprensa veiculada no Acre, durante o período em que o Estado se encontrava sob a condição de Território Federal do Brasil, como fonte principal de investigação.

Pesquisar a história do Acre, em especial a vida cidadina e a educação a partir de jornais acrianos, é uma forma de realizar um desejo muito antigo de conhecê-la de uma forma mais disciplinada e sistemática. Esse desejo, que agora se traduz nesse estudo, começou bem antes da graduação, e não poderia ter sido realizado em um contexto mais propício, durante este Mestrado Acadêmico em Educação. Isso porque minha formação no Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa<sup>1</sup> atrelada à experiência obtida por meio da participação em programas como o Programa de Educação Tutorial (PET)<sup>2</sup> e o Programa Voluntário em Iniciação Científica (PIVIC)<sup>3</sup> foi de grande valia para um amadurecimento de olhar e de comportamento a respeito da pesquisa científica. A oportunidade de pesquisar e refletir a respeito da educação acriana durante esse período foi de suma importância para a realização deste trabalho.

Além do desejo pessoal de estudar a história do Acre, a disciplina do Mestrado em Educação intitulada *História da Educação na Amazônia*, ministrada pela Profa. Andréa Maria Lopes Dantas foi de fundamental importância para a delimitação do tema a ser abordado e da principal fonte para a realização desta pesquisa: Os jornais acrianos. Ao manusear os jornais, foi possível perceber a gama de informações sobre a sociedade acriana em diversos períodos, o que possibilita inúmeros caminhos de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Graduação realizada na Universidade Federal do Acre (UFAC).

<sup>2</sup> Segundo o Ministério da Educação (MEC), o PET é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial.

<sup>3</sup> O PIVIC é voltado para os mesmos objetivos que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), dentre os quais se busca inserir os estudantes de graduação do ensino superior no contexto de desenvolvimento da pesquisa científica, com a diferença de que na modalidade em questão não há a disponibilização de bolsa.

Dessa forma, o interesse pessoal em pesquisar sobre a historiografia acriana somado à aproximação com esse material e as orientações foram encaminhando, naturalmente, a presente pesquisa para um debate em torno da organização social e educacional do Acre, durante o período Departamental – momento de intensa movimentação econômica e política no então Território Federal, possibilitando um processo de urbanização mais intenso nas primeiras cidades. Nesse momento, os jornais foram escolhidos como fontes primordiais para o estudo.

A utilização do jornal como fonte histórica para a pesquisa científica, atualmente, implica observá-lo não apenas como um compilado de acontecimentos do passado, mas como um objeto de intervenção social de determinado grupo, em uma determinada época. Ele é, portanto, um sujeito social, que como sugerem Vieira e Peixoto (1988, p. 155), “interfere no rumo dos acontecimentos, que sugere e condiciona atitudes, ou seja, o jornal é um formador de opinião”. De acordo com as autoras, o jornal lida com os fatos do cotidiano, selecionando-os, ordenando-os e devolvendo-os à população, segundo a sua maneira de pensar a sociedade e de intervir nela.

O conteúdo das publicações e a estrutura dos jornais acrianos dessa época remontam a um contexto da história em que a imprensa tinha um papel de extrema visibilidade na organização da cidade como um todo, uma vez que muitos periódicos funcionavam como Diário Oficial do governo vigente, mesmo quando eles não se intitulavam como tal. Inclusive, no que se refere à educação, na fala de Dantas (2004), o jornal possuía um importante papel na organização dos serviços da educação no Território do Acre, constituindo-se em um orientador dos procedimentos administrativos adotados pelo governo.

Entende-se, portanto, que o jornal ocupou um papel de destaque ao contribuir para a organização e estruturação da vida na cidade. Essa contribuição é perceptível nos mais diversos segmentos que envolvem as questões sociais de uma cidade, tais como saúde, educação, economia, entre outros. Para o recorte da pesquisa, no entanto, optou-se por destacar a educação, que, por circunstâncias históricas e políticas do país, era apontada como uma das principais apostas para a construção de uma sociedade. Esse pensamento se desenhava no âmbito nacional, no fim do século XIX e início do século XX, tendo em vista o projeto de modernização que o Brasil vivenciava.

A partir da compreensão do papel da imprensa e de sua importância para a organização da vida em sociedade, o contato com os jornais acrianos possibilitou também uma delimitação quanto à fonte principal: o Jornal *Folha do Acre*, devido ao seu período de circulação, que coincidia com a delimitação de tempo da pesquisa, e de sua abrangência entre



os Departamentos do Território. A partir desse novo recorte, foi possível definir a questão norteadora que passou a orientar a pesquisa: De que maneira esse jornal representou a vida cidadina acriana e a organização da educação, no período entre os anos de 1910 e 1920?

Esse novo recorte possibilitou também a construção do objetivo principal da pesquisa. Sendo assim, em diálogo com a questão norteadora, o presente estudo propõe uma análise sobre a maneira com que a organização das primeiras cidades e, em particular, a estrutura educacional são percebidas e difundidas, no período supracitado, a partir do jornal *Folha do Acre*.

Diante dessa definição, parte-se da ideia de que “o jornal funda os conhecimentos e produz as normas da convivência social” ao agir sobre a competência do leitor (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 24). O olhar dessa pesquisa ao periódico, portanto, é o de que não se pode encará-lo apenas como um tipo de expressão da realidade de determinada época ou sociedade, mas como uma força ativa que possui forte influência sobre a realidade social, modelando opiniões e formas de agir, definindo papéis sociais a partir da ideia comum que a chancelou como “transmissora da verdade”. A percepção de realidade e a difusão de ideias pelo jornal não são vistos, nesse estudo, como atos despreziosos.

Dessa maneira, buscou-se observar a forma com a qual o jornal em questão agiu no cotidiano da sociedade do período, a partir da divulgação de suas ideias, de suas críticas ou elogios, do oferecimento de seus serviços, além de suas seções interativas, com fins didáticos e frutivos.

Para responder o questionamento inicial desta pesquisa, é necessário ainda levantar algumas questões: Como estava desenhado o contexto histórico, político e educacional do Acre entre os anos 1910 e 1920? De que maneira a imprensa era relevante na vida social para o contexto da época? Quais são as principais características que identificam os jornais acrianos que circulavam no período e, em específico, o jornal *Folha do Acre*? De que forma a sociedade e a educação acriana eram representadas a partir desse jornal?

Dessa forma, para analisar a representação da vida cidadina acriana e da educação, a partir do Jornal *Folha do Acre*, foi necessário ainda delimitar objetivos mais específicos: discutir o contexto histórico, político e educacional do Acre no período departamental, em específico os anos entre 1910 a 1920; destacar o papel da imprensa e a sua relevância nesse período, evidenciando o aspecto educativo do jornal perante a sociedade acriana; caracterizar o jornal supracitado, enfatizando seu conteúdo e estrutura; analisar a maneira com que a educação é representada em suas publicações e, por fim, refletir sobre o seu papel nesse cenário e sua relevância nas questões sociais e educacionais.

Vale a pena destacar que diversas pesquisas já se dedicaram à análise da relevância de jornais impressos para os estudos historiográficos, buscando sempre ressaltar o papel ativo do jornal e dos textos escritos na construção da sociedade. Entretanto, durante muito tempo a pesquisa histórica por meio dos jornais foi vista com certa desconfiança. No Brasil, até 1970, de acordo com Luca (2008), ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes para o conhecimento acerca da história do Brasil. A imparcialidade e o aspecto tendencioso dos jornais brasileiros colocavam a imprensa sob suspeição.

Uma mudança de perspectiva metodológica, no entanto, trouxe uma nova abordagem aos estudos que tinham como foco a historiografia a partir dos jornais. Capelato e Prado (1980) afirmaram, em seu estudo sobre o jornal *O Estado de São Paulo*, que o Brasil ainda dava pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análise com o apoio de outros tipos de documentação. A nova abordagem proposta pelas autoras, nesse estudo, consistia em utilizar o jornal como fonte única de análise crítica. Para isso, elas consideraram o periódico como um instrumento de manipulação e como um mecanismo de intervenção na vida social, e descartaram assim, as perspectivas que o tomavam como um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos.

E é nesse formato, concebendo o jornal como um instrumento a serviço de uma classe e como uma ferramenta de intervenção na sociedade, a partir da abordagem metodológica das autoras, que a presente pesquisa se propõe a analisar a imprensa acriana. Obviamente, para esse tipo de análise, é preciso considerar aspectos que vão além das páginas jornalísticas propriamente ditas, uma vez que a imprensa ocupava – e ainda ocupa – uma posição privilegiada perante a sociedade. Durante muito tempo na história do Brasil e, mais especificamente, na história do Acre, a imprensa era a principal ferramenta de acesso à informação. E essa exclusividade foi fundamental para conferir-lhe poder.

Partindo dessa perspectiva, os estudos de Capelato (1988), Capelato e Prado (1980) e Martins e Luca (2006) foram fundamentais para a análise do jornal, pois contribuiu para a adoção de uma metodologia baseada em uma leitura mais crítica, encarando o periódico com um poderoso mecanismo de intervenção na vida social. Além disso, os estudos das autoras foram de suma importância para a contextualização de momentos históricos da imprensa escrita no Brasil.

Nesse contexto, foram utilizados também os postulados de Michel Foucault (2008). A contribuição do filósofo à pesquisa se dá na medida em que se compreende a relação que existe entre o poder e conhecimento e a sua utilização por instituições para promover controle

e intervenção social. Vale destacar que, para o teórico, o poder não se situa apenas em instituições pré-estabelecidas socialmente, mas sim em todas as relações sociais, e das formas mais variadas. No jornal, em particular, não se trata de uma relação que envolva repressão ou punição, mas o poder evidencia-se de uma forma mais sutil, utilizando-se da persuasão, do convencimento por meio do discurso. A partir do autor também se considera a análise dos acontecimentos e dos discursos a partir do seu contexto de produção, buscando, portanto, relacioná-los sempre com o seu tempo, a sua história e o seu espaço para uma melhor compreensão.

Ainda, para efeito das questões que envolvem os estudos historiográficos, destacam-se também os postulados de Roger Chartier (1991). O autor traz importantes reflexões ao discutir a leitura e a escrita como práticas sociais e ao discutir o conceito de representação, evidenciando as formas pelas quais indivíduos e grupos sociais constroem sentidos para os fatos e para a realidade. A representação, portanto, não equivale a um retrato fiel, mas à uma construção social legitimada por determinado grupo ou indivíduos.

A representação de Chartier (1991) está intimamente ligada à abordagem aqui delimitada, justamente por não considerar os discursos como elementos neutros ou isentos. Essa significação social é um processo intencional, de cunho cultural e político, que corresponde aos interesses de uma determinada classe. Os discursos, portanto, possuem intenção e equivalem a interesses específicos.

Além da contribuição teórico-metodológica dos autores citados, foram utilizadas as obras das autoras Rosa Fátima de Souza (1998) e Marta Maria Chagas de Carvalho (2003), que auxiliaram a pesquisa na contextualização histórica, política e educacional do Brasil, entre o fim do século XIX e início do século XX, possibilitando uma análise mais consistente que permitisse situar a educação acriana no contexto nacional.

No que se refere à contextualização histórica, política e educacional do Acre, foram utilizadas também as obras de autores como Carlos Alberto Alves de Souza (2002) e João Craveiro Costa (1973), que proporcionaram dados e informações de extrema relevância, considerando o período anterior à sua anexação ao Brasil e a posterior unificação dos seus Departamentos, ocorrida em 1920. Além disso, é importante ressaltar que dados importantes foram obtidos sobre a educação acriana no período departamental, a partir do estudo publicado pela pesquisadora Giovanna Ginelli (2008).

Para a análise da linguagem jornalística acriana e respectiva cronologia, utilizou-se a obra *O Imaginário Social: Estudo dos Editoriais nos Jornais de Rio Branco – Séc.XX*

(ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007), que apresenta um estudo acerca dos editoriais publicados em jornais cuja edição acontecia na capital acriana.

É necessário enfatizar, porém, que embora a pesquisa historiográfica a partir de fontes como o jornal seja uma tendência crescente nos últimos anos, ainda há diversos cenários e possibilidades não alcançados por esses estudos. No Acre, em especial, há uma carência de pesquisas que utilizem o jornal acriano em sua totalidade para evidenciar os discursos e representações, principalmente no período da história que antecedeu a unificação dos Departamentos.

A pesquisa em educação desse período, principalmente utilizando o jornal como fonte exclusiva, também é pouco explorada se considerarmos as possibilidades que essa fonte apresenta. Dessa forma, por não serem ainda fontes esgotadas, os jornais acrianos se mantêm como campos férteis para diversas opções de análises, tendo em vista a função social que eles exerciam nos anos que imediatamente se seguiram após a anexação da região ao Brasil. Por meio da imprensa, é possível descobrir fatos importantes da história acriana que não eram registrados ou que escapavam dos documentos oficiais.

Na obra de Ginelli (2008), por exemplo, ao destacar as informações a respeito das escolas de Rio Branco no período departamental, a autora informa que são poucos os documentos que se encontram disponíveis para análise. Grande parte dos arquivos foi perdida por falta de cuidado com o seu armazenamento ou devido às recorrentes enchentes que aconteciam periodicamente na capital. De toda forma, o jornal seria a fonte ideal para esse tipo de análise, uma vez que todas as ações da administração, inclusive referentes à educação, eram noticiadas pelos jornais da época. Sua importância como fonte de pesquisa não se finda nas informações que podem ser obtidas a partir do conteúdo ali explícito, mas também no que é dito nas entrelinhas, nos discursos. Estudar o jornal é, portanto, reconstruir a história.

No que se refere ao Acre, ainda há a necessidade de estudos que se proponham a contar a sua história, considerando os aspectos que envolvem a representação social, a reflexão sobre os discursos e o *lugar de fala* das principais personalidades que foram atuantes em seu percurso. Além disso, são escassas também as pesquisas que se dedicam à discussão dos aspectos sociais do período departamental acriano, uma vez que grande parte dos estudos centra-se, principalmente, no período posterior à unificação dos Departamentos. Essa observação faz muito sentido quando se busca análises sobre a educação desse período, mas a carência de pesquisas específicas se destaca, principalmente, quando se surge a necessidade de análises que tenham utilizado o jornal como fonte. De toda forma, ainda são necessárias reflexões sobre esse período da história acriana com mais propriedade.

A justificativa para a escolha do período da pesquisa, que se estende do ano de 1910 a 1920, está relacionada às primeiras iniciativas administrativas oficiais no cenário político e econômico da região, que resultaram em importantes transformações na vida da região em todos os aspectos. Por se tratar de um momento ainda recente em relação à anexação do Território Federal do Acre ao Brasil, é um momento de adaptação e, também, de muita discussão política. Ademais, a pesquisa só irá analisar o ambiente acriano até o ano de 1920, visto que nesse ano houve alterações legais importantes que unificaram o Território – extinguindo os Departamentos – e que definiram a cidade de Rio Branco como capital: É nesse contexto que a pesquisa buscou retratar a maneira com que a imprensa se comportou na sociedade acriana.

Para a realização do presente estudo, foram utilizadas para análise as edições do jornal *Folha do Acre*, disponíveis para leitura na plataforma da Hemeroteca Digital<sup>4</sup>. Importante destacar que, dentre os jornais acrianos que circularam durante o período departamental, o Periódico foi escolhido pelo caráter abrangente de suas publicações, pois mesmo sendo editado na Cidade da Empreza – atual Rio Branco -, localizada na região do Alto Acre, possuía um alcance em toda a região do Território, além de ser um dos poucos jornais que circularam durante todo o período selecionado para análise da pesquisa.

Como fonte de apoio, utilizou-se também a obra *Editoriais dos Jornais de Rio Branco – Séc. XX – Antologia* (2008), de organização da Profa. Olinda Assmar Batista, que reuniu editoriais de jornais editados em Rio Branco, durante o Período Departamental, que não haviam sido encontrados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Define-se aqui a obra como fonte por não haver em seu conteúdo nenhum tipo de análise dos editoriais por parte da autora. Sua utilização foi importante para identificarmos a existência e a periodização de alguns jornais da atual capital acreana.

Destaco ainda que esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, situando-se no campo das Ciências Sociais, cuja dinâmica está fundamentada na compreensão das relações sociais. Partindo da classificação de Gil (2007), é possível caracterizar o trabalho como uma pesquisa documental, uma vez que se vale de materiais que não receberam um tratamento analítico, como é o caso do jornal.

A partir disso, o primeiro passo para o desenvolvimento da pesquisa foi a revisão da literatura. Nesse momento, buscou-se reunir o que havia sido escrito e publicado até então sobre a temática, buscando sempre afunilar os resultados e trazendo para o contexto acriano.

---

<sup>4</sup> Portal de periódicos nacionais que proporciona consulta pela internet de seu acervo, oferecido pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN), disponível por meio do link: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

O próximo passo foi o levantamento bibliográfico. Buscou-se, nesse momento, autores que tivessem estudos voltados para a pesquisa documental, tendo como foco a análise das relações sociais e a educação a partir de estudos que utilizassem como fonte o jornal impresso. Esse procedimento permitiu a obtenção do aporte para a fundamentação teórica, subsídios metodológicos para a pesquisa, informações acerca dos estudos mais recentes, bem como a percepção de questões sobre a temática, cujos conteúdos ainda precisavam ser cobertos por esse campo de pesquisa. Além disso, essa primeira etapa permitiu que fossem reunidas informações que possibilitassem a contextualização histórica dos principais acontecimentos, da vida cidadina e da educação nas cidades acrianas. Foi possível, a partir disso, a construção de uma trajetória da história acriana, focando na estruturação urbana.

Isto posto, a pesquisa se voltou para a coleta de dados. Inicialmente, foi realizado um levantamento acerca das principais características da imprensa no período em questão. Dessa maneira, foi possível construir tabelas comparativas expondo informações pertinentes sobre os jornais observados, na intenção de demonstrar as principais tendências da imprensa acriana da época.

Feito isso, analisou-se o jornal *Folha do Acre*, desde a sua edição nº. 1, publicada no dia 14 de agosto de 1910, até a edição nº. 340, publicada no dia 30 de dezembro de 1920. Vale mencionar que o jornal foi mantido em circulação até o ano de 1946, entretanto, a opção pelo ano limite de 1920 foi feita em decorrência da unificação dos Departamentos, como já explicitado anteriormente. Para além disso, a escolha por esse período de transição também foi feita para que a pesquisa pudesse compreender a posição do jornal diante de toda essa movimentação política.

Vale mencionar que, durante a análise inicial, verificou-se que havia algumas edições que não se encontravam no acervo<sup>5</sup>. Além disso, foi possível perceber que nos anos de 1916 e 1919 não foram identificadas publicações disponíveis. Tendo em vista as sequências anteriores e posteriores, supõe-se que não houve atividade do jornal nesses períodos. Dessa forma, o *corpus* desta pesquisa é constituído pelas 239 edições disponíveis na plataforma.

Ao adentrar efetivamente na análise do jornal, foram destacadas as publicações que indicavam a sua relação de influência ou interferência nas principais ações cotidianas e educacionais. Inicialmente, a discussão centrou-se nas características do jornal, destacando todo o envolvimento que o jornal possuía com as questões políticas da época, ressaltando a

---

<sup>5</sup> Não estavam disponíveis na plataforma as seguintes edições: 03, 05, 09, 11, 30, 56, 101, 105, 110, 132 a 138, 104 a 144, 146 a 149, 153, 155, 163 a 165, 168 e 169, 171 e 172, 178, 181, 184 a 189, 196, 204 a 206, 208, 213, 215, 218, 220 a 222, 243 a 249, 251, 254 a 293.

condução dessas temáticas no cotidiano do acriano que buscava o suporte devido aos serviços que deviam ser prestados pelos governos.

Após analisar sua posição a respeito das relações políticas, sociais e econômicas naquele contexto da história acriana, destacando seu envolvimento na rotina da cidade, a pesquisa passa a aprofundar a discussão em relação ao discurso que o jornal apresenta sobre a educação da região – surge o momento mais propício para a discussão a respeito de sua perspectiva para a educação daquela época e os efeitos de seu discurso perante a sociedade.

A estrutura deste estudo é dividida, inicialmente, por esta Introdução e por três capítulos com subdivisões que buscam apresentar de forma sistemática e didática a contextualização histórica e política acriana durante o período, as principais características dos jornais acrianos da época, a perspectiva do Jornal *Folha do Acre* e sua participação na estruturação da cidade e na organização da educação acriana. Por fim, temos ainda as Considerações Finais, retomando e reunindo as compreensões obtidas em decorrência da pesquisa.

No primeiro capítulo, o foco da pesquisa é a contextualização histórica, política e educacional do Acre, no período Departamental. Nesse momento, buscou-se trazer à discussão os principais acontecimentos, durante o Primeiro Surto (ou Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia), que culminaram com um relevante número de brasileiros migrando para a região acriana, até então de propriedade da Bolívia. O intuito desse primeiro capítulo é o de indicar a importância desse acontecimento para a formação das primeiras cidades acrianas. Na sequência, buscou-se discorrer acerca da anexação das terras acrianas ao Brasil, evidenciando as principais transformações políticas e econômicas que refletiram na própria organização social e na urbanização da região.

O segundo capítulo é dedicado à reflexão acerca da imprensa escrita e sua relação com a vida na cidade, além das principais peculiaridades dos jornais acrianos. Em um primeiro momento, buscou-se traçar o caminho percorrido do texto escrito, perpassando pela história em seus períodos mais remotos para, finalmente, chegar aos impressos, ressaltando suas principais transformações durante a história da humanidade. Vale considerar ainda, a perspectiva de alguns autores sobre a pesquisa historiográfica por meio dos jornais – além da contribuição teórica e metodológica que fundamentou esta pesquisa.

Dando prosseguimento ao foco estabelecido nos impressos, ainda no segundo capítulo, a análise afinou ainda mais a dimensão da pesquisa, trazendo à reflexão os periódicos que circularam no Acre no período Departamental. Por meio de uma observação na

estrutura de alguns jornais da época, foram destacadas características que possibilitaram algumas inferências acerca da sua relação e importância para a sociedade acriana da época.

No terceiro e último capítulo, todo o foco repousa sobre as edições do Jornal *Folha do Acre* e sua relação com o cotidiano citadino e educacional, entre os anos de 1910 e 1920. Em um primeiro momento, destacamos com mais especificidade e detalhamento as características singulares do jornal: De maneira mais profunda, buscou-se também evidenciar a posição social de seus dirigentes, focando, principalmente, nos ideais defendidos pelo partido político do qual o jornal torna-se órgão de imprensa.

Feito isso, a pesquisa buscou evidenciar a função social do jornal ao disponibilizar diversos atrativos para a sociedade, que iam desde folhetins, notas sociais e textos de cunho frutivos a serviços como avisos, publicidades e informativos comerciais. Buscou-se demonstrar a influência que o jornal, principal ferramenta de comunicação da época, mantinha no cotidiano dos acrianos.

Em um terceiro momento do capítulo, toda a atenção voltou-se para as questões educacionais. Foram extraídas as informações mais relevantes do jornal a respeito da temática, sendo considerados desde textos opinativos, como os editoriais, até notícias e notas oficiais sobre alterações estruturais que envolviam o universo escolar.

Por último, as Considerações Finais retomam alguns pontos importantes da discussão, além de suscitarem reflexões sobre as principais conclusões obtidas no decorrer do estudo. É o momento em que se busca resgatar algumas questões lançadas no início da pesquisa, com o intuito de respondê-las a partir de um posicionamento crítico e com maior fundamentação.

Por fim, é com extrema satisfação que concluo este momento inicial, destacando que a pesquisa foi não apenas prazerosa durante toda a jornada, mas também extremamente elucidativa. Analisar a historiografia acriana por meio de sua imprensa foi a realização de uma experiência há muito desejada, que me proporcionou não apenas um amadurecimento enquanto pesquisadora, mas como cidadã – fato é que dentre os vários efeitos da pesquisa social, destaca-se principalmente o aperfeiçoamento do olhar crítico com relação às representações sociais que frequentemente são disseminadas e também incorporadas no imaginário social sem a devida apreciação.



## **CAPÍTULO I**

### **CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL DAS PRIMEIRAS CIDADES DO ACRE**

Este capítulo possui o objetivo de discutir o contexto histórico, político e educacional do Acre antes e durante o período que vai de 1910 a 1920, e tecer algumas considerações sobre o processo de criação das primeiras cidades acrianas. Inicialmente, será feita uma breve contextualização sobre os principais acontecimentos que foram decisivos para a anexação da região ao Brasil – fato que marcou profundamente esse período, cuja importância não se limita apenas à história do Acre, mas reverbera na própria história do país, repercutindo, inclusive no panorama internacional da época.

Serão evidenciadas, inicialmente, as primeiras tentativas de uma organização que culminaria com a construção das primeiras cidades, originadas a partir dos primeiros seringais instalados no Acre. Após a compreensão desse cenário, a atenção se voltará às principais características da sociedade acriana no período delimitado no estudo, finalizando a primeira parte deste capítulo. Nesse momento, será destacado, principalmente, o episódio que ficou conhecido como Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia.

Durante o Primeiro Ciclo, houve uma intensa atenção não apenas do Brasil, mas do mundo para as potencialidades da borracha extraída da Amazônia. Com o crescimento da necessidade de exploração dessa borracha, as áreas demarcadas nos Tratados que delimitavam Brasil, Bolívia e Peru foram ficando cada vez mais incertas. Houve muita luta, enfrentamentos e manobras políticas para que de fato a região fosse anexada ao Brasil.

Para além disso, será discutido o aumento exponencial de imigrantes na região amazônica, fato que tornou o Acre o destino final de muitos nordestinos que acreditaram nas promessas de obtenção de grandes lucros a partir da exploração da borracha. Entretanto, foi possível observar que o imigrante, que fugia da seca nordestina e chegava com a esperança de conquistar a reconstrução da vida por meio de seu trabalho, deparou-se com dívidas relacionadas a uma terra que não oferecia condições básicas de sobrevivência, doenças tropicais e com o abandono a qual acabara submetido, sem o mínimo de assistência, afinal de contas, a exploração, como a história indica, não foi apenas a da borracha.

Após a discussão acerca dos motivos que levaram as construções das primeiras estruturas sociais do Acre, é abordada ainda a contextualização histórica, política, econômica e educacional do período compreendido entre os anos de 1910 a 1920. Nesse momento, o foco

foi dado à estruturação das construções urbanas, às alterações no cenário político e administrativo da região, além da ênfase em alguns apontamentos acerca da educação do período. Além disso, também foram tecidas considerações a respeito do Movimento Autonomista, conduzido, principalmente, por seringalistas e comerciantes da região que viam na autonomia política do Acre um caminho para o êxito nas questões comerciais, políticas, sociais e estruturais de seus negócios.

### **1.1. Percurso anterior a 1910: O Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia e a origem das cidades do Acre**

É importante compreender que a formação de cidades ocorre muito antes dos Decretos que as fazem surgir juridicamente. O poder humano que impulsiona a busca de melhores condições de sobrevivência é o que de fato estrutura as formações urbanas, mesmo que maneira incipiente. No Acre, a história de sua ocupação inicia-se muito antes da chegada de colonizadores. A região já era habitada por grupos indígenas<sup>6</sup>, cujo processo de expulsão e extinção é atribuído às disputas de área envolvendo intensos conflitos, e também às doenças trazidas pelos “brancos”, cujos efeitos eram desconhecidos pelos indígenas.

A história dos núcleos urbanos, porém, iniciou-se no final do século XIX, durante o Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia<sup>7</sup>, um dos acontecimentos mais decisivos para a estruturação da sociedade urbana acriana. Esse momento histórico é descrito no texto de Souza:

Seringueiros e Seringalistas **enfrentaram o “desconhecido” da selva acreana e, nas lutas contra as dominações e pelo domínio da região, nas violências praticadas contra os povos indígenas aqui existentes, iniciaram os primeiros núcleos urbanos.** Surgiram cidades como Xapuri, Brasiléia, Epitaciolândia, Sena Madureira, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá. (SOUZA, 2002, p. 44, grifos do autor).

<sup>6</sup> Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) do Acre, em sua obra “Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre”, publicada em 2010 e disponível por meio do link: [http://www.agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/downloads\\_zee\\_resumo\\_educativo.pdf](http://www.agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/downloads_zee_resumo_educativo.pdf), calcula-se que antes do *boom* da borracha habitavam cerca de 50 grupos indígenas na região onde está o Acre. Em 2000, calculava-se a existência de 12 grupos, apenas. Acesso em: 04 jan. 2018.

<sup>7</sup> De acordo com Ricardo Bueno em sua obra “Borracha na Amazônia - As cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização”, publicada em 2012 e disponível por meio do link: <http://www.premiocnh.com.br/livros/livro2012.pdf>, entre 1870 a 1910, ocorreu o maior surto econômico da região. Em 1871, a borracha alcançou o primeiro lugar nas exportações do Pará, com 4,8 milhões de quilos, contra 3,3 milhões de quilos de cacau. Em fins da década de 1880 o valor anual das exportações de borracha havia subido 800% na comparação com os números de 1860, e a borracha representava aproximadamente 10% do comércio exterior do Brasil, apesar da acentuada expansão da economia cafeeira no período. Acesso em: 04 jan. 2018.

No período entre 1910 e 1920, já no século XX, sucederam importantes acontecimentos na região amazônica, que refletiram na historiografia acriana. Seguindo a perspectiva inicial, conhecer o contexto em que o Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia foi ambientado é fundamental para compreensão do processo de instauração das cidades acrianas. Obviamente, o presente estudo não esgotará a historiografia acriana anterior ao período em que se instala o foco do presente estudo. O objetivo, neste momento, é destacar alguns acontecimentos definidos como importantes para compreender e contextualizar as transformações que culminaram na organização da sociedade da região que viria a se transformar em Território acriano, em 1903.

O Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, e obteve seu auge mais precisamente entre os anos de 1880 e 1912, período em que o Brasil chegou a dominar o mercado mundial de borracha natural, devido à extração do látex da árvore *hevea brasiliensis*, popularmente conhecida como seringueira, nativa da Amazônia e abundante na região Norte do país.

Devido as suas diversas possibilidades de utilização, a borracha foi responsável por um dos mais importantes processos de desenvolvimento do país. O produto obtido a partir do látex da seringueira tornou-se mundialmente valorizado, consumido, principalmente, pelos Estados Unidos e Inglaterra. Com essa valorização, diante da demanda de exploração na Amazônia, houve um grande deslocamento de mão de obra, advindo em grande parte da região Nordeste. Vale a pena destacar que o período dessa intensa movimentação populacional para a região amazônica coincide com a chamada Grande Seca<sup>8</sup> que assolou a região nordestina, em 1877, em especial o Ceará, fortalecendo ainda mais a migração dessa população em busca de sobrevivência.

---

<sup>8</sup> Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil (CEPED) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em estudo publicado em 2015 e disponível por meio do link: <http://www.ceped.ufsc.br/historico-de-secas-no-nordeste-do-brasil/>, foi uma das mais graves secas que atingiram o Nordeste. Os sertanejos nordestinos fugiram para diversas regiões do país, na tentativa de fugir da seca, fome e pestes. Hoje se calcula que morreram mais de meio milhão de pessoas em consequência da seca. Acesso em: 01 fev. 2018.

**Figura 1 - Balsa transportando borracha pelo rio Acre em pleno auge do Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia, sob os cuidados dos famosos “soldados da borracha”**



Fonte: Imagem disponibilizada pelo site “Fortaleza em Fotos”<sup>9</sup>.

A partir desse momento, segundo Souza (2002), houve um grande aumento populacional não apenas na região Norte, uma das mais desabitadas do país, mas principalmente no território acriano, que até então era uma região com poucos habitantes. Dessa forma, inicialmente, a região abrigou viajantes exploradores e cientistas, que faziam o reconhecimento da área, adentrando-a por meio dos rios Juruá e Purus<sup>10</sup>, para terem acesso a rios, tais como o Acre, o Chandless e o Tarauacá<sup>11</sup>, mobilizando-se na região acriana. De acordo com o autor, os primeiros grupos que se dispuseram a fazer parte de expedições exploratórias<sup>12</sup> foram financiados, principalmente, pelos governos da Província do Amazonas<sup>13</sup>, almejando as riquezas existentes nessa localidade.

<sup>9</sup> Disponível por meio do link: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/10/os-soldados-da-borracha.html/>. Acesso em: 21 jan. 2018.

<sup>10</sup> Os rios Juruá e Purus nascem no Peru e percorrem os estados brasileiros do Acre e Amazonas.

<sup>11</sup> Rios que banham diferentes regiões do estado do Acre. A importância dos rios na fundação das cidades também pode ser vista pelas homenagens feitas na nomeação de Departamentos e, posteriormente, em cidades do Acre como Tarauacá e Xapuri.

<sup>12</sup> De acordo com Souza (2002), vários foram os cientistas que penetraram na Amazônia, financiados por indústrias inglesas e francesas, tentando descobrir, inicialmente, a utilidade da “goma elástica” para seus países, no período de “descoberta” da borracha. Após a compreensão de sua utilidade em diversas áreas, inclusive na automobilística, estando o Brasil na posição de principal exportador da matéria-prima, novas áreas foram reconhecidas para a exploração, inclusive a região do atual estado do Acre.

<sup>13</sup> Província do Brasil fundada no século XIX em cujos territórios se encontram, atualmente, os estados do Amazonas e de Roraima.

O reconhecimento das novas áreas, a partir das explorações de interesses econômicos, foi o primeiro passo para o povoamento das terras acrianas. Vale a pena ressaltar que Manaus, assim como Belém, era polo irradiador de transações mercantis da borracha, beneficiando-se, particularmente, da produção que saía do Acre. De acordo com Souza (2002, p. 80), buscando equilibrar suas receitas, o governo da Província do Amazonas agiu na implantação de “projetos de colonização agrícola, de subsistência, financiando a emigração de brasileiros do Nordeste”, dentre os quais a grande maioria dessa população foi encaminhada para os seringais acrianos, com promessas de “enriquecimento fácil”. A partir dessas explorações, começavam a se desenhar as primeiras relações sociais estruturadas nas terras acrianas, e com elas, os primeiros vestígios de urbanidade, apesar de que já havia um extenso povoamento de brasileiros tentando sobreviver na região acriana. Em 1882, por exemplo, o cearense Neutel Maia, com sua família, fundou o seringal Empreza, que posteriormente viria se tornar Rio Branco, a capital do Território Federal do Acre. Assim como ele, diversos outros se aventuraram, tornando-se seringalistas e fundando novos seringais.

Fato é que os seringais possuíam uma organização social. Eram áreas de terra, geralmente localizadas próximas às margens de rios, que serviam como locais de produção da borracha, sob a responsabilidade e domínio absoluto de um “patrão” – o seringalista – também conhecido como “coronel de barranco”. De acordo com Souza (2002, p. 79), muitos dos coronéis de barranco, na tentativa de obter grandes lucros, “exploraram seringueiros e violentaram indígenas acrianos, na produção da borracha. Eram eles que mandavam nos seringais”.

Havia ainda nos seringais uma estrutura física, na qual se instalava o barracão – uma espécie de escritório onde era guardada toda a mercadoria necessária para os trabalhos e vida dos seringueiros, sendo, portanto, o local de transação dos negócios do seringal. Próximo a esse espaço, situava-se também a residência do seringalista, que imitava habitações europeias, contrapondo-se às habitações dos seringueiros, localizadas no interior da floresta, com instalações bem rústicas, para não dizer precárias. Destaca-se, porém que as expedições para reconhecimento da região, a partir de 1852, e o deslocamento de trabalhadores para as terras acrianas, financiadas pelo governo amazonense, ocorreram em um momento em que a delimitação do território não estava objetivamente definida, fato que fez o Amazonas buscar a expansão das áreas de exploração da borracha, valendo-se da indefinição de fronteira dos países limítrofes, adentrando cada vez mais às *tierras non descubiertas*<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> O território era assim identificado nos mapas locais da Bolívia até o fim do século XIX.

A região que futuramente constituiria o estado do Acre pertencia à Espanha a partir de acordos com Portugal, firmados por meio dos Tratados de Madrid (1750), Santo Idelfonso (1777) e Badajoz<sup>15</sup> (1801). Posteriormente, com o avanço de movimentos que pediam a independência das colônias espanholas na América, cuja atividade ganhou força no início do século XIX, ocasião em que a Espanha sofreu grande fragilidade política devido à invasão das tropas napoleônicas, o Brasil oficializou, em 1867, o reconhecimento da área como pertencente à Bolívia por meio do Tratado de Ayacucho<sup>16</sup>. De toda forma, de acordo com a Revista Brasileira de Geografia (RBG), o Tratado tinha caráter provisório:

Certamente este tratado foi dos mais liberais celebrados pela diplomacia brasileira, durante o Império, o que se justifica no fato de que a nação encontrava-se mergulhada na Guerra do Paraguai e a opinião pública boliviana não nos era favorável; contudo, não passava despercebido aos nossos estadistas o fato de que, em face do despovoamento e da precariedade dos conhecimentos cartográficos e geográficos a respeito da região, o tratado tinha caráter transitório e se sujeitaria a modificações no futuro. (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1990, p. 15).

A região acriana era de posse, portanto, da Bolívia. Entretanto, por ser um ambiente de difícil acesso e distante da capital La Paz, era praticamente inabitada pela população boliviana. Mesmo com o reconhecimento do Tratado, segundo Souza (2002), era de conhecimento dos diplomatas brasileiros a ocupação do Acre por nordestinos. Vale ressaltar que a demarcação dos limites fronteiriços dependia do trabalho conjunto de ambos os países, dada à impossibilidade de exatidão de delimitação, até então. Após tentativas fracassadas de estabelecer limites mais precisos, a demarcação definida pelo Tratado caiu no esquecimento. Durante esse período foram formados os primeiros seringais nas matas acrianas, dando prosseguimento ao povoamento na região.

Em 1884, porém, segundo Souza (2002), o coronel do exército da Bolívia, José Manuel Pando, exilado no rio Beni, próximo ao rio Madeira, por questões políticas com o governo de seu país, denunciou às autoridades bolivianas a invasão de seringueiros brasileiros na região. Além de conseguir o perdão de sua pátria, Pando deu início a uma disputa por

---

<sup>15</sup> Os Tratados formalizados entre Espanha e Portugal tinham como objetivo chegar a um acordo sobre os limites fronteiriços de suas terras.

<sup>16</sup> O Tratado, também conhecido também como “Munhoz Neto” ou “Tratado da Amizade”, foi promovido dentro do contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870). O Brasil, em função da conjuntura da guerra, precisava se aproximar da Bolívia, o que ocorreu com a aprovação desse Tratado. O Brasil atendeu antigas demandas a respeito dos limites de terra. A Bolívia, por sua vez, concedia um vasto território que percorria a margem esquerda do rio Madeira – entre Calama, a jusante do rio Madeira, um povoado de Humaitá e a montante do rio Madeira em Vila Murinho, hoje Vila Nova do Mamoré. Antes do Tratado, a margem esquerda, referente ao trecho citado no rio Madeira, era então boliviana.

aquelas terras, que já se encontravam ocupadas por seringueiros e seringalistas brasileiros, e cuja importância se devia, principalmente, à abundância de seringueiras nativas.

Dessa forma, em 1898, o que era apenas uma questão local entre seringueiros brasileiros e vizinhos bolivianos tomou uma dimensão maior. As autoridades bolivianas temendo a perda das terras, anteriormente asseguradas pelo Tratado de Ayacucho, finalmente deixaram de lado a indiferença em relação à ocupação brasileira da fronteira, e iniciaram um processo de “recuperação” da terra.

A entrada boliviana no Acre, porém, estava sendo dificultada pelo governo do Amazonas. Entretanto, por intermédio do governo brasileiro, que procurou manter-se neutro diante da questão, o governo boliviano instalou-se na cidade de Puerto Alonso<sup>17</sup>, com o objetivo de montar um posto aduaneiro para, segundo Souza (2002), cobrar impostos da borracha que saía do Acre, atividade anteriormente realizada pelo governo amazonense.

Foi organizada, então, em 1898, uma administração pública boliviana em Puerto Alonso, responsável pela cobrança de impostos. A Bolívia, numa tentativa de garantir de vez o domínio da região, coloca soldados de seu exército em diversas regiões do Acre, e visando uma maior aceitação nos seringais, nomeia seringalistas brasileiros como representantes de seu governo. A situação, obviamente, não foi bem aceita pela Província do Amazonas que experimentou a diminuição de suas rendas, visto que passou a pagar altos impostos na fronteira com o Acre. Isso resultou em diversas manifestações da imprensa do estado do Amazonas e dos donos das casas aviadoras<sup>18</sup> de Belém e Manaus.

A partir desse momento, houve várias tentativas de recuperação do domínio das terras pelos seringalistas acrianos e pelo governo do Amazonas, dispostos até a expulsar os bolivianos, mesmo contrariando o governo brasileiro que reconhecia o Acre como território boliviano. Em uma dessas tentativas, em 1899, o jornalista espanhol Luís Galvez<sup>19</sup>, apoiado e financiado pelo governo do Amazonas, declarou o Acre como um país independente, invadindo Puerto Alonso, que teve seu nome mudado para Porto Acre.

---

<sup>17</sup> Atual município de Porto Acre, localizado no Baixo Acre.

<sup>18</sup> Situadas em Belém e Manaus, as casas aviadoras eram os estabelecimentos comerciais onde se realizavam trocas de mercadorias por borracha para, posteriormente, vendê-la para o exterior. As mercadorias geralmente serviam para abastecer os seringais.

<sup>19</sup> Luís Galvez Rodríguez de Arias foi um jornalista de origem espanhola. Ao proclamar a República do Acre, veio a tornar-se presidente do então país, governando-o nos períodos de 14 de julho de 1899 a 1 de janeiro de 1900 e, posteriormente, entre 30 de janeiro a 15 de março de 1900. Como jornalista, atuou em jornais brasileiros como *O Correio do Pará* e *Commercio do Amazonas*.

**Figura 2 - Multidão de homens que chegava na região de Puerto Alonso, acreditando nas promessas de enriquecimento e melhoria de vida**



Fonte: Imagem disponibilizada pelo site “G1 Acre”<sup>20</sup>.

Houve ainda diversos enfrentamentos entre bolivianos e seringalistas residentes no Acre, incentivados e, muitas vezes, financiados pelo governo amazonense. Outra situação importante foi a tomada de Puerto Alonso, já rebatizada de Porto Acre, em janeiro de 1903, pelos brasileiros. Nessa situação, Souza (2002, p. 157) afirma que os bolivianos foram vencidos, e Plácido de Castro, ex-militar nascido no estado do Rio Grande do Sul, que estava na região a mandado do governo amazonense, foi aclamado governador do Estado Independente do Acre, fazendo de Xapury a sede do governo.

Com a insistência da Bolívia em permanecer com a posse das terras, após a tomada de Porto Acre, o governo brasileiro aumentou o interesse pela região e, temendo uma guerra ainda maior entre Brasil e Bolívia, procurou agir de maneira diplomática. Nesse momento, entra em cena o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Barão do Rio Branco. Sua função era mediar acordos na tentativa de evitar novos conflitos na região acriana e manter uma relação de amistosidade entre os dois países. A intenção era fazer com que a Bolívia cedesse o Acre ao Brasil sem guerras, propondo a compra da região. Em março de 1903, o ministro consegue negociar a paz por meio de um acordo assinado em La Paz, com

<sup>20</sup> Disponível por meio do link: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/livro-que-conta-historia-dos-soldados-da-borracha-tem-autor-acreano.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.



recomendações provisórias que resultaram na permanência da administração e do exército brasileiro no Acre.

Meses depois, com a habilidade diplomática do Barão do Rio Branco, a Bolívia foi convencida a vender o Acre para o Brasil, por meio do Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, finalizando os conflitos entre os dois países. O instrumento legal definiu que a Bolívia iria receber compensações territoriais e a indenização de dois milhões de libras esterlinas, além de possuir liberdade de trânsito no Acre e também na estrada de ferro Madeira-Mamoré, que o Brasil se comprometia a construir. Esse primeiro momento da história acriana e de sua anexação ao Brasil sela o contexto histórico e político que caracterizou as primeiras tentativas de organização e implantação de “cidades”, mesmo que ainda de forma incipiente – foram esses primeiros agrupamentos os responsáveis pela manutenção da economia pós-Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia.

Nos anos que se seguiram após a assinatura do Tratado de Petrópolis, já com o declínio da produção da borracha e com a diminuição dos lucros gerados, surge uma nova divergência na região: Quem ficaria responsável pela administração do Acre. O Governo Federal do Brasil tinha total interesse na recuperação do dinheiro gasto<sup>21</sup> na compra da região e o governo do estado do Amazonas mantinha seu interesse devido às potencialidades das riquezas naturais acrianas, além do desejo de recuperar o dinheiro que usara financiando as expedições militares contra os bolivianos. Todavia surge também um terceiro pretendente ao cargo de administrador da região: O Movimento Autonomista do Acre. Tal movimento, que era formado por moradores do Acre, membros da classe dominante, possuía organizações em toda a região acriana, pretendendo fomentar manifestações que pudesse tornar o Acre um estado da Federação Brasileira, com autonomia política.

Para a insatisfação de seus opositores, o Governo Federal ficou com a responsabilidade administrativa sobre o Acre, que passou a ser administrado pelo Presidente do Brasil, por meio do Decreto Legislativo n.º. 1.181 de 25 de fevereiro de 1904. Importante notar que o Acre só foi elevado à categoria de Estado em 1962, quando o controle da região já não era tão vantajoso economicamente.

A primeira organização política e administrativa do Território do Acre foi definida ainda em 1904: O Decreto Executivo n.º. 5.188, de 07 de abril de 1904, assinado pelo então

---

<sup>21</sup> Segundo Souza (2002), o Brasil gastou cerca de 34 milhões de libras esterlinas nas indenizações à Bolívia e ao *Bolivian Syndicate* (acordo que a Bolívia teria firmado com empresários ingleses e americanos em um arrendamento do Acre). Em oito anos o Governo Federal recuperou o dinheiro utilizado na anexação do Acre ao Brasil, por meio dos impostos cobrados na produção da borracha, mas permaneceu com o seu domínio devido à fonte de renda que a região se tornou para o país.

Presidente da República Rodrigues Alves oficializou a região como Território do Brasil e a dividiu em três Departamentos, instituindo também as suas cidades-sedes e vilas: O Departamento Alto Acre, com sede na Cidade da Empresa, atual Rio Branco, compreendendo as vilas de Xapury e Brasília, atual Brasília; o Departamento do Alto Purús, com sede na cidade Senna Madureira; e o Departamento Alto Juruá, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul, abrangendo a Villa Seabra, atual Tarauacá. Os Departamentos se mantinham sob a tutela de prefeitos nomeados diretamente pelo Presidente do Brasil.

## **1.2. Organização administrativa entre os anos de 1910 e 1920: As características das primeiras cidades e a unificação dos Departamentos do Território Federal do Acre**

Inicialmente, ao chegarem aqui, os nordestinos, em grande parte, foram povoando os primeiros núcleos populacionais – ou seringais – para produzir borracha, mediante os processos de extração do látex herdados dos primeiros seringalistas. Nas sedes desses seringais, ocorriam as principais transações comerciais, impulsionando o aglomerado de pessoas. Posteriormente, alguns seringais foram elevados à categoria de vila, para só então, posteriormente, serem oficializadas como cidades, por meio de Decretos governamentais.

Após a primeira divisão administrativa da região, início do período departamental no Território do Acre, em 1904, observa-se o processo de criação das primeiras concentrações urbanas<sup>22</sup>. Mesmo possuindo condições precárias, com uma administração extremamente contestada, um desenvolvimento considerável marcou esses locais até 1912, momento em que houve o total declínio das exportações de borracha. A partir desse período, as cidades se esvaziaram, perdendo suas funções estratégicas comerciais, percebendo uma acentuada decadência. Dessa maneira, o período compreendido entre os anos de 1910 e 1920 caracteriza-se como de um intenso desenvolvimento, ao passo que, posteriormente, experimenta-se a predominância de um processo de estagnação em todas as esferas.

Ainda em 1912, Território do Acre passa por uma nova alteração em sua organização administrativa e política: O Decreto nº. 9.831, de 23 de outubro de 1912, cria o Departamento do Alto Tarauacá, a partir do desmembramento do Departamento do Alto Juruá. Além disso,

---

<sup>22</sup> Em 1904, segundo levantamentos feitos por José Paravicini e Cunha Matos, sob forma de Relatório de Governo, já havia entre 9.000 a 15.000 pessoas habitando o Acre. É possível que a comunidade indígena não fosse considerada nessa estatística. Ainda segundo Matos, cerca de 18% já eram nascidos no Acre. Em 1920, a população acriana contava com 92.379, sendo que só na capital havia cerca de 20.000 habitantes. (KLEIN, 2013). Corroborando com as afirmações, em 1908, segundo o *Jornal O Alto Purús*, indicou que a população acriana já superava a quantidade de 60 mil habitantes (O Alto Purús, ano n°. I, edição n°. 2).

efetiva-se ainda a criação dos cinco primeiros municípios acrianos: Município de Purus, com sede em Senna Madureira<sup>23</sup>; Município de Rio Branco<sup>24</sup>; Município de Xapury; Município do Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul e Município de Tarauacá, localizado no novo Departamento criado, com sede na então Villa Seabra, atual Município de Tarauacá. Ranzi (2008) afirma que, após esse período, por décadas, nenhuma outra unidade municipal foi organizada devido à decadência geral que predominou na região.

É importante considerar que os municípios criados, junto com suas respectivas vilas, não foram fundados pela evolução natural de povoados, mas como afirma Morais (2001), esses núcleos foram escolhidos por serem estratégicos economicamente devido as suas localizações: Na confluência de rios, em pontos terminais de navegação e em pontos de convergência de produção. Dessa forma é possível compreender que:

[...] Acre não teve, a exemplo das demais regiões brasileiras, sua organização urbana resultante da evolução dos seus organismos rurais, nem mesmo originada de fortificações militares, zonas portuárias, industriais ou turísticas, de centros universitários ou religiosos. Os núcleos urbanos do Acre surgiram de maneira artificial, explicada em parte pela necessidade de atender a uma exigência político-administrativa que possibilitasse assegurar, em termos definitivos, o território que, militar, política e diplomaticamente, havia sido conquistado. (RANZI, 2008, p. 249).

É conveniente destacar, entretanto, que embora as primeiras cidades acrianas tenham sido fundadas de maneira estratégica, alguns dos seringais tiveram o local de sua sede ou suas proximidades escolhidas considerando o abrigo das primeiras concentrações urbanas, que surgem a partir de questões como a legitimação jurídico-administrativa e geopolítica da região, além de levar em consideração também questões relacionadas à própria produção e comercialização da borracha. A efeito disso, podemos citar o fato de que embora essas primeiras cidades, em sua maioria, estejam localizadas em zonas de fronteira, também houve cidades que ficaram localizadas às margens de rios, como é o caso de Rio Branco e de Xapuri.

Em 1903, o seringal Volta da Empreza<sup>25</sup> (atual Rio Branco), situado à margem direita do Rio Acre, era descrito como precário e insalubre, além de ser conhecido, segundo

<sup>23</sup> A cidade de Sena Madureira recebe esse nome em homenagem ao Coronel Antonio de Sena Madureira, militar brasileiro que participou da Guerra do Paraguai, concedida pelo então prefeito do Departamento do Alto Purús, General Siqueira de Menezes, em 1904.

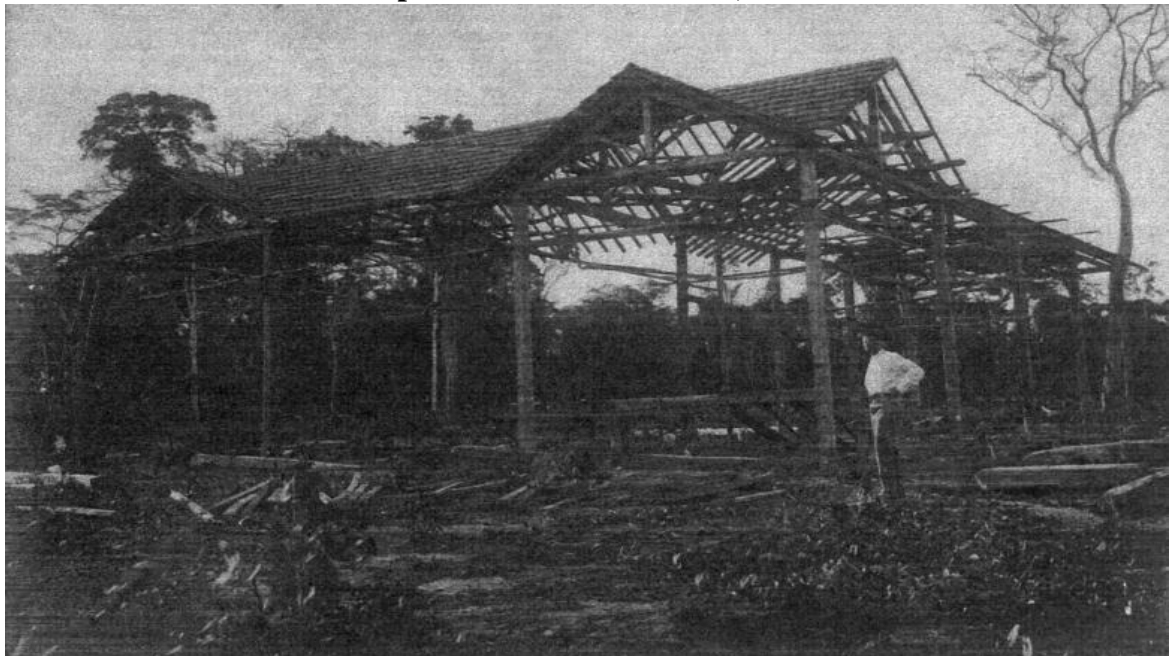
<sup>24</sup> Rio Branco foi o nome dado ao município, em homenagem a José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido por seu título nobiliárquico: Barão de Rio Branco. A homenagem se deveu por conta de sua atuação, enquanto ministro das Relações Exteriores, na anexação do Território do Acre ao Brasil, por meio de relações diplomáticas com a Bolívia.

<sup>25</sup> A região que atualmente corresponde ao município de Rio Branco teve sua origem com a chegada de Neutel Maia, que criou, por volta de 1882, os seringais Volta da Empreza, situado à margem direita, e Empreza, à margem esquerda do rio Acre. A Vila Volta da Empreza, por ser a mais antiga, virou um centro comercial, o principal centro urbano do Vale do Acre.

Klein (2013, p. 226), “pela mortandade que provocava em seus habitantes”. Somada a essa perspectiva, é possível trazer também o pensamento de Costa (1973) que descreve a região como um deserto insalubre, na qual os seringueiros foram verdadeiros desbravadores. Para esse último autor, as transformações não foram sentidas como nos outros estados pelo fato de a região não ter autonomia como Território. Logo, a consequência disso era a pobreza e o isolamento.

Entretanto, a partir de 1909, já é possível avistar uma modificação no cenário da capital: O seringal Volta da Empreza passa a ser chamado de Vila Rio Branco, e deixa de ser a sede governo. O então prefeito do Departamento do Alto Acre, Gabino Besouro, toma posse das terras do seringal Empreza, situado à margem esquerda do Rio Acre, transferindo a sede do governo e os demais serviços administrativos, dividindo lotes e promovendo abertura das ruas da proto-cidade, além de mudar seu nome para Pennápolis<sup>26</sup>. Fato é que em 1907 inicia-se a construção de um novo Palácio do Governo, construído em madeira – evidenciando, a partir desse momento, que os seringais do Acre deixavam de ser áreas privadas e passavam a ser públicas.

**Figura 3 - Construção do novo Palácio do Governo, com sede na cidade de Pennápolis, Departamento do Alto Acre, 1907**



Fonte: Imagem disponibilizada no trabalho “A Borracha no Acre: Economia, política e representações (1904-1945)”, de Daniel da Silva Klein.

<sup>26</sup> Em 1908, o prefeito Gabino Besouro muda a sede do governo, instalando-se definitivamente no seringal Empreza, mudando o nome do local para Pennapolis, em homenagem ao Presidente da República Afonso Pena. É possível que a mudança tenha sido motivada pelas constantes cheias do rio Acre, que atingia de maneira mais severa a margem direita. Em 1912, porém, ambas as margens passam a se chamar Rio Branco, de forma definitiva, em homenagem ao Barão do Rio Branco, figura decisiva no processo de anexação do Acre ao Brasil.

Vale a pena ressaltar, que desde 1904, a margem direita do rio já era estruturada urbanisticamente, pois era o centro da vida comercial e urbana. Havia casas comerciais, ruas, hotéis, restaurantes e áreas residenciais, nas quais famílias da elite urbana, trabalhadores e funcionários do governo habitavam, além de ser ponto de encontro de representantes de casas aviadoras. Rio Branco passa a ter, temporariamente, um centro político-administrativo de um lado do rio e um centro comercial de outro.

As transformações ocorridas em Pennápolis também eram visíveis, pois foi criado, ainda em 1909, o primeiro Mercado Municipal de Rio Branco. Para a cidade, segundo Klein (2013), tratava-se de mais um passo na urbanização lenta, mas gradativa. Foi a primeira edificação a contar com água encanada e esgotamento, além de possuir padrões de higiene ainda não experimentados na região. A partir desse momento, inicia-se uma onda de povoamento – fato que atraiu um número considerável de importantes famílias para a região.

A partir de 1910, apesar da estagnação devido à crise da borracha, é possível perceber que a cidade de Rio Branco já havia crescido e se diferenciado bastante dos demais seringais da região. Na verdade, as transformações mais significativas aconteceram a partir desse período, em virtude do crescimento demográfico, entre outros motivos, como é possível perceber na fala de Klein:

Já era uma pequena vila, que cresceu ao longo de basicamente uma rua, Abunã, apresentando uma movimentação maior no seu porto, que já contava com embarcações a vapor, uma série de casarios espremidos entre a floresta e o rio. (KLEIN, 2013, p. 279).

O autor afirma ainda que o crescimento da cidade é evidente nesse período, mas que ainda predominavam condições precárias de existência. De acordo com um relatório de expedição de Oswaldo Cruz (KLEIN, 2013), a cidade cresceu em meio a deploráveis condições de insalubridade, pois devido a sua posição em uma planície baixa, estava propensa a alagações constantes. Segundo ele, faltava escoamento para as águas e que, por isso, o governo deveria fazer um extenso programa de drenagem.

Em relação à situação do contexto urbano na qual se encontrava a capital do Departamento, Klein (2013) informa que a precariedade e a lentidão de sua evolução urbana se deviam a alguns fatores, dentre os quais se destacavam principalmente as gestões fraudulentas que não raramente eram estabelecidas na região e o direcionamento da riqueza produzida na região dos Departamentos para os estados do Amazonas e do Pará – regiões que mantinham relações estratégicas e financeiras com as administrações do Departamento – fato

é que tais relações tendenciosas financiavam, entre outras coisas, o embelezamento urbanístico dessas cidades.

Em termos políticos, a criação dos novos municípios, ou a pretensão de suas implantações trouxe algumas inovações. Nesse novo cenário, segundo Costa (1973), foi instituído o Poder Legislativo, por meio dos Conselhos Municipais, que mesmo não emanando da soberania popular, foram acolhidos com satisfação pela população ávida de modernidade. Todavia em virtude do desinteresse do Congresso Nacional em relação às nomeações dos Conselhos (durante a gestão do então presidente Hermes da Fonseca)<sup>27</sup>, a primeira eleição direta no Território acriano só foi conseguiu ser realizada na gestão do Presidente Epiácio Pessoa<sup>28</sup>.

No âmbito jurídico, houve também importantes alterações: Em 1912, o Tribunal de Apelações de Senna Madureira<sup>29</sup>, que atendia os municípios mais distantes de forma muito precária, foi desmembrado, dando origem ao Tribunal que seria instalado em Cruzeiro do Sul. A jurisdição do primeiro Tribunal, sediado em Senna Madureira, se estenderia aos municípios de Rio Branco e Xapury, enquanto o recém-criado, além de Cruzeiro do Sul, abrangeria também o município de Tarauacá. Em 1917, porém, por meio de uma manobra política, o Tribunal de Cruzeiro do Sul foi desativado e o de Senna Madureira foi transferido para Rio Branco, prejudicando e isolando não apenas os dois municípios, mas também as regiões adjacentes, tendo em vista a distância e a dificuldade de locomoção na região.

Destaca-se também, nesse período, a criação do serviço de telégrafos, em 1912, com estações radiotelegráficas nas cidades de Cruzeiro do Sul, Senna Madureira, Rio Branco, Seabra e Xapury, possibilitando a comunicação diária com as cidades de Manaus e Belém, facilitando não apenas uma comunicação rápida interna, entre todos os municípios, mas também uma comunicação direta com o país. Já em termos de saúde, em 1918, houve a finalização do primeiro hospital público de Rio Branco.

Sobre a educação desse período é interessante mencionar que não havia, entre os Departamentos, um padrão de procedimentos legalmente institucionalizado a respeito. O currículo utilizado no ensino geralmente baseava-se em ideias trazidas de outros estados mais desenvolvidos. Esse campo social, assim como outros, era administrado a partir do que os prefeitos achavam conveniente ou a partir de inspirações e conhecimentos que eles traziam de

<sup>27</sup> Militar e político brasileiro, nascido no estado do Rio Grande do Sul, Hermes da Fonseca foi Presidente da República do Brasil entre os anos de 1910 e 1914.

<sup>28</sup> Professor, diplomata e magistrado brasileiro, nascido no estado da Paraíba, Pessoa foi presidente da República do Brasil entre os anos de 1919 e 1922.

<sup>29</sup> O primeiro Tribunal de Apelação do Território Federal do Acre, com sede no Município de Senna Madureira, foi fundado em 1908, finalizando suas atividades em 1917.

seus locais de origem – dessa forma, é perceptível que o sistema educacional acriano foi construído de maneira fragmentada, sem um planejamento que integrasse a região.

Desde 1904, já havia a preocupação com a educação em terras acrianas. Tanto, que nesse mesmo ano, houve a instalação da primeira escola primária no seringal Empreza. O Departamento do Alto Acre, porém, é o que menos manteve informações disponíveis por meio de documentos oficiais da época em relação às condições do ensino ou em relação às escolas instaladas principalmente em Rio Branco, pois não houve conservação desses registros<sup>30</sup>.

Sabe-se, porém, segundo as palavras de Ginelli (2008), que em Rio Branco, no dia 1º de maio de 1915, foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar<sup>31</sup>, denominado 24 de Janeiro que, posteriormente, passou a ser identificado por 7 de Setembro. A criação de grupos escolares no Território acriano era uma forma de integrar a região ao restante do país, que vivenciava os primeiros momentos da nova República. Havia uma movimentação nacional em prol de uma modernização social, voltada para o desenvolvimento civilizatório, na qual a educação era encarada como um dos principais pilares. Ainda no Departamento do Alto Acre, há registros que denotam a implantação de um Grupo Escolar em Xapury, contendo 47 alunos em 1917 e 122 em 1918, permanecendo nesse ritmo de crescimento nos anos seguintes (GINELLI, 2008, p. 53).

---

<sup>30</sup> A autora Giovanna Ginelli, em seu livro “*História da Educação do Acre - Período Departamental 1904-1920*” (2008, p. 44), descreve a dificuldade de encontrar dados das primeiras décadas da emancipação acriana devido à perda e à destruição de registros e legislações que regulamentavam a educação, principalmente no Departamento do Alto Acre.

<sup>31</sup> “Esta modalidade de escola primária, denominada *Grupo Escolar*, foi implantada, pela primeira vez no país, em 1893, no Estado de São Paulo e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado (século XIX). Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos.” (SOUZA, 1998, p. 20)

**Figura 4 - Prédio onde originalmente funcionou o Grupo Escolar 7 de Setembro. No local funciona atualmente o Palácio das Secretarias do Estado do Acre**



Fonte: Imagem disponibilizada pelo site “Blog do Altino Machado”<sup>32</sup>.

O Departamento do Alto Juruá, por sua vez, foi, talvez, o que melhor conseguiu preservar os documentos educacionais dessa época, facilitando uma caracterização mais precisa da educação da sua região. É possível observar, portanto, os avanços alcançados desde o seu primeiro prefeito, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, em 1904, que “preocupou-se, segundo manifesta nos seus relatórios, com um carinho todo particular, pela instrução popular” (GINELLI, 2008, p. 59).

Sobre a educação e as escolas desse Departamento, em específico da sua principal cidade, o município de Cruzeiro do Sul, é possível notar que, entre 1904 e 1909, o número de escolas aumentou consideravelmente, subindo de três para 26. Todavia, entre o período de 1910 a 1920, é possível observar uma diminuição significativa dessa quantidade, fato que retrocedeu de 26 para 13 o número de escolas (RANZI, 2008, p. 258). Tal diminuição de escolas coincide com o período de crise da borracha<sup>33</sup>, momento em que houve estagnação

<sup>32</sup> Disponível por meio do link: <http://www.altinomachado.com.br/2013/04/acre-velho.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

<sup>33</sup> No período compreendido entre 1910 e 1920, mais precisamente a partir de 1911, houve um declínio na supremacia da borracha brasileira. A alta produtividade asiática de borracha no início do século XX, fruto da abertura de grandes fazendas de seringueiras naquele continente, foi responsável em grande medida pela falência da economia dominada pela borracha na Amazônia do Brasil. Essas fazendas de criação de seringueiras demoraram perto de vinte anos para chegarem à maturidade, atingindo assim, a partir de 1912, uma produção que completamente varreu a brasileira e entulhou os mercados internacionais de borracha com tonel do produto. (KLEIN, 2014)



demográfica, com esvaziamentos de seringais, devido ao retorno de muitos seringueiros aos seus estados de origem.

De acordo com Ginelli (2008, p. 83), o Departamento do Juruá foi o “mais prolífero em criação de escolas”. Nesse contexto, é interessante destacar que Cruzeiro do Sul, dentre os maiores municípios dos Departamentos, foi o último a criar um Grupo Escolar (como a discussão em torno da nova organização escolar sempre estava acompanhada de polêmicas e críticas, a demora é associada às lutas partidárias e divergências ideológicas dos administradores). Dentre as inovações do Departamento do Alto Juruá, vale a pena mencionar a criação do cargo de inspetor escolar ambulante, cuja atribuição consistia na inspeção das escolas mais dispersas, além da responsabilidade de informar ao prefeito questões concernentes às escolas situadas fora da sede. Chama atenção também a criação da Lei nº. 60, de 19 de janeiro de 1917, tratando da obrigatoriedade do Ensino Primário, formulada sem que houvesse ainda o respaldo da Legislação Federal.

A partir disso, é importante destacar que, em 1915, no Juruá, existiam 18 escolas isoladas com um total de 565 matrículas e 480 frequências, enquanto as escolas urbanas e suburbanas já somavam oito, com um total de 293 alunos. Já em 1919, o total de matrículas do Alto Juruá chegava em 898, sendo 542 na cidade e 336 no interior.

No Departamento do Alto Purús, a rede escolar contava com poucas escolas, atendendo apenas o centro da cidade e suas periferias (GINELLI, 2008, p. 77) – fato é que Senna Madureira foi a primeira cidade do Departamento a receber a fundação de um Grupo Escolar. Em 1911, havia uma escola masculina, uma feminina, ambas no centro da cidade, e duas mistas em zonas suburbanas. Em março de 1913, foram criadas mais três escolas mistas primárias. Em 1918, há registro da criação de 11 escolas em regiões mais distantes e, em 1919, há mais registros da criação de escolas particulares.

Vale a pena pontuar que, embora a preocupação educacional desse período estivesse relacionada principalmente ao Ensino Primário, tendo em vista o elevado índice de analfabetismo na região, é possível observar também tentativas de implantação de Ensino Secundário e de Ensino Técnico-Profissional, antes mesmo de 1910. A importância do ensino utilitário para a elevação social, tendência no restante do país, também impulsionava a busca e a aplicação de orientações pedagógicas mais modernas no Território, na tentativa de posicioná-lo em conformidade com os pressupostos educacionais republicanos.

Além da educação, outros aspectos são importantes para explicar o contexto na qual se encontravam esses municípios a partir de 1910, como por exemplo, o Ciclo da Borracha – que foi decisivo para a anexação do Acre ao Brasil. A valorização mundial da borracha e a

posição privilegiada da região como uma das que mais produzia a matéria-prima levava a crer que o crescimento e sua conseqüente expansão urbana seria um processo contínuo. Dessa forma, o Território experimentou um momento de elevada organização em vários níveis, tais como em instituições administrativas e aspectos socioeconômicos e culturais, como conseqüência direta do Ciclo.

Devido a isso, Ranzi (2008) afirma que a região recebeu a presença de autoridades e funcionários públicos qualificados e com um bom nível intelectual, que foram decisivos para a efetivação de melhorias urbanas, resultando em uma evolução sociocultural considerável, cujos resultados tiveram mais expressão nos municípios de Senna Madureira, Cruzeiro do Sul e Rio Branco. Foi nessa fase áurea que surgiram os primeiros jornais acrianos e multiplicaram-se as escolas, principalmente nesses três municípios. Não é obra do acaso, portanto, o fato de que esses três municípios foram palcos principais das tentativas de emancipação política oriundas do Movimento Autonomista.

Esse momento de crise agravou-se ainda mais no Acre por ser a borracha o único produto de exportação da região. Dessa forma, a crise atingiu todos os setores citadinos, além do campo econômico. O Território não conseguiu obter força econômica própria, o que resultou na estagnação do desenvolvimento e no declínio social, econômico e cultural que marcou as populações – tal contexto marcou o fim do Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia, em meados de 1912.

O período imediatamente posterior a 1910 também esteve marcado pelas revoltas autonomistas. A insatisfação entre os acrianos, principalmente entre os que sustentavam suas famílias por meio do trabalho com a borracha, devia-se principalmente pelos altos impostos<sup>34</sup> cobrados pela União. Além disso, diversos foram os protestos contra o Governo Federal, diante do relato de injustiça e descaso para com o Território acriano, na tentativa de mostrar a necessidade de elevá-lo à categoria de Estado, o que possivelmente diminuiria tais problemas. Alegava-se que a quantia disponibilizada pelo Governo Federal para os gastos com obras públicas não era suficiente para os Departamentos, principalmente quando analisadas as somas de impostos cobrados na produção e comercialização da borracha<sup>35</sup>. Somava-se a isso a prepotência de certos prefeitos, cuja atuação era marcada pelo abuso de autoridade e mau emprego de verbas. Porém, segundo Calixto, Souza e Souza (1985), para ser elevado à

---

<sup>34</sup> Em 1905, o imposto sobre a borracha acriana atingia o percentual de 37,5% - quase dois quintos do seu valor normal, tornando-se o tributo mais alto já cobrado no país (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985, p. 140).

<sup>35</sup> De 1903 a 1911, a produção da borracha rendeu ao Governo Federal quase o triplo do que foi gasto para a anexação do Acre ao Brasil, entretanto, os recursos empregados na estruturação da região não atingiram nem mesmo 50% dos impostos arrecadados (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985, p. 141).

condição de Estado, o Acre necessitaria ainda de um profundo aparelhamento social e educativo<sup>36</sup>, argumento que era extremamente contestado.

A ideia de que o Acre era apenas uma fonte inesgotável de recurso, sem que houvesse um compromisso vinculado à devida retribuição social, causava comoção também entre parlamentares<sup>37</sup>. Na época, tais congressistas demonstravam compadecimento com a causa acriana, provocando calorosas discussões no Congresso Nacional, na tentativa de sua elevar sua condição. Diante do sentimento de descaso que pairava nas terras acrianas, a ideia de autonomia política, cujo ideal se desenhara desde o levante contra a Bolívia, era pensamento recorrente – inclusive é nesse contexto que o Movimento Autonomista se fortalece.

Sobre as cidades que se estruturavam nesse período e a situação ali envolvida, é possível mencionar que:

Homens e mulheres que ocuparam os primeiros núcleos urbanos do Acre passaram a trabalhar nos serviços públicos de suas pequenas vilas e vilarejos no começo do século XX, quando os reclamos dos prefeitos eram intensos contra a mísera quantia enviada pelo Governo Federal para as despesas com os serviços das pequenas cidades erguidas no meio da floresta acreana. [...] As lutas, no interior das cidades acreanas, sedes dos primeiros Departamentos, criados em 1904, pela elevação do Acre à categoria de Estado eram acirradas. Surgiram partidos políticos e clubes de autonomistas. As cidades, mesmo pequenas, eram palcos de grandes “tramas” e de lutas políticas pelo domínio do poder local. (SOUZA, 2002, p. 44).

Dessa forma, por volta de 1910, três importantes ações do irascível Movimento Autonomista foram executadas em Cruzeiro do Sul, Senna Madureira e Rio Branco, respectivamente: No dia 1º de junho de 1910, o departamento do Alto Juruá, sob a liderança do Partido Autonomista do Juruá, insatisfeito com a indiferença do Poder Legislativo e com os atos do novo prefeito, depôs o então recém-nomeado João Cordeiro e proclamou a autonomia do Território do Acre, chegando até mesmo a suspender a exportação de borracha. Esse episódio aconteceu no município de Cruzeiro do Sul e o governo dos autonomistas, no Alto Juruá, durou cerca de 100 dias. Vale ressaltar que, segundo Calixto, Souza e Souza

---

<sup>36</sup> Tal aparelhamento social e educativo estava relacionado às condições econômicas e demográficas, entre outras características próprias de uma cidade. Entretanto, segundo Calixto, Souza e Souza (1985), no que se refere à produção econômica, o Acre já ocupava o 3º lugar em relação aos demais estados brasileiros, ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais. Estando o Acre nessa posição, não seria impossível para o Território, ao ser elevado à condição de Estado, arcar com a sua própria estruturação urbana se os impostos, ao invés de serem cobrados pela União, fossem revertidos para a própria região. Além disso, a densidade demográfica da região já destacava 0,68 por habitantes por quilômetro quadrado, estando a frente do Amazonas (0,15), Mato Grosso (0,18) e Pará (0,54).

<sup>37</sup> Costa (1973) destaca a atuação dos então deputados federais Germano Hasslocher, do estado do Rio Grande do Sul, e Francisco Sá, do estado do Ceará.

(1985, p. 179), o movimento em prol da autonomia consistiu, principalmente, no esforço da classe dominante local, não havendo assim envolvimento popular relevante.

Havia, portanto, o posicionamento acirrado de homens letrados que defendiam ardentemente a tese da autonomia, por meio de pronunciamentos políticos proferidos a nível nacional e divulgados na imprensa – somente algum tempo depois, quando as ideias de autonomia vinculadas pelas classes dominantes tomaram uma maior conotação na região, é que o Movimento Autonomista consegue conquistar a simpatia popular (inclusive é importante que se mencione o papel da imprensa escrita nesse processo de difusão do ideário autonomista). Em 1913, por motivos semelhantes, uma revolta aconteceu no Departamento do Alto Purús, mais precisamente em Senna Madureira, e, em 1918, finalmente a luta pela causa autonomista também chega a Rio Branco, causando intensa onda de protestos contra a condição de vida nos Departamentos.

As revoltas, porém, foram silenciadas pelo governo brasileiro. Todavia, em 1920, diante da dimensão de tensões que se estabelecia no contexto político do Acre, o Governo Federal resolve unificar o Território, extinguindo os Departamentos, na tentativa de estabilizar a situação e desarticular o Movimento Autonomista, uma vez que, dessa forma, seria imposto o domínio sobre os seringalistas – fato que garantiria a ordem pelo poder da força militar e da Lei.

O Território passa então a ser administrado por um Governador Geral, nomeado pelo Presidente da República e o município de Rio Branco passa a ser capital definitiva do Território. Segundo Souza (2002), todo o poder político e a maior parte de recursos financeiros passaram a ser centralizados na capital, deixando os outros municípios praticamente isolados.

## **CAPÍTULO II**

### **A IMPRENSA E A VIDA CIDADINA DO ACRE TERRITÓRIO**

O presente capítulo tem como foco a discussão sobre o surgimento da imprensa na sociedade, a caracterização dos jornais acrianos e a sua relação com a vida na cidade. Buscou-se, portanto, demonstrar a importância da escrita desde a sua descoberta, traçando um breve percurso, no intuito de ressaltar o papel do jornal para a sociedade. Além disso, foram trazidos à discussão alguns autores que discorrem a respeito da temática, destacando alguns conceitos e considerações que foram úteis para a análise dos periódicos do período de pesquisa.

Partindo da ideia de que a importância do jornal em uma sociedade começa no momento em que se entende o poder que há na escrita, no primeiro momento deste capítulo, buscou-se explicitar o impacto que a escrita causou, e ainda causa na sociedade, e de que forma a apropriação dessa tecnologia se transformou em um elemento de dominação ao longo do tempo. A partir disso, foi possível relacionar esse papel de extrema relevância da escrita à imprensa, buscando levantar considerações acerca da análise de textos históricos e das características dos textos jornalísticos.

Para esse momento da pesquisa, a discussão fundamentou-se a partir dos postulados teóricos e metodológicos de autores como Roger Chartier, Michel Foucault, Maria Helena Rolim Capelato e Maria Ligia Prado. Dentre outros assuntos, os autores discutem em seus trabalhos questões que podem ser trazidas ao contexto desta pesquisa por retratar a escrita e a leitura como práticas sociais e dependentes de seu contexto histórico para ser compreendidas, a relação de poder existente e sua caracterização nos mais diversos contextos das relações sociais, além da proposição de uma nova abordagem nos estudos historiográficos que destacam o jornal como uma fonte fértil.

Isto posto, buscou-se ainda compreender as principais características da imprensa local na época, destacando sua motivação e sua maneira de intervir na sociedade. Mesmo que não se possa afirmar precisamente quando foi fundado o primeiro jornal efetivamente acriano, partindo das fontes aqui utilizadas, foi possível identificar que alguns dos jornais aqui mencionados são os primeiros da região, fazendo a pesquisa basear-se, portanto, em uma fase ainda embrionária da imprensa acriana.

Em meio a essa discussão são apresentados quadros gerais, na qual foram tabeladas características peculiares dos sete jornais acrianos que se encontram atualmente disponíveis na Hemeroteca Digital da FBN, vinculados ao período que se estende entre os anos de 1910 e

1920. Foram observadas características pontuais dos jornais, tais como os títulos, os lugares de origem, os editores responsáveis, a maneira como se apresentavam e as colunas dispostas em sua estrutura, buscando encontrar padrões e peculiaridades que indicassem as principais estratégias que a imprensa local utilizava, nesse período, para chamar a atenção e cativar o leitor acriano.

Para essa análise, foi utilizada também, como fonte de apoio, a obra *Editoriais dos jornais de Rio Branco – séc. XX – Antologia* (ASSMAR, 2008), na qual foram reunidos editoriais de jornais de Rio Branco, cujo cerne se constituiu em um objeto de grande valia para o entendimento a respeito da posição política que tomavam alguns desses jornais. Vale ressaltar que, embora esse gênero não tenha a apresentação de seu autor como característica, alguns desses editoriais traziam essa informação.

## **2.1. A escrita, a imprensa e a análise do impresso**

O poder da escrita possui um significado tão profundo em nossa civilização que é ela o marco que separa a Pré-História da História na linha do tempo cronológico da humanidade. Essa divisão não ocorre simplesmente porque o homem adquiriu o poder de registrar, comunicar ou compartilhar informações sobre suas crenças e atividades do cotidiano. Essas necessidades já eram solucionadas, na Pré-História, por meio de pictogramas que, mesmo de forma rudimentar, conseguiam atendê-las. Entretanto, embora fossem suficientes para as necessidades daquele momento, com o passar do tempo e com o início de organizações sociais mais complexas, em decorrência do sedentarismo<sup>38</sup>, havia uma necessidade de organização e padronização que permitisse uma comunicação mais precisa, de forma mais abstrata, de maneira que independente do contexto fosse possível sua compreensão.

E foi em decorrência dessa necessidade humana de transmitir e de se fazer compreender de forma mais eficaz – processo necessário para as atividades que as sociedades passaram a desenvolver – que a escrita foi, ao longo dos anos, criada e aprimorada em diferentes pontos do mundo. A escrita, como afirma Barbosa (2013), é considerada o marco que caracteriza a passagem da Pré-História para a História (embora tal afirmação seja motivo

---

<sup>38</sup> Termo aplicado à transição cultural em que as civilizações da antiguidade de caráter nômade passaram a fixar habitações em determinados períodos, facilitando a aglomeração e iniciando as construções das primeiras cidades.

de discussão entre historiadores) <sup>39</sup>. Essa divisão sinaliza uma profunda mudança nos aspectos sociais, culturais e econômicos das civilizações mais antigas.

A invenção dessa modalidade da língua possibilitou diversos recursos: registrar número de animais e alimentos estocados; registrar os períodos em que ocorriam os eventos naturais para o plantio e a colheita, dando origem ao calendário; além de, posteriormente, registrar as transações comerciais; os grandes feitos de seus soberanos; suas memórias, tradições e religiões. A escrita passou a ocupar um importante papel no cotidiano das primeiras civilizações. Importantes acontecimentos e descobertas aconteceram a partir da invenção e utilização da escrita. De acordo com Barbosa:

A escrita, contudo, vai surgir pela primeira vez no mundo antigo, num momento histórico caracterizado pelo desenvolvimento simultâneo de uma série de elementos diversos, a que chamamos civilização. A escrita surge acompanhada de um notável desenvolvimento das artes, do governo, do comércio, da agricultura, da manufatura, dos transportes. Observando os fatores geográficos, sociais e econômicos que conduzem ao desenvolvimento de uma civilização, notamos que o complexo de condições que se origina nesse momento histórico não poderia funcionar se não existisse a escrita. (BARBOSA, 2013, p. 34).

A capacidade de registrar fatos por meio de letras, a partir da padronização dos signos linguísticos tornou-se, com o tempo, um elemento de *status* e de poder. Em uma perspectiva social, desde a sua origem, aqueles que dominavam a escrita sempre estavam em uma posição de destaque na sociedade. Por longos períodos da história, a capacidade de escrita, de leitura e, estrategicamente, de sua interpretação ficou restrita a grupos específicos. A possibilidade de obter conhecimento e manuseá-lo sem restrições ou questionamentos só estava acessível a uma pequena e poderosa parcela da sociedade, que decidia sobre o que se tratava o bem e o mal, o certo e o errado, o possível e o impossível – tudo em nome das demais classes sociais<sup>40</sup>.

Até a Idade Média, a quantidade de pessoas que ainda não tinham acesso ao ensino da leitura e da escrita era extremamente elevada. O analfabetismo, contudo, não diminuía o

---

<sup>39</sup> Le Goff (1996, p.53) faz menção a essa discussão quando diz que “É claro que a passagem do oral ao escrito é muito importante, quer para a memória, quer para a história. Mas não devemos esquecer que: 1) oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades e esta coexistência é muito importante para a história; 2) a história se tem como etapa decisiva a escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedades sem história.”. Para alguns autores, a divisão entre “Pré-história” e “História” pela escrita poderia transmitir a errônea informação de que todos os acontecimentos anteriores à “História” seriam inferiores por se basear na oralidade.

<sup>40</sup> Barbosa (2013, p. 39) cita alguns eventos históricos que exemplificam o receio quanto ao poder da palavra escrita e de sua simbologia: “Cortez, ao conquistar o México, queimou os livros astecas que podiam trazer à população nativa recordações de seu passado glorioso. A inquisição espanhola queimou os judeus e seus livros talmúdicos em fogueiras. Os nazistas, para destruir ideologias contrárias à sua, queimaram os livros dos inimigos. Os aliados, vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, ordenaram a queima de toda literatura contaminada pelo nazismo.”.

anseio pelo universo que havia por trás das letras. Não são raros, portanto, os relatos de leituras dramatizadas feitas em locais públicos para alcançar a população iletrada. Contudo, a ideia de que as habilidades de leitura e escrita deveriam ser ensinadas a todas as crianças só passou a ser difundida no século XIX. Conforme Barbosa:

Se antes das mudanças revolucionárias que ocorrem no mundo ocidental no século 18, a leitura e escrita eram privilégios de uma elite aristocrática, a partir de então passa a ser socialmente necessário que os usos da escrita se democratizem: a sociedade necessita de cidadãos, produtivos e alfabetizados. (BARBOSA, 2013, p. 45).

A partir desse período, a educação passou a ser sinônimo de progresso. E, mesmo quando a ideia passou a ser disseminada e até adotada em diferentes países, uma parcela significativa da população ainda não era alcançada por tal benesse, inclusive porque se o percurso evolutivo da escrita na sociedade for levado em consideração, a educação, enquanto direito fundamental e sua universalização, ainda é uma conquista recente.

Além disso, na Idade Média, é possível mencionar outro acontecimento de extrema relevância no universo da leitura e escrita: A invenção da prensa móvel<sup>41</sup>. A criação desse novo método, tradicionalmente associada ao alemão Johannes Gutenberg, não representou apenas uma grande alteração na forma com que se produziam os textos impressos, tornando o processo mais rápido e econômico: Tal feito trouxe consigo também uma verdadeira revolução na maneira de ler o texto escrito e divulgá-lo, uma vez que possibilitou o surgimento de um público leitor (BARBOSA, 2013), além de uma nova estrutura comercial com a reformulação do jornal, a partir do século XVIII. O advento dessa nova tecnologia não surtiu efeitos imediatos, mas conseguiu promover uma maior fluidez na disseminação do conhecimento.

---

<sup>41</sup> É justamente em decorrência da criação da prensa móvel, em 1440, que surge o termo “imprensa” devido à adaptação desse tipo de tecnologia para a fabricação de jornais, no início do século XVIII. De acordo com Barbosa (2013, p. 102), “Gutenberg mecanizou a arte dos copistas e inventou a imprensa em 1444.”.



**Figura 5 - Curiosos conhecendo o funcionamento da prensa móvel de Johann Gutenberg, em Düsseldorf, na Alemanha, 1947**



Fonte: Imagem disponibilizada pelo site “Wikiwand.com”<sup>42</sup>.

O feito de Gutenberg deu mecanismos para a difusão do texto bíblico, possibilitando o “diálogo direto” entre o cristão e Deus sem a necessidade de intermediários, durante a Reforma Protestante. Barbosa (2013) afirma que, tendo em vista as possibilidades que a invenção propiciou, Lutero suscitou o interesse pela leitura ao difundir que todos deveriam ter acesso à palavra de Deus de maneira direta, por meio dos textos impressos.

A Contrarreforma católica também impulsionou o mundo da leitura, produzindo obras com discurso ideológico em defesa de Roma. A partir da nova tecnologia houve a possibilidade de difundir informações sobre o cotidiano, os infortúnios alheios e até mesmo textos de caráter opinativo, fato que originou a imprensa periódica. Havia sido instaurado um novo espaço para o debate, provocando uma demanda por informações e aumentando o interesse social e político. Ainda nesse contexto, vale ressaltar que, em diversos países, houve um aumento da população alfabetizada, conferindo maiores proporções a essa nova demanda social.

A partir da criação da prensa móvel, tornando a informação mais acessível, a perspectiva de poder não se limitava mais à possibilidade ou não dos indivíduos terem acesso

<sup>42</sup> Disponível por meio do link: [http://www.wikiwand.com/pt/Renascimento\\_n%C3%B3rdico](http://www.wikiwand.com/pt/Renascimento_n%C3%B3rdico). Acesso em: 20 fev. 2018.

a livros ou à habilidade de saber ler e escrever, mas a um elemento essencial que está intimamente ligado ao conteúdo e à intenção do que é veiculado nas grandes mídias: O discurso. A disputa ideológica que se segue a partir da Contrarreforma exemplifica, naquele contexto, a necessidade de convencimento do leitor – fato que se deu no âmbito discursivo.

A partir disso, vale trazer à discussão a perspectiva de Michael Foucault, que, nas palavras de Fischer (2001, p.199), considera a ideia de que “o discurso sempre se produziria em razão de relações de poder”. É possível acrescentar também que, nessa relação de poder, há um processo de defesa e legitimação de uma ideologia, sendo o discurso, portanto, característico do seu contexto de produção. A partir dessa perspectiva, alguns questionamentos são considerados:

Foucault multiplica o sujeito. A pergunta “quem fala?” desdobra-se em muitas outras: qual o status do enunciador? Qual a sua competência? Em que campo de saber se insere? Qual seu lugar institucional? Como seu papel se constitui juridicamente? Como se relaciona hierarquicamente com outros poderes além do seu? Como é realizada sua relação com outros indivíduos no espaço ocupado por ele. **Também cabe indagar sobre o lugar de onde fala, o lugar específico no interior de uma dada instituição, a fonte do discurso daquele falante, e sobre a sua efetiva posição de sujeito suas ações concretas**, basicamente como sujeito incitador e produtor de saberes. (FISCHER, 2001, p. 208, grifo nosso).

Partindo desse princípio, para a compreensão dos textos escritos e dos discursos por eles emanados, faz-se necessária não apenas a observação do contexto social e histórico de sua produção, mas também o olhar atento ao sujeito ou sujeitos envolvidos, e seus lugares institucionais ou *lugares de fala*, observando a forma com que tal circunstância social o legitima, uma vez que essa composição surte um efeito no leitor, conferindo-o (ou não) confiabilidade.

Trazendo essa reflexão à análise do impresso como fonte histórica, importa dizer que os discursos expostos por esse suporte, por serem carregados de significações, não são neutros. Partindo desse ponto de vista, é interessante mencionar que o jornal não pode ser encarado como fonte fidedigna do fato que ele descreve ou do que ele transformou em notícia. Sua motivação, ao veicular acontecimentos, possui muitas vezes objetivos próprios que nem sempre coincidem com a promessa da informação objetiva e imparcial. Dessa maneira, para esse tipo de pesquisa, consideramos a abordagem de Capelato e Prado:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos

acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

Por refletir interesses de determinadas classes, o jornal possui uma visão parcial ou subjetiva, e precisa ser analisado a partir de seu contexto histórico, social e político para que de fato faça sentido. Não se pode, segundo esse entendimento, utilizar-se desse tipo de fonte para buscar a veracidade dos fatos narrados, como se procurou fazer em momentos distintos da pesquisa histórica, uma vez que esse suporte textual possui em sua essência uma carga ideológica que compromete a neutralidade dos fatos narrados. Uma notícia no suporte jornalístico não representa um fato em si, mas opiniões, sendo, portanto, perspectivas variáveis e relativas.

Observa-se, portanto, no impresso, uma importante fonte de representações da realidade social que são historicamente construídas e determinadas pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais. Para autores como Chartier, tais representações são expressas por meio dos discursos que, por sua vez, são materializados nos textos. Sobre a sua perspectiva a respeito das representações, é conveniente destacar que:

**As representações do mundo social** assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, **são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam**. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. **As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros**, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17, grifos nosso).

A partir da fala de Chartier (1990), é possível compreender que os textos possuem representações por meio das quais não se pode obter um fato narrado com isenção. Essas representações tendem a coincidir com o interesse de determinados grupos sociais que possuem recursos privilegiados para disseminar suas ideias. Elas estão situadas em um contexto sócio histórico e fazem parte de uma estratégia relacionada à tentativa de impor autoridade e legitimar escolhas por meio do convencimento.

Dessa forma, a análise do impresso deve partir do pressuposto de que tal objeto é, na verdade, uma representação subjetiva e contextualizada da realidade. Por ser uma

representação, é possível encontrar, portanto, diferentes projetos políticos e visões de mundo de grupos sociais distintos, tentando se afirmar e influenciar a conduta de outras pessoas.

Nessa concorrência por imposição de autoridade e legitimação de projetos, o jornal vale-se de sua posição para utilizar diferentes estratégias discursivas na tentativa de atrair e convencer o seu leitor. Essas estratégias e suas intenções, obviamente, não se encontram de forma explícita no texto. Durante a análise, é necessário levar em consideração outros aspectos do jornal, além dos gêneros textuais propriamente ditos, a fim de ampliar as possibilidades interpretativas, ampliando e aprofundando a análise. Entende-se que para analisar os discursos representados nos textos é necessário, ainda, observar aspectos externos a ele: O seu autor, a que lugar social ele pertence, as circunstâncias sociais e históricas e até o formato em que o texto é dado a ler. Todas essas características surtem efeitos no leitor. Dessa maneira:

A observação pode introduzir uma outra revisão. Contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão. (CHARTIER, 1991, p. 182).

Chartier (1991) ressalta o papel ativo de outros personagens que atuam na configuração do texto, modificando-o e interferindo na experiência que o leitor terá ao interpretá-lo. Em decorrência disso o autor afirma que os autores não escrevem livros, mas escrevem textos que outros sujeitos transformam em objetos impressos. Esse espaço de construção dos sentidos – o lugar onde o texto se situa fisicamente – não pode ser ignorado na análise textual, uma vez que as formas materiais contribuem para dar “feição às antecipações do leitor em relação ao texto e para avocar novos públicos ou usos inéditos” (CHARTIER, 1991, p. 182).

Trazendo a atenção ao leitor, é importante considerar que, da mesma forma que um jornal – ou qualquer texto – possui uma intenção pré-estabelecida, que determina diversas estratégias específicas para alcançá-la com êxito, também é somada a esse processo a caracterização de um perfil de leitor. Logo, verifica-se, em muitos jornais, uma seleção de público alvo que, muitas vezes, é informada de maneira explícita. Essa definição também é de grande valia para a formulação de estratégias que tentem atrair e cativar a atenção, uma vez que em função desse personagem, diversos aspectos relacionados ao campo visual e material,

tais como linguagem utilizada, diagramação, quantidade de página, seções, podem ser aprimorados.

A partir dessa explanação, é possível compreender que o poder do texto jornalístico e sua influência na sociedade baseiam-se em relações de forças de diferentes grupos sociais, mas que tal ação é feita de maneira sutil, “atraindo o público e conquistando seus corações”, como afirma Capelato (1988, p. 13). Segundo a autora, a imprensa, desde os tempos mais remotos, constituiu-se em uma força política. Dessa forma, o seu poder de interferência na vida cidadina é tão considerável que os governos e as classes dominantes não somente o utilizavam, mas o temiam.

E o temor é extremamente justificável, pois utilizar-se da arma-jornal implica dizer que há sempre uma escolha entre o domínio das consciências e a liberdade, uma vez que “o conhecimento que temos da realidade é mediado pelos fatos divulgados pela imprensa escrita e radiotelevisiva” (MARTINS; LUCA, 2006, p. 10). Além dessa mediação, há o entendimento de que os impressos estão atrelados à função de “despertar consciências” e “modelá-las” de acordo com seus valores e interesses, indicando sempre uma alternativa ou um padrão de comportamento político (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 23). E tal comportamento não se finda no espectro político, pois:

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público. (MARTINS; LUCA, 2006, p. 11).

Diante das considerações levantadas, é possível observar que a pesquisa por meio dos impressos é um processo que implica a consideração de diferentes pontos de observação. O suporte jornalístico abriga discursos que caracterizam determinados momentos da história, sendo considerado, portanto, uma fonte extremamente rica e significativa que mesmo sendo identificada como subjetiva e parcial, continua refletindo as práticas sociais de uma época. E isso faz muito sentido na proposta dessa pesquisa, uma vez que o objetivo não se pauta em determinar a veracidade dos acontecimentos, mas em observar a forma com que estes eram retratados e difundidos, considerando elementos que costumam interferir nesse tipo de relação.

## 2.2. A imprensa escrita e a sua atuação no contexto das primeiras cidades acrianas

A criação de jornais é uma consequência natural do processo de desenvolvimento de uma cidade, o que confere à ela aspectos de “civilidade” e modernidade urbana. E não se trata de uma ação despreziosa, pois o jornal passa a ocupar um importante papel social, coincidindo, obviamente, com os interesses de determinadas classes. Em consequência disso, seu grau de envolvimento, ao longo do tempo, evoluiu de acordo com os anseios da própria sociedade.

Capelato (1988, p. 20) afirma que a imprensa surgiu tardiamente no Brasil. A Coroa Portuguesa criou obstáculos para impedir que as críticas à dominação imposta fossem propagadas. Além disso, segundo a autora, havia predominância de uma população do campo, dispersa, analfabeta, constituída, em sua maior parte, por escravos. Os núcleos urbanos, portanto, eram pouco significativos. A luta pela independência, porém, impulsionou as iniciativas.

**Figura 6 - Manchete inaugural do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado em setembro de 1808: O marco inaugural da imprensa no Brasil**



Fonte: Imagem disponibilizada pelo site “Tipográficos.net”<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> Disponível por meio do link: <http://tipografos.net/jornais/jornais-brasil.html>. Acesso em: 12 fev. 2018.

O jornalismo que marcou a primeira República, porém, foi “vibrante e decisivo nos destinos do país” (LUCA; MARTINS, 2006, p. 37), mesmo que, nesse período, também se afirme que a *compra* da opinião da imprensa tenha se tornado algo rotineiro. Nas cidades, observou-se um momento de prosperidade traduzido em diversificação de atividades produtivas, remodelação de cidades e programa de alfabetização – realizações de um país que continha a maioria da população analfabeta. Nesse contexto favorável, a imprensa potencializava o consumo.

Na tentativa de classificar esse momento em particular, e outras ocasiões importantes da imprensa brasileira, Assmar, Bonifácio e Lima (2007, p. 36) utilizam a divisão cronológica apresentada pelo autor Elcias Lustosa<sup>44</sup>, classificando suas fases:

- 1.ª Fase:** De 1808 a 1827, época em que todas as matérias eram comentadas, repletas de opiniões, observações pessoais, enaltecendo princípios morais e cristãos;
- 2.ª Fase:** De 1827 a 1889, quando predominavam textos que narravam os fatos seguindo a cronologia dos acontecimentos, reduzindo-se as opiniões e destacando o material informativo diferenciado pelo surgimento das agências de notícias;
- 3.ª Fase:** De 1889 a 1930, fase em que os veículos de comunicação começavam a adotar notícias quase exclusivamente informativas, tendo como regra a exclusão de qualquer juízo de valor;
- 4.ª Fase:** De 1930 a 1969, período em que surge o *lide*, técnica de construção de texto informativo baseada no resumo do acontecimento que transcreve de maneira objetiva as principais circunstâncias do fato;
- 5.ª Fase:** De 1969 até os dias atuais, fase marcada pela predominância da cultura visual, imposta pela televisão, que passa a definir o padrão estético dos veículos impressos. (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 36).

Entretanto, ao analisar as fases da imprensa brasileira na tentativa de situar os jornais acrianos de 1910, é possível constatar que as características dos primeiros jornais criados no Território acriano não seguem os mesmos padrões dos jornais nacionais nessa mesma divisão cronológica. Na verdade, sobre a imprensa acriana, é possível encontrar características mais próximas à primeira fase da imprensa nacional, devido às peculiaridades históricas, divergindo de outras regiões do país.

As autoras informam que havia uma necessidade da classe elitista local controlar o imaginário social no período de ocupação do Território. Dessa forma, o jornalismo local optava por matérias com viés doutrinário, ao invés de seguir a tendência nacional que adotava um padrão mais informativo. O jornalismo impresso acriano, em seu primórdio, remontava a uma fase inicial da imprensa na qual se defendia a moral e os bons costumes por meio da informação, utilizando uma abordagem mais opinativa, com destaque à exaltação dos fatos e

---

<sup>44</sup> Autor que escreve sobre o desenvolvimento da comunicação de massa, cuja pesquisa publicada no livro “*O texto da notícia*”, resultou na divisão da imprensa em cinco fases, citadas no trabalho dos autores Assmar, Bonifácio e Lima.

da história local. Buscava-se construir uma conexão entre os imigrantes que vieram trabalhar aqui e a terra que os “acolheu”.

De uma forma geral, é possível perceber que, independente do contexto social e histórico, os jornais sempre acompanharam o crescimento das cidades. No Acre, mesmo com os altos índices de analfabetismo, todos os Departamentos possuíam jornais que davam conta de noticiar os principais acontecimentos. Antes mesmo de o Território ter sido efetivamente criado, a imprensa escrita já tinha um papel de destaque na construção da sociedade acriana. Durante o Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia, não eram raras as notícias, principalmente entre os jornais amazonenses e paraenses, que visavam tornar mais fácil a negociação de recursos que custeavam a vinda de migrantes para a Amazônia e para a região do Território acriano. Vale destacar que notícias sobre o Acre também eram facilmente encontradas no estado do Pará e até na cidade do Rio de Janeiro, que era a então capital federal do país.

A imprensa que circulava na região amazônica desse período tinha objetivos bem pontuais com relação ao Acre: divulgar as principais ações decorrentes da anexação do Acre ao Brasil, movimentações comerciais e a disseminação aberta de um discurso que conseguisse convencer o financiamento e a vinda de trabalhadores para a região, uma vez que a borracha explorada em terras acrianas gerava grandes lucros aos estados do Amazonas e do Pará.

A partir dos anos de 1877 e 1879, houve grande facilitação do acesso à mão de obra para extração do látex nos vales do Juruá, Purus e afluentes. Além das cidades de Belém e Manaus, seringalistas, com apoio das casas aviadoras, financiavam a migração de nordestinos, com promessas de uma melhor qualidade de vida. A exemplo disso, mostramos a publicação do jornal *Commercio do Amazonas*:

Diz *A Federação*, a propósito do convite feito pelo Sr. Coronel vice-governador às famílias cearenses que quizerem vir para o Amazonas como imigrantes, que o governo se acha perfeitamente aparelhado para as receber, fornecendo-lhes o necessário. Folgamos que assim sucêda e sinceramente applaudimos a resolução do ilustrado Sr. Coronel Ramalho Junior, que arrancando das garras da miséria umas tantas famílias, presta ao mesmo tempo um valioso serviço ao Estado, fornecendo-lhes trabalhadores – o que é dizer elementos de riqueza e engrandecimento (*Commercio do Amazonas*, ano n.º. 30, edição n.º. 222).

Obviamente, não se tratava explicitamente da exploração do látex em terras acrianas, até porque, no período em questão, o Governo Federal ainda reconhecia o Acre como propriedade da Bolívia. Segundo Souza (2002), dentre os trabalhadores que se deslocaram de suas regiões natais para os estados do Amazonas e do Pará, apenas uma porcentagem



extremamente baixa efetivamente atuou nas redondezas da cidade de Manaus. Embora haja divergência e imprecisão de dados na literatura a esse respeito<sup>45</sup>, o autor afirma que a grande maioria teve como destino os seringais situados na região acriana. Esse fato, segundo o autor, se devia à propaganda de enriquecimento fácil, que chamava a atenção dos trabalhadores, e também à abundância da *Hevea brasiliensis* no Acre, que produzia um látex de excelente qualidade, despontando, em alguns momentos, como o de melhor qualidade da região amazônica.

Após esse momento, em que o jornal foi uma importante ferramenta para *vender* a ideia da migração nordestina, merece destaque o fato de que vários personagens envolvidos em maior ou menor grau com movimentos de emancipação no Território acriano eram jornalistas. A exemplo disso, é possível mencionar José de Carvalho, que atuou em um episódio que ficou conhecido como “Cem dias de Paravicini”<sup>46</sup>; Orlando Corrêa Lopes, que liderou a chamada “Expedição dos Poetas”<sup>47</sup>; e o próprio Luís Galvez, que proclamou a República do Acre em 1899. O que esses jornalistas tinham em comum, além da profissão, era o vínculo com a imprensa escrita e o interesse em retirar o Acre do monopólio boliviano. Estrategicamente, tais personalidades lideraram movimentos que tiveram uma contribuição significativa para anexação do Acre ao Brasil.

Não era incomum que, nessa época, proprietários, jornalistas e editores de jornais amazonenses possuíssem vínculos com as elites político-econômicas do Estado. A exemplo disso é possível mencionar o jornal impresso *Commercio do Amazonas*, fundado em 1870 pelo capitão Gregório José de Moraes, que era pai de Jorge de Moraes – este último foi deputado federal e senador pelo estado do Amazonas (AZEVEDO, 2008).

---

<sup>45</sup> Há autores que mostram uma perspectiva diferente a respeito da preferência dos nordestinos pela região acriana. Klein (2013), por exemplo, ao analisar dados populacionais disponíveis do período em questão, indica que o Acre não era o centro da migração nordestina. Dentre seus argumentos, ele destaca que enquanto estados como o Amazonas e, principalmente, o Pará cresciam com números consideráveis durante o período de maior fluxo de migração, o Acre não possuía uma quantificação que pudesse ser comparada a ambos. Além disso, o autor informa que a ocupação do Acre se deu de forma tardia e que, no momento da crise da borracha, Amazonas e Pará continuaram a aumentar o seu número populacional, mesmo que em uma velocidade menor, enquanto o Acre sofreu uma diminuição de habitantes residentes. Vale ressaltar, entretanto, que o mesmo autor indica que apesar de não poder concorrer em termos de população com os dois, o Acre ficava em pé de igualdade no que diz respeito aos totais de produção de borracha, chegando até mesmo a superá-los.

<sup>46</sup> “Cem dias de Paravicini” foi como ficou conhecido o episódio da história acriana em que, em 1899, Dom José Paravicini, ministro boliviano, desembarcou em Puerto Alonso (atual Porto Acre), com apoio do governo brasileiro, e tentou demarcar as terras acrianas, impondo Decretos, cobrando impostos sobre a borracha, delimitando seringais e, até mesmo, oprimindo os nativos da região.

<sup>47</sup> Para conter avanço do controle boliviano no Acre, o governo amazonense, com o objetivo de anexar o Território acriano ao estado, financiou a “Expedição dos Poetas” – ou “Expedição Floriano Peixoto” – para tentar proclamar novamente a independência do Acre. O nome pelo qual ficou conhecido tal episódio deve-se pela composição que continha: Em grande parte jornalistas e intelectuais, cuja inabilidade no campo militar foi decisiva para a derrota amazonense.

Além disso, por ser uma ferramenta privilegiada de comunicação em massa, mesmo quando não havia uma ligação tão direta, era possível observar a relação de proximidade, e isso também foi decisivo para o futuro do Território. Como exemplo, é possível mencionar a figura de José Cardoso Ramalho Júnior, governador do Amazonas em 1899, que é apontado como financiador da Junta Revolucionária de Luís Galvez (TOCANTINS, 2001), ao mesmo tempo em que é encarado como financiador do jornal *Comercio do Amazonas*. Tendo em vista a verba que o Estado destinava à imprensa local no período, é possível que houvesse uma intenção de influenciar o teor do conteúdo publicado.

Dessa forma, depreende-se que, por fazerem parte desse seletivo grupo, jornalistas tinham interesse direto nos acontecimentos a respeito do Acre, uma vez que a região gerava lucro para comerciantes e para o próprio estado, e a retomada do controle das terras pela Bolívia traria implicações a ambos os setores. Havia, portanto, grandes incentivadores e financiadores com interesses políticos e econômicos, que estavam por trás do que era publicado nos jornais, explicando o porquê de a imprensa ter papel tão decisivo na história do Território, mesmo antes da formalização de uma imprensa local.

Em terras acrianas, mais precisamente em Puerto Alonso, a imprensa chegou por volta de 1901. O jornal *El Acre*, impresso por uma prensa rudimentar de madeira, foi publicado pela primeira vez em 20 de outubro desse mesmo ano, e constituiu-se como porta-voz da Bolívia, transmitindo seus atos oficiais. Além disso, seu conteúdo também envolvia dados sobre a produção e o comércio do látex, conteúdo de interesses militares e observações sobre a vida local.

O que é importante destacar sobre o início da imprensa no Território, é que a criação de jornais sempre esteve atrelada a questões políticas, seja para instigar ideais ou mesmo para criticar os que estão vigentes. Sobre a intenção do governo boliviano na criação do jornal *El Acre*, destaca-se o seguinte enunciado publicado na primeira edição do jornal:

Nosso programa sincero e patriótico é explicado na seguinte perspectiva – Servir única e exclusivamente os interesses bem entendidos da região acriana, fazendo com que seja conhecido no interior e exterior da República: Ao mesmo tempo familiarizar os habitantes do Acre com nossos costumes nacionais, mostrando-lhes a bondade de nossas leis e instituições; em uma expressão: “Bolivianizar o Acre”.<sup>48</sup> (EL ACRE, 1901 *apud* MENDES, 2010).

---

<sup>48</sup> Texto original: “Nuestra programa sencillo y patriótico, queda explicarlo en el prospecto – Servir unica y exclusivamente los bien entendidos intereses de la región acreana, hacerla conocer en el interior y exterior de la República: à la vez que familiarizar à los moradores del Acre con nuestras costumbres nacionales; demostrarles la bondad de nuestras leyes é instituciones; y en una palabra: “bolivianizar el Acre”.”

É perceptível que o jornal, em suas palavras, tentava fazer com que o Acre se aproximasse mais da Bolívia, então seu país oficial. Familiarizar os moradores do Acre com os costumes “nacionais”, demonstrando suas leis e instituições, não era apenas uma forma de *bolivianizar* o Acre, mas, principalmente, de minimizar a influência brasileira da região. O intuito era demonstrar que havia ali um controle sobre o Território. Observa-se, portanto, que a criação e instalação do jornal naquele momento era estratégica, pois além de ser uma forma de transmitir os ideais bolivianos, seria, também, um meio de adentrar social e politicamente a região. Afinal, em uma cidade boliviana, nada reflete mais a ideia de pertencimento que o estabelecimento de suas instituições e a difusão de seus *costumbres nacionales* por um jornal próprio, escrito com sua língua materna.

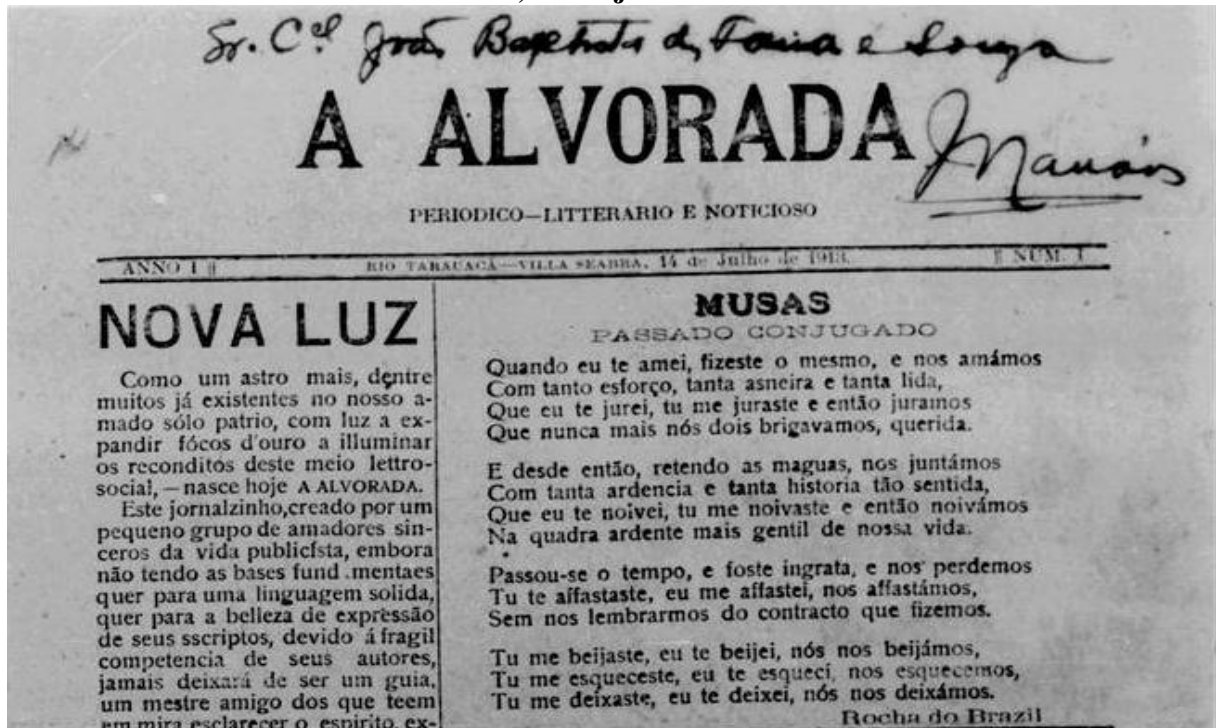
O fim do jornal, porém, aconteceu no ano seguinte, em 1902, com a declaração de independência do Acre, proferida por Plácido de Castro. Entretanto, esse foi o ponto de partida para os futuros jornais que viriam se estabelecer, posteriormente, em terras acrianas.

Nos anos seguintes, a partir da anexação do Território ao Brasil, houve um aumento significativo de jornais circulando nos Departamentos. A discussão sobre quem iria organizar o Território acriano, intensificada, principalmente, por políticos e intelectuais autonomistas, defendendo formas de administração, precisava de mecanismos que a propagasse na região. E assim aconteceu. Tanto na Cidade da Empreza quanto nos demais municípios e vilas, os jornais eram criados e circulavam disseminando a perspectiva política de seus idealizadores.

Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é possível encontrar arquivos de jornais acrianos datados a partir de 1906. Não por coincidência, os jornais *O Cruzeiro do Sul* (1906) e *O Alto Purús* (1908) pertenciam, respectivamente, às cidades de Cruzeiro do Sul e Senna Madureira. Como foi dito em momentos anteriores, durante o Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia, essas regiões experimentaram um grande avanço educacional e cultural, se comparadas a outras cidades, visto serem ambas as capitais de seus Departamentos – Senna Madureira chegou, inclusive, a ser considerada capital do território, por sua localização estratégica. Ademais, esses não foram os primeiros jornais do território, apesar de estarem entre os mais antigos, fato possivelmente relacionado à rapidez de desenvolvimento urbano dessas localidades.

É importante considerar que ambos os jornais estavam ligados às prefeituras de seus respectivos Departamentos, sendo possível, portanto, caracterizá-los como órgãos oficiais. O Jornal *O Alto Purús* traz a expressão *Orgam Oficial* de maneira explícita em seu expediente. Em Rio Branco, ou Cidade da Empreza, o primeiro jornal, segundo Assmar, Bonifácio e Lima (2007), foi *O Rio Acre*, em 1908.

Figura 7 - Edição nº. 1 do jornal *A Alvorada* "Periodico - Litterario e Noticioso". Villa Seabra, 14 de julho de 1913



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

A partir de 1910, segundo dados coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, é possível identificar a criação de mais cinco jornais: *Folha do Acre* (1910-1946), na Cidade da Empreza, e *O Commercio do Acre* (1915-1918) em Xapury, ambos situados no Departamento do Alto Acre; *O Município* (1910-1937), *A Alvorada* (1913-1914; 1915-1919) e *A Reforma* (1918-1934), na Villa Seabra (Tarauacá), pertencente ao Departamento do Alto Tarauacá<sup>49</sup>. Assmar, Bonifácio e Lima (2007) apontam que até meados de 1921, só em Rio Branco já existiam cerca de 18 periódicos. Trata-se de um número muito significativo uma vez que ainda somam-se a ele os jornais das demais cidades do Território.

É interessante destacar que as motivações para a criação dos jornais estão intimamente relacionadas com o momento político e econômico a qual estão imersas. O período de criação dos primeiros jornais acrianos estava marcado por forte ativismo político por parte de intelectuais e seringalistas que buscavam uma emancipação política, provocando intensas críticas à administração coordenada pelo Governo Federal. Além disso, utilizavam-se da plataforma para disseminar seus ideais, na busca por uma comoção popular, apesar de o Território ser detentor de um índice elevado de analfabetos.

<sup>49</sup> Em 1910, ano de criação do jornal *O Município*, a Villa Seabra ainda pertencia ao Departamento do Alto Juruá. Em 1912, a região foi desmembrada, dando origem ao Departamento do Alto Tarauacá, cuja vila tornou-se a sede.

O mesmo período também foi marcado pela criação de órgãos oficiais, vinculados muitas vezes à administração dos Departamentos, buscando divulgar os serviços realizados pelos prefeitos. No que se refere à cidade e as ações administrativas, esse período da imprensa está relacionado com os avanços na infraestrutura local. Em Rio Branco, a principal preocupação dos primeiros prefeitos era dotar a cidade dos serviços necessários ao bom andamento da vida urbana (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 46).

Seguindo essa perspectiva, a imprensa nasce no meio urbano, portanto, como uma consequência natural da falta de identificação com os estrangeiros: Os habitantes da região passam a necessitar de ferramentas que possam caracterizar sua história de resistência, e nesse contexto, os jornais locais passam a fazer sentido em sua existência. Mesmo que o conceito de urbanidade seja abrangente e necessite de outras características, é o jornal quem anuncia para seus leitores essa forma de modernidade. Essa noção é propagada pelos próprios jornais:

“A imprensa é a toalha com que a civilização (*sic*) enxuga o rosto pela manhã.”

Perfilhamos esta sublime definição do immortal auctor do Guarany, para declaramos que de hoje em diante o rio Tarauacá entra no grêmio da civilização com o aparecimento d’este seu primeiro jornal.

No logar (*sic*) onde não há imprensa, nelle a luz da civilização não há penetrado.

D’esta data em diante teem o rio Tarauacá e seus tributários (*sic*) de dar contas ao Mundo dos seus actos pela voz da imprensa, que a voz do povo, como muito bem definiu o poeta humanidade – Victor Hugo. (O MUNICIPIO, ano nº 1, edição nº. 1, 28 de setembro de 1910).

A própria ideia de civilização é associada à imprensa, possibilitando o entendimento de que é ela quem dá ao povo a capacidade de anunciar ao mundo os seus atos, a reflexão, reafirmando também a sua própria existência.

### **2.3. As principais características dos jornais acrianos a partir de 1910**

Para a análise dos jornais acrianos do período 1910-1920, foram considerados, nesse momento, apenas os jornais que se encontravam acessíveis em sua forma digital, na plataforma da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Dessa forma, os periódicos utilizados para essa análise foram: *Folha do Acre*, *O Alto Purús*, *O Cruzeiro do Sul*, *A Reforma*, *O Município*, *O Commercio do Acre* e *A Alvorada*. Vale ressaltar que embora seja possível encontrar todos os anos de circulação na plataforma digital, o mesmo não pode ser atribuído às suas edições – há lapsos de edições em quase todos os jornais.

Por não estarem disponibilizados no meio digital, consideraram-se ainda, para a análise das temáticas mais recorrentes, os editoriais de outros jornais que circularam na mesma época em Rio Branco, que se encontram reunidos no livro de Assmar (2008)<sup>50</sup>. Por essa fonte, foi possível observar também que nesse período circulavam também os seguintes periódicos: *O Rio Acre* (1908), *Cidade da Empresa* (1910), *Acreano* (1911), *O Rebate* (1913), *O Pium* (1913), *O Autonomista* (1914), *O Prego* (1915), *Jornal do Acre* (1916), *O Inseto* (1916), *Noroeste* (1917), *O Foguetão* (1917) e *A Notícia* (1918).

Sobre as temáticas mais recorrentes, Assmar, Bonifácio e Lima (2007), afirmam que os jornais do Acre, seguindo a tendência dos demais estados do Brasil, também surgiram com o objetivo de divulgar as ideias e defender interesses dos grupos econômicos e comerciais. Nesse caso, em particular, os grupos estavam relacionados ao comércio que se instaurou na região a partir da extração da borracha. As autoras afirmam ainda que durante as duas primeiras décadas do século XX, a configuração da política local estava subordinada ao poder do comércio. Entretanto, com a crise no Primeiro Ciclo da Borracha na Amazônia, houve uma ascensão do poder oficial, o que resultou na criação de jornais que defendiam o governo e os seus respectivos setores.

A partir de então, instaurou-se uma disputa de poder no plano ideológico. Convém ressaltar que tal disputa não surgiu do meio popular, mas entre as classes que temiam a possibilidade de perder ou de não obter os lucros que advinham do mercado da borracha. A imprensa surgiu, nesse contexto, para propagar ideologias e como uma plataforma para obter apelo popular. E assim, como havia jornais a favor do governo, havia também jornais independentes, vinculados aos seringalistas que visavam a autonomia do Território, cujo principal objetivo era, na verdade, perpetuar o sistema de “coronelismo”.

Fato é que a imprensa foi palco dessa disputa ideológica, pois é possível perceber que a nomeação de militares como prefeitos, sendo destinados para atuar como representantes do governo em cada Departamento, provocou mudanças políticas, sociais e econômicas em toda a região, uma vez que eles não se subordinavam aos interesses dos seringalistas. É extremamente comum, por exemplo, encontrar publicações retratando a opressão realizada

---

<sup>50</sup> A obra intitulada *Editoriais dos Jornais de Rio Branco – Séc. XX: Antologia – vol. II* (ASSMAR, 2008), que reúne apenas um compilado de editoriais, foi selecionada para fundamentar a menção à existência e circulação de alguns jornais acrianos que não foram encontrados na Hemeroteca Digital. Não há análise, mas apenas a reunião dos editoriais, inclusive com sua linguagem preservada, sem qualquer correção. Além dessa obra, para fundamentar a análise sobre as principais temáticas da época e a periodização desses jornais, utilizou-se também a obra *O Imaginário Social: Estudo dos Editoriais nos Jornais de Rio Branco – Séc. XX – vol. I* (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007), que conta com a efetiva análise dos editoriais.

pelos prefeitos e a situação de abandono vivenciada pelos Departamentos, de acordo com alguns jornais.

A partir dessa perspectiva, é possível destacar que, com base no estudo das autoras, a base do jornalismo acriano se fundamentava em promover a perpetuação de um sistema de dominação, a partir do controle dos meios de comunicação, “sob a égide de uma linguagem sedutora” (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 40). Dessa forma, mesmo cronologicamente pertencente à terceira fase do jornalismo brasileiro, considerando a divisão de Elcias Lustosa, a imprensa acriana possui uma relação maior de proximidade com a primeira fase, que foi ilustrada anteriormente, pelo fato de possuir matérias com forte caráter opinativo, subjetivo, além de enaltecer princípios morais e cristãos.

Os jornais desse período, portanto, apresentam textos altamente persuasivos, repletos de adjetivação, alinhados com a necessidade local de exercer controle a partir de representações subjetivas e com forte tendência à parcialidade. Dessa forma, observa-se ainda uma linguagem rica em opiniões e juízos de valor com forte apelo doutrinário, exaltando personalidade, fatos locais e as próprias características da região, buscando o distanciamento do sujeito daquilo que o ligava à sua origem, uma vez que a população que residia na região era, em sua maioria, composta por imigrantes (ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 42). É possível identificar uma linguagem que busca conectar a população à região para que se sintam pertencentes à causa acriana. A exemplo disso observa-se o trecho retirado do editorial do jornal *Acreano*:

Uma grande região, que os velhos tratados mal asseguravam á soberania no Brasil, passou ao domínio deste, depois de uma lueta gloriosa, á custa de sangue, e em que os brasileiros, acreanos, sempre revelaram heroísmo, tenacidade e bravura. Foi uma conquista de valor, uma joia na história pátria.

[...] Por isso mesmo, os acreanos logo após a revolução, nessa contemplação carinhosa e confiante de si mesmos, falaram de autonomia.

[...] Há alguns annos, quando se libertou da Bolívia, choveram sobre o Acre palmas e flôres a macheias; mas, então, eram os primeiros vagidos da creança que accendiam os sorrisos...

Desde, porém, que elle começou a sentir, a pensar, a querer, a União, figurando de madrastra, logo revelou a sua má vontade e desdém. E nessa má vontade, em côro, entram as praças de Manãos e Pará, com alguns jornaes. É que, lá, já definiram a missão do Acre: encher de borracha os armazens de Manãos e Pará, sujeitando-se a todas as exigências que lhe mandarem; encher de ouro o Theodoro Federal, á custa de formidável imposto que delle exigem (ACREANO, 1911 *apud* ASSMAR, 2008, p. 29).

Para mostrar a constância das características, é possível citar ainda outro exemplo em um diferente jornal, editado no Departamento do Tarauacá:

[...] Tomou a palavra o dr. Belfort Teixeira que, numa exposição de motivos, clara, precisa, eloquente, em linguagem profundamente criteriosa, verdadeiramente patriótica, elevada e distinta, expoz [sic] que o objeto daquela reunião era a necessidade em que se encontravam os acreanos do Tarauacá de congregarem-se em um partido político com idéas [sic] e principios definidos em programma, segundo o qual, sob a bandeira desfraldada, trabalhassem todos, eficaz, leal e sinceramente pelo progresso, engrandecimento e prosperidade do Departamento e do Território. Fez sentir o orador que, no momento actual, quando o Congresso Nacional ia iniciar os trabalhos de presente legislatura, com certeza se trataria ali da questão acreana sendo preciso, por isto uma ação benéfica [sic] utilitaria [sic] e unica, em prol das nossas convicções politicas e administrativas. (A REFORMA, ano nº 1, edição nº.1, 12 de maio de 1918).

Como é possível constatar, além da linguagem característica, é forte a motivação política das publicações dos jornais. E isso se dava tanto em favor da administração local, por meio do gênero *orgam official*, quanto em favor de partidos políticos e “coronéis” da região. Esse tipo de linguagem *sedutora*, que buscava aproximar e sensibilizar o leitor acreano a respeito de determinado ponto de vista político, não era característica exclusiva de jornais vinculados a associações ou a partidos políticos. Mesmo em jornais autodeclarados *orgam official* das prefeituras, cuja função principal era divulgar os *actos officiaes*, é possível encontrar características similares no tange à linguagem:

Sua missão é de paz e de trabalho, a cuja sombra podem medrar e florescer as maiores e mais legítimas aspirações. E, comquanto publicação official, a *Cidade da Empresa* não se prende, nem prender-se póde a outro sentimento político que não seja o de trabalhar afoitadamente pelo progresso desta terra, fadada aos mais altos desígnios. Não tem, não que [sic] ter, nem póde ter nenhuma preferéncia entre facções que se digladiam [...].

Orgam de uma administração que se jacta de imparcial e justiceira, não trataremos a publico outra credencial que não seja o congrassamento de toda a familia acreana, num impulso generoso e commum em prol da sua autonomia e do seu bemestar. [...] Um novo horizonte surgio, felizmente, para o Acre. O governo o defende, ouve as suas queixas e vê as suas necessidades, o que é preciso é que, governantes e governados, o auxiliemos confiantemente e ainda mais confiantemente lhe entreguemos a sorte de nossa causa.

Ajudemo-nos. Mas façamo-lo sem odios, sem prevenções, sem preferências pessoas[sic]; e caminharemos, desassombrados e unidos em busca do nosso ideal commum, que é a felicidade da nobre terra acreana (CIDADE DA EMPRESA, 1910 *apud* ASSMAR, 2008, p. 20, grifo nosso).

É possível citar ainda diferentes exemplos de outro jornal, que também funcionava como *Orgam official*:

Já estão no domínio publico [sic] as entrevistas concedidas pelo eminente conterraneo sr coronel Avelino Chaves, Prefeito em exercicio do Departamento do Alto Purus e uma das figuras de maior destaque no nosso meio.

Interessado vivamente, pelas cousas locaes [sic], como sempre se mostrou, primando pelo desinteresse pessoal com que se ha [sic] imposto á [sic] justa consideração dos acreanos, s. exc. Aborda, nesses valiosos documentos, os pontos capitaes [sic], no



que se respeita ás nossas necessidades e ás mais ardentes aspirações do povo deste Território. (O Alto Purús, ano n° X, edição n°21, 25 de março de 1917).

Por isso mesmo que s. exc. se acostumou a olhar do alto, sem preocupações de caracter subalterno, afastando-se dest'arte [*sic*] da craveira comum [*sic*] dos homens, é que não ha um só que não applauda, conscientemente, as idéas ahi [*sic*] exaradas pelo digno e honrado 1.º sub-prefeito. (O Alto Purús, ano n° X, edição n°21, 25 de março de 1917).

Acha-se entre nós, vindo a bordo do vapor nacional “Petropolis”, o exmo. sr dr. Flaviano Flavio Baptista, illustre 2.º sub prefeito do Departamento.

Ligado a esta terra por tradição que o honram sobremaneira, e onde teve, como effeito oportunidade de se revelar no exercicio de cargo de destaque na magistratura federal, s. exc. ha sido visitado pelos numerosos amigos e admiradores, que os conquistou pela sua comprovada inteireza [*sic*] de animo e caracter em momento de sérias dificuldades por que atavessamos [*sic*] nesta cidade.

Ao estimado conterraneo damos as nossas boas vindas, fazendo os mais sinceros votos pela sua feliz permanencia no nosso meio. (O Alto Purús, ano n° X, edição n°21, 25 de março de 1917).

Vale a pena considerar que o período em questão está marcado também por importantes ações na infraestrutura local, transformações decorrentes do momento histórico e da necessidade que a nova configuração administrativa demandava. Os jornais, portanto, serviam como plataforma de divulgação, uma vez que publicavam as principais atividades da administração, mostrando o progresso da região. Dessa maneira, enquanto os “órgãos oficiais” serviam para publicar as principais ações da administração local, aqueles intitulados de independentes posicionavam-se contra e costumavam criticar seus “desmandos”, geralmente impulsionando o discurso autonomista.

Quanto às temáticas dos editoriais de Rio Branco, é possível perceber que, por se tratar de um gênero textual em que a opinião é predominante, as temáticas de destaque se tornavam ainda mais evidentes. Assmar, Bonifácio e Lima (2007, p. 60) afirmam que “foram verificadas, portanto, três temáticas principais: Mitificação da região e de seus heróis, propaganda dos coronéis, partidos políticos ou associações às quais os jornais estavam subordinados e defesa da autonomia do Território”.

Obviamente, a análise dos jornais em sua totalidade, indo além dos editoriais, revela temáticas bem mais diversificadas em suas colunas. Mesmo dando ênfase às questões políticas, é possível perceber que a imprensa conseguia envolver o leitor em todos os aspectos fundamentais da vida na sociedade. Em regiões longínquas, sem estradas que as ligassem às regiões mais desenvolvidas e sem meios de comunicação eficientes, o jornal era a ferramenta mais rápida e mais completa para se atualizar a respeito de informações locais, nacionais e até mesmo internacionais. Todos os assuntos relacionados ao cotidiano e às necessidades da população estavam acessíveis no jornal. Era possível até mesmo desenvolver hábitos de leitura por meios dos folhetins, entre outros textos literários, que eram publicados nos jornais.

O periódico também possuía uma grande importância para o comércio local, não apenas por publicar as diversas mudanças de preços dos produtos exportados produzidos na região, taxa de câmbio, entre outros assuntos do universo comercial, mas também por ser a mais importante plataforma de anúncios e propagandas a respeito de produtos e serviços. Pelos diversos serviços que disponibilizava, o jornal tornou-se essencial para a vida na cidade.

E sobre anúncios e propagandas, é possível destacá-los ainda como um dos elementos que mais evidenciam a vida urbana no jornal impresso. No século XX, como afirma Eleutério (2015), os anúncios publicitários eram típicos das cidades modernas, tendo em vista sua articulação com as novas demandas da vida urbana. Por esse motivo, tornou-se uma fonte essencial de recursos.

A partir de 1910, já havia jornais em todos os quatro Departamentos informando acontecimentos de sua região, dos demais estados do Brasil e até mesmo de outros países. Dentre os sete jornais analisados, três deles – *A Alvorada*, *A Reforma* e *O Município* – eram editados no Departamento do Alto Tarauacá, em sua sede, a Villa Seabra. Dois deles – *O Commercio do Acre* e *Folha do Acre* – eram editados no Departamento do Alto Acre, sendo que o primeiro localizava-se no município de Xapury, e o segundo na Cidade da Empreza (Rio Branco). Os outros dois – *O Alto Purús* e *O Cruzeiro do Sul* – localizavam-se, respectivamente, no Departamento do Alto Purús, em Senna Madureira, e no Departamento do Alto Juruá, em Cruzeiro do Sul.

Com relação à periodização estabelecida para análise da pesquisa, todos os jornais circularam entre 1910 a 1920, sendo que apenas dois destes circularam durante todo este período (*Folha do Acre* e *O Município*). Outros dois jornais começaram antes de 1910, entretanto não chegaram até o ano de 1920 (*O Cruzeiro do Sul* e *O Alto Purús*). Os outros três surgiram nos anos de 1913 (*A Alvorada*), 1915 (*O Commercio do Acre*) e 1918 (*A Reforma*), sendo que os dois primeiros tiveram uma curta duração, completando apenas seis e três anos, respectivamente. Nesse momento, vale ressaltar que uma das características que prevalecia nos jornais do início do século XX, segundo Assmar, Bonifácio e Lima (2007), é justamente a efemeridade. Poucos jornais alcançavam números expressivos de publicações. De acordo com as autoras, os motivos para a vida curta de alguns jornais, tendo como base os periódicos da cidade de Rio Branco, estavam relacionados tanto à dificuldade imposta pela confecção artesanal dos jornais quanto pelas sanções políticas.

Como exemplo de jornais com pouca duração, de acordo com os autores, é possível citar: *O Rio Acre* (1908 -1909); *Cidade da Empreza* (1910); *Acreano* (1911-1912); *O Rebate*

(1912-1913)<sup>51</sup>; *O Pium* (1913); *O Autonomista* (1914-1915); *Boletim Oficial* (1915-1918); *O Prego* (1915); *Jornal do Acre* (1916); *O Inseto* (1916-1917); *Reforma* (1916-1917); *O Futuro* (1919-1921); *Noroeste* (1917); *O Foguetão* (1917); *A Notícia* (1918-1919); *O Norte* (1921-1922); *A Capital* (1921-1922); *Jornal Oficial* (1925-1926) e *O Acre* (1929-1965). Dentre os citados, os jornais que atingiram maior número de publicações foram *A Notícia*, com 60 edições; *Acreano*, com 96 edições e *Folha do Acre* que, em 1931, conseguiu alcançar 835 edições.

Mesmo considerando um número restrito de jornais como amostra para análise, é possível encontrar certa diversificação no quesito caracterização dos jornais. Os jornais *O Alto Purús* e *O Cruzeiro do Sul* eram autodeclarados *orgam oficial* de suas respectivas prefeituras – é interessante destacar, porém, que o primeiro “nasceu” como Órgão Oficial e permaneceu nessa condição até 25 de maio de 1913, quando o prefeito Samuel Barreira extinguiu a *Imprensa oficial*, autodeclarando-se *orgam dos interesses geraes do Departamento*. Em abril de 1916, entretanto, o jornal retoma a alcunha de *orgam oficial*. Os assuntos referentes às publicações desse tipo de periódico eram tratados com o secretário da prefeitura ou com o diretor do jornal.

Por se tratar de imprensa oficial, a responsabilidade sobre esses jornais ficou atrelada a algumas pessoas extremamente envolvidas com a prefeitura. Em 1910, estava na direção do jornal *O Alto Purús* o então subprefeito e presidente da Sociedade de Agricultura do Alto Purús, major Samuel Barreira que, posteriormente, assumiu a prefeitura do Departamento. Na sequência, assumiram também o cargo de diretor do jornal os seguintes senhores: Victor Manoel de Freitas, advogado e secretário da prefeitura; Romeu Estellita Cavalcanti Pessoa, advogado e delegado de polícia; o cirurgião-dentista Manoel dos Passos Galvão, que assumiu a diretoria no momento em que fora extinta a imprensa oficial, tornando o periódico particular; o médico Mario Alvarez; Flávio Baptista, juiz seccional, secretário geral da prefeitura e subprefeito; e o advogado Martins de Freitas, secretário geral da prefeitura<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> De acordo com dados coletados na Hemeretoca Digital e nas obras de ASSMAR; BONIFÁCIO e LIMA (2007) e ASSMAR (2008) houve, no Território Federal do Acre, a circulação de dois jornais intitulados *O Rebate*. O primeiro circulou entre os anos de 1912 a 1913 e era editado em Rio Branco, na região do Alto Acre. O segundo, por sua vez, circulou durante o período de 1921 a 1971 e era editado em Cruzeiro do Sul, na Região do Alto Juruá. Em razão ao período da pesquisa, a menção é feita ao primeiro jornal.

<sup>52</sup> Os dados foram obtidos a partir do próprio jornal.

**Quadro 1 - Visão Geral dos jornais do Acre no período 1910-1920, no que se refere ao local de edição**

Jornal	Local de Edição	
	Departamento	Cidade
<b>A Alvorada</b>	Departamento do Alto Tarauacá	Villa Seabra, atual Tarauacá
<b>A Reforma</b>	Departamento do Alto Tarauacá	Villa Seabra, atual Tarauacá
<b>O Commercio do Acre</b>	Departamento do Alto Acre	Xapury, atual Xapuri
<b>Folha do Acre</b>	Departamento do Alto Acre	Cidade da Empreza, atual Rio Branco
<b>O Alto Purús</b>	Departamento do Alto Purús	Senna Madureira, atual Sena Madureira
<b>O Cruzeiro do Sul</b>	Departamento do Alto Juruá	Cruzeiro do Sul
<b>O Município</b>	Departamento do Alto Tarauacá	Villa Seabra, atual Tarauacá

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da FBN.

Em relação ao jornal *O Cruzeiro do Sul*, em 1910, passa a ocupar o cargo de escrivão, Carlos Melo, diretor da imprensa oficial. Seguiram também como diretores: O advogado e proprietário de seringais Olegário da Luz Castro; o capitão Alfredo Rocha; o intelectual e inspetor da instrução pública João Craveiro Costa; Antônio de Salles Ferreira, ocupando simultaneamente o cargo de diretor de contabilidade da prefeitura; o jornalista Alfredo Cordeiro da Rocha, que também ocupou o cargo de 2º Oficial da secretaria da prefeitura e Juvêncio Barroso, que chegou a ocupar os cargos de secretário da prefeitura e inspetor interino da instrução pública.

Com essas informações, a intenção não é demonstrar apenas a relação efetiva e direta dos diretores da imprensa com as prefeituras dos Departamentos, mas evidenciar o grau de importância que era dado a esse cargo. Ao observar as nomeações constata-se que não era um cargo disponível a qualquer um que, somente, demonstrasse aptidão ou habilidades: A relevância do jornal na sociedade era algo tão considerado entre as administrações locais que apenas pessoas da própria administração ficavam encarregadas da edição dos órgãos oficiais.

O *lugar de fala* dos diretores dos jornais certamente diz muito a seu respeito, incluindo suas motivações pessoais, sociais e políticas. No caso dos órgãos oficiais, obviamente há uma posição claramente definida. O mesmo pode ser atribuído aos jornais que se autodeclaram partidários. Os jornais que se intitulam independentes, porém, necessitam de uma maior atenção: Partindo da perspectiva de que nenhum discurso é livre de ideologia, é preciso compreender que, mesmo não estando vinculados explicitamente a grupos ou partidos

políticos ou à administração local, todo *orgam*, mesmo sendo independente, possui uma pretensão ou uma razão de ser, e isso também pode ser observado por meio de suas publicações e por meio de seus diretores e/ou proprietários.

Dentre os jornais autodeclarados como *orgam independente*, estão *O Município* e *O Commercio do Acre*. O primeiro, que se autodenominava imparcial e pertencente a uma imprensa livre e independente, teve como diretor/proprietário o advogado Pedro Gomes Leite Coêlho e como editor, Benedicto Gil. Importante ressaltar que o jornal não poupava críticas ao Movimento Autonomista que se fortalecia na região, posicionando-se por diversas vezes contra a administração do movimento em Cruzeiro do Sul. Defendia um processo de autonomia que viria por meio de movimento pacífico, “civilizado” – o que seria consequência natural do desenvolvimento da região. Em suas próprias palavras:

Continuaremos a sustentar que o commercio [*sic*] não deve pagar para quem quer que seja apresentar-se na capital do Paiz [*sic*] com ar de fidalgo á titulo de propugnador da autonomia do Territorio.

A autonomia do Acre virá pelo império das circunstancias, porque a ella temos incontestado direito; mas ha de vir mansa, pacificamente, sem bulha nem matinada, pela evolução e não pelas revoluções, alem de intempestivas, mal organizadas.

Não ha muitos annos eramos [*sic*] no Juruá um povo quazi [*sic*] conquistado, nada tinhamos, á vista do que somos hoje; ja passou a epocha [*sic*] de cidadãos de *arco e flexa* [*sic*] e estamos no periodo da civilização. (*O Município*, ano nº X, edição nº.5, 30 de outubro de 1910).

*O Commercio do Acre*, por sua vez, destacava-se de todos os outros por ser um jornal de *caracter commercial*. Essa característica é fundamental quando se analisam os elementos que diferenciam os jornais da época. Ele era direcionado a um público específico e, por isso, possuía uma linguagem diferenciada, mas objetiva, além de publicar mais espaços destinados a anúncios e a informações a respeito do comércio. A extensão do jornal era outro atributo que o diferenciava dos demais jornais, pois enquanto os demais possuíam de quatro a seis páginas, em média, o periódico comercial chegava a ter até nove páginas. Embora o jornal fosse enfático em sua temática de criação, as notícias e discussões publicadas, assim como os demais jornais, eram abrangentes. É possível encontrar notícias variadas, informações sobre o tempo e até poemas nesse suporte. Sua direção estava a cargo do capitão Romeu Ferreira e do coronel e escrivão interino do juízo de paz Rubens Thaumaturgo, que, posteriormente se tornou vogal eleito do Conselho Municipal de Xapury.

**Quadro 2 - Visão Geral dos jornais do Acre no período 1910-1920, no que se refere à sua periodização e seus editores responsáveis**

JORNAL	PERIODIZAÇÃO	EDITORES RESPONSÁVEIS
A Alvorada	1913 a 1919	Operários do jornal <i>O Município</i>
A Reforma	1918 a 1934	<b>Diretor/proprietário:</b> José Florêncio da Cunha, tenente-coronel
		<b>Gerente:</b> Ângelo da Silveira, delegado de polícia interino
O Comercio do Acre	1915 a 1918	<b>Diretores:</b> Romeu Ferreira, capitão e Rubens Thaumaturgo, coronel e escrivão interino do juízo de paz
		Redatores e colaboradores diversos (a opinião dos colaboradores não necessariamente reflete a do jornal)
Folha do Acre	1910 a 1946	<b>1910:</b> <b>Diretor:</b> Theophilo Maia, coronel, comerciante e presidente do Conselho Municipal <b>Redator/secretário:</b> Nelson Noronha, tenente-coronel
		<b>1911/1915:</b> <b>Diretor:</b> Nelson Noronha, tenente-coronel <b>Redator Chefe:</b> Gentil Norberto, engenheiro e ex-combatente da Revolução Acreana
		<b>1915/1920:</b> <b>Diretores:</b> Nelson Noronha, tenente-coronel e Martinho Pinto, advogado e membro do Conselho Municipal <b>Administrador Técnico:</b> João Rodrigues Sandes, tenente
		<b>1920:</b> <b>Diretor:</b> Antônio Ferreira Brasil, coronel e comerciante
O Alto Purús	1908 a 1918	<b>1910:</b> <b>Responsável:</b> Odorico Rangel, secretário da prefeitura
		<b>1910:</b> <b>Diretor:</b> Samuel Barreira, major, subprefeito do Departamento do Alto Purús e presidente da Sociedade de Agricultura do Alto Purús
		<b>1910:</b> <b>Diretor:</b> Victor Manoel de Freitas, advogado e secretário da prefeitura
		<b>1910/1913:</b> <b>Diretor:</b> Romeu Estellita Cavalcanti Pessoa, advogado e delegado de polícia

		<b>1913/1916:</b> <b>Diretor:</b> Manoel dos Passos Galvão, cirurgião-dentista
		<b>1916:</b> <b>Diretor:</b> Mario Alvarez, médico
		<b>1917:</b> <b>Diretor:</b> Flávio Baptista, juiz seccional, secretário geral da prefeitura e subprefeito
		<b>1918:</b> <b>Diretor:</b> Martins de Freitas, advogado
<b>O Cruzeiro do Sul</b>	1906 a 1917	<b>1910:</b> <b>Diretor:</b> Carlos de Mello, escrivão do posto fiscal do Departamento do Alto Juruá
		<b>1910:</b> <b>Diretor:</b> João Craveiro Costa, inspetor da instrução pública
		<b>1911:</b> <b>Diretor:</b> Olegário da Luz Castro, advogado e proprietário de seringais
		<b>1911:</b> <b>Diretor:</b> Antônio de Salles Ferreira, diretor da contabilidade da prefeitura
		<b>1912:</b> <b>Diretor:</b> Alfredo Cordeiro da Rocha, jornalista e 2º Oficial da Secretaria da prefeitura
		<b>1912:</b> <b>Diretor:</b> Juvêncio Barroso, secretário da prefeitura, inspetor da instrução pública interino
		<b>1912/1914:</b> <b>Diretor:</b> Francisco Pereira de Moura, major
		<b>1914/1917:</b> <b>Diretor:</b> Odilon Augusto de Moura, major
<b>O Município</b>	1910 a 1937	<b>Diretor/proprietário:</b> Pedro Gomes Leite Coêlho, advogado
		<b>Editor:</b> Benedicto Gil, artista
		<b>Gerente:</b> Henri Froissart
		<b>Impressor:</b> João Telles da Motta

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da FBN.

Dentre os jornais que estavam explicitamente vinculados a partidos políticos, é possível citar *A Reforma e Folha do Acre*. O primeiro tinha como proprietário e diretor o tenente-coronel José Florêncio da Cunha, que possuía vínculos com o Partido Republicano de Tarauacá. Em consequência dessa relação é possível encontrar fortes críticas e denúncias à sua oposição e, em especial, ao então prefeito Cunha Vasconcellos. O *Folha do Acre*, por sua vez, autodeclarava-se *órgão dos interesses do povo*, apesar de informar que o jornal era propriedade de uma Associação. A partir de 1911, porém, passou a denominar-se *Orgam do*

*Partido Constructor Acreano*, tornando-se, explicitamente, porta voz de tal partido. Em sua direção passaram figuras como o comerciante, coronel e presidente do Conselho Municipal Theophilo Maia; o advogado e membro do Conselho Municipal Martinho Pinto; o tenente-coronel Nelson Noronha; o engenheiro e ex-combatente da Revolução Acreana Gentil Norberto e o comerciante e coronel Antônio Ferreira Brasil.

Assim como *O Commercio do Acre*, cujas características eram tão peculiares, ainda há de se considerar o periódico *A Alvorada*, que distinguia-se facilmente dos demais, principalmente por se autodenominar *periódico litterario e noticioso*, agregando, posteriormente, a alcunha de *humoristico*. Ele tinha como objetivo oferecer o desenvolvimento intelectual da *mocidade* do Departamento. Cita ainda, como parte de seu *programma*, *fazer o conhecimento moral, physico e social*.

A proposta do jornal era trazer o universo da literatura aos leitores. O periódico era impresso nas oficinas do jornal *O Município*, sendo, portanto, vinculado a ele. As características que definitivamente o diferenciava dos demais era a quantidade de textos literários (em prosa ou verso), além de gêneros textuais lúdicos, e a grande participação de seus leitores na composição do jornal. Em seu expediente, ele colocava à disposição de seus leitores todas as suas colunas, aceitando toda a colaboração sobre literatura, *logogriphos*<sup>53</sup>, enigmas e charadas. A participação de leitores na composição do jornal não era algo específico desse tipo de jornal, mas, dentre os sete analisados, certamente era o periódico em que mais havia esse tipo de colaboração.

Nos demais jornais, havia colunas que ficavam disponíveis à participação do leitor, mas para fins específicos, e geralmente estavam intituladas como: *Columna livre*, *Avisos*, *A Pedidos*, *Protesto*, *Solicitados* e *Inedictoriaes*. Algumas dessas colunas são autoexplicativas, mas, no geral, eram áreas destinadas a agradecimentos, comunicações do comércio, eventos, atividades de igrejas, declarações pessoais e comerciais, reclamações, ou seja, era uma área vendida pelo jornal para informação formal de terceiros.

---

<sup>53</sup> Espécie de charada, na qual se propõe a adivinhação de uma palavra a partir da adivinhação de outras previamente.



**Quadro 3 - Visão geral dos jornais do Acre no período 1910-1920 quanto à sua caracterização**

JORNAL	CARACTERIZAÇÃO
A Alvorada	Periódico literário, humorístico e noticioso
A Reforma	Órgão do Partido Republicano de Tarauacá
O Commercio do Acre	Órgão independente, de caráter comercial
Folha do Acre	1910: Propriedade de uma Associação (o jornal não especifica qual)
	1911/1920: Vinculou-se ao Partido Constructor Acreano
O Alto Purús	1910/1913: Órgão Oficial da prefeitura do Departamento do Alto Purús
	1913/1916: A imprensa oficial foi extinta pelo prefeito Samuel Barreira, ficando o jornal sob a direção de Manoel dos Passos Galvão – O jornal passa a se autodeclarar <i>Orgam dos interesses geraes</i> do Departamento do Alto Purús
	1916/1920: Volta a ser Órgão Oficial da prefeitura do Departamento do Alto Purús
O Cruzeiro do Sul	Órgão Oficial da prefeitura do Departamento do Alto Juruá
O Município	Órgão independente

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da FBN.

Havia ainda matérias e notícias feitas por colaboração de pessoas que não eram vinculadas aos jornais. De qualquer forma, sejam em colunas “livres” ou em matérias por colaboração, os próprios periódicos informavam que a redação do jornal não se responsabilizava e não seria solidária com as doutrinas ou opiniões ali emitidas.

Em um contexto mais “social”, destacam-se ainda as colunas destinadas aos acontecimentos festivos da cidade. Geralmente intituladas *Vida Social*, podendo ser encontradas ainda sob os títulos “*A Alvorada*” *Elegante*, *Emboras* ou *Chronica Elegante*, eram áreas destinadas a avisos relacionados a aniversários, batizados, casamentos, anúncios de visitantes importantes, comemorações, nascimentos, como também falecimentos.

No que tange aos serviços disponibilizados pelos jornais, é possível citar outra diferença entre *A Alvorada* e os demais periódicos: A ausência de anúncios comerciais em suas páginas. Com exceção de *O Commercio do Acre*, que possuía anúncios e informações comerciais em boa parte de seu corpo, os demais jornais destinavam geralmente parte da penúltima página e a última página para esses reclames, geralmente intitulados de *Annuncios*. Interessante destacar que as propagandas não se limitavam à própria região, pois havia

publicidades referentes a outras cidades, Departamentos, regiões do Amazonas e Pará e até mesmo da Bolívia.

As informações comerciais também possuíam área específica em todos os jornais, com exceção de *A Alvorada*. Geralmente com o título *Secção Commercial*, *Gazeta Commercial* ou *Boletim* de determinada Associação Comercial, a coluna trazia informações sobre cotação da borracha nas redondezas, taxa de câmbio, taxas de serviços, movimentação do porto (com os dias de entrada e saída de embarcações), valores de produtos alimentícios, entre outras informações pertinentes ao contexto. A questão comercial era muito presente nos periódicos e dominava boa parte dos conteúdos publicados, não se limitando, portanto, a essas colunas.

Outro ponto interessante dos jornais acrianos desse período está relacionado às publicações das atividades oficiais da administração local. Obviamente para jornais caracterizados como Órgão Oficial, era comum a coluna *Actos oficiais* – ou *Vida Publica* – aparecer, geralmente, na primeira página. Entretanto, em jornais autodeclarados como independentes, tais como *O Município* e *A Reforma* também é possível encontrar colunas específicas para divulgação de ações oficiais – mesmo estes jornais não sendo caracterizados como imprensa oficial.

Todavia todos os jornais, com exceção de *A Alvorada*, costumavam publicar os balanços gerais de receita e despesas de suas respectivas prefeituras. É recorrente também encontrar áreas destinadas às publicações de atividades judiciárias. Por essa análise foi possível perceber que as grandes figuras que impulsionaram a formação da sociedade acriana da época estavam atreladas a uma grande movimentação política, mas principalmente comercial. Era a partir desses dois contextos que a opinião pública era formada: Os jornais defendiam suas ideologias, por intermédio da ênfase dada às notícias e pela linguagem extremamente subjetiva e sugestiva.

Além desse aspecto, é preciso considerar ainda o importante papel que o jornal desempenhava na formação da própria cidade. O jornal era o mecanismo mais eficiente em um contexto em que as possibilidades comunicativas eram extremamente precárias, mesmo entre Departamentos vizinhos. Era por meio da imprensa que se encontravam as informações que influenciavam o cotidiano do cidadão. Além de oferecer serviços, também era uma ferramenta educativa e cultural, pois tinha a capacidade de “ditar” as normas de convivência, princípios morais e estimular em seu discurso e em sua estrutura, possibilidades para a leitura reflexiva e frutiva. A inserção dessa ferramenta atuou em mudanças na percepção da sociedade acriana nos contextos econômico, político, cultural e educacional.

### CAPÍTULO III

#### A VIDA CIDADINA E A EDUCAÇÃO A PARTIR DO JORNAL FOLHA DO ACRE

No terceiro capítulo desta pesquisa, apresentam-se análises acerca da vida na cidade e da organização da educação a partir da representação assimilada e propagada pelo jornal *Folha do Acre*. A partir da perspectiva de que as fontes escritas, em especial o impresso, são representações contextualizadas que devem considerar todos os aspectos condicionantes de sua produção, foi necessário que, nos capítulos anteriores, fosse discutido todo o contexto ao qual estava imerso o periódico, além de ilustrado todo o percurso que deu origem ao seu discurso. Em continuidade a essa abordagem, este capítulo busca evidenciar, portanto, elementos que explicam a ótica do jornal e justificam a sua visão sobre a sociedade da época e sobre um dos principais pilares que passou a sustentá-la: A educação.

Parte-se da ideia de que o jornal é uma das fontes mais privilegiadas para analisar toda a movimentação cidadina, justamente por ser o principal mecanismo de acesso e de divulgação de informações da sociedade, tendo em vista o fato de que nos anos de 1910 a 1920, como foi observado em momentos anteriores, não houve grandes mudanças estruturais que auxiliassem a região acriana na comunicação entre seus próprios Departamentos e, tampouco, entre as demais regiões do país.

Nesse último capítulo, a pesquisa procura mostrar a relação entre o jornal *Folha do Acre* e a vida na cidade, de maneira mais aprofundada e, mais especificamente, a sua perspectiva a respeito da educação da época. Para isso, foram analisadas suas edições publicadas no decorrer dos anos de 1910 a 1920, destacando-se as principais características que faziam do jornal um elemento relevante no cotidiano citadino.

Em um primeiro momento, as definições políticas que orientavam a linha editorial do jornal foram evidenciadas. Dessa maneira, destacaram-se as suas *razões de ser* – a forma com a qual o jornal utilizava suas páginas para dar voz às causas que se julgava representante, interferindo muitas vezes na política local e na percepção de seus leitores.

Dando continuidade à análise, partindo de sua estrutura, demonstrou-se como o jornal mediava a vida urbana, oferecendo serviços e aproximando o leitor de notícias muito relacionadas ao cotidiano urbano. Dessa forma, o periódico alcançava uma variedade de leitores, agindo e influenciando a sociedade, moldando mentalidades e persuadindo comportamentos. Observa-se ainda o seu caráter mobilizador, enquanto ferramenta de expressão social e de movimentação política, por se colocar como o porta-voz de um projeto

específico de sociedade, além de servir como ambiente de críticas e manifestações contrárias a projetos políticos em voga.

A análise se aprofunda, ainda, nas questões relacionadas à educação. Além de destacar a perspectiva ideológica em que se pautava a discussão sobre a temática na imprensa acriana, o capítulo busca caracterizar a educação do Território a partir da ótica do jornal, ressaltando a abordagem da temática no Movimento Autonomista – uma vez que o jornal era órgão de um partido que compunha a classe favorável à autonomia do Território.

Por fim, o capítulo apresenta um panorama da educação acriana da época, destacando as principais ações que foram realizadas no período em que o Acre era dividido geograficamente e politicamente por Departamentos; tecendo algumas reflexões sobre o projeto de educação que se apregoava nacionalmente no mesmo período.

### **3.1. A vida cidadina e o jornal *Folha do Acre***

Os jornais acrianos do período compreendido entre os anos de 1910 e 1920 se destacavam por possuir um “fazer” jornalístico extremamente subjetivo, difundindo em suas publicações princípios morais e cívicos e textos carregados de observações pessoais de caráter disciplinador. Esses elementos abundantemente encontrados na imprensa acriana, por si só, são capazes de denunciar a influência que o jornal possuía na vida cidadina da região acriana.

São diversos os textos encontrados nos jornais da época que indicam padrões de conduta, normas a serem seguidas, homenagens a personalidades de conduta ilibada, além da exposição e ridicularização de cidadãos que cometessem atitudes controversas. A imprensa acriana desse período era a única ferramenta de acesso à informação e se comportava como uma verdadeira mediadora da vida urbana; logo, havia uma importante ligação entre o jornal e a vida na cidade.

Para a análise de jornais, conhecer as concepções predominantes em sua linha editorial é de suma importância para identificar a sua função social e, a partir disso, a sua maneira de agir perante a sociedade e as atividades urbanas ali desenvolvidas. No jornal *Folha do Acre*, em específico, em uma análise inicial, identificou-se que uma das bandeiras levantadas pelo periódico era a autonomia política e econômica do Território Federal do Acre.

Os idealizadores do periódico, inicialmente, identificaram-se como uma *associação*, sem grandes detalhamentos. Entretanto, ainda na primeira edição, é possível observar a dimensão política que o jornal iria assumir:

A Folha do Acre é o órgão das aspirações dos ideais do povo acreano (...). Por essas columnas defenderemos a sua causa, (...) pelo seu progresso e pela sua liberdade, pelo seu engrandecimento material, moral e intellectual.

**Somos políticos**, mas a nossa política é a política larga, desinteressada e espontânea que só visa o interesse commum, o bem da colectividade (*Folha do Acre*, ano nº 1, edição nº. 1, agosto de 1910, grifo nosso).

Ainda em 1911, o jornal é apresentado como órgão do *Partido Constructor Acreano*, colocando-se como seu porta-voz. Tendo em vista a posição de seus dirigentes (que tinham envolvimento com o comércio local), a sua linha editorial era voltada para a defesa dos interesses do mercado e pela autonomia política da região, mantendo-se em oposição ao governo oficial. Dentre os dirigentes do movimento, destacam-se principalmente, Antunes Alencar, que era coronel, seringalista e ex-combatente da Revolução Acreana, e Gentil Norberto, engenheiro, também ex-combatente da Revolução Acreana e o grande responsável por dar *vida* ao Partido, segundo o próprio jornal.

Vale ressaltar que a ideologia autonomista partiu, primeiramente, da classe que mais se beneficiaria com sua concessão: Os seringalistas. Não é coincidência, portanto, que as principais figuras envolvidas com as atividades do jornal *Folha do Acre* – que era órgão vinculado a um partido autonomista – fossem seringalistas que possuíam terras e atuavam em transações comerciais, como o próprio jornal expõe. Dentre as várias dimensões abordadas pelos periódicos, o comércio era uma das mais destacadas.

A partir da identificação de alguns de seus dirigentes, assim como Foucault, é interessante questionar: quem fala? Qual o *status* dos indivíduos que têm o direito de proferir tal discurso? Foucault utiliza a figura do médico para a compreensão dessa ideia:

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte (...).

É preciso descrever também os *lugares* institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação). (FOUCAULT, 2008, p. 57).

Não se trata exatamente de definir quem é o autor do discurso, mas sim de qual “lugar” ele fala; a que “lugar institucional” pertence, pois é isso o que vai definir o nível de legitimidade. Ao identificar, por exemplo, que os dirigentes do jornal eram ex-combatentes da Revolução Acreana, movimento que auxiliou o processo de reconhecimento do Acre como parte do Brasil, é de se esperar que houvesse ali um comprometimento com a causa da região. O que se diz naquele lugar de fala torna-se uma verdade quase inquestionável. E não se finda

nisso: no jornal, comerciantes seringalistas também falam sobre comércio e engenheiros falam sobre a “decadente” estrutura da cidade ou sobre a “grande modernização da cidade”, quando o contexto político sugere. Assim, não era difícil, na época, crer que o Jornal *Folha do Acre* defendia o *progresso e liberdade* do Acre, mas, atualmente, é perfeitamente questionável a *politica larga, desinteressada e espontanea que só visa o interesse comum* que se dizia fazer.

É interessante destacar ainda o papel e a relevância que o jornal tinha na sociedade da época. Como já enfatizado em momentos anteriores do texto, o jornal possuía um *status* de “transmissor da verdade”. Dessa maneira, aquilo que era transmitido pelo veículo de comunicação também ganhava *status* de verdade. Se em pleno século XXI o jornal ainda possui um grande poder de influência, mesmo que com questionamentos, naquele momento, o que era veiculado era quase inquestionável, dadas as circunstâncias. Os discursos carregados de ideologia de determinadas classes se materializavam no jornal, que se traduz também em uma das formas da relação entre “poder” e “saber”, como é possível observar na reflexão de Foucault:

Temos antes que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 2011, p. 30).

Para o autor, a relação entre poder e saber são extremamente relacionáveis, sendo que o primeiro orienta, impulsiona e, também, pode limitar o segundo. Muito embora o autor traga a proposta de que é o *poder* que possibilita as fronteiras do *saber*, é interessante trazer à discussão o quanto o acesso ao conhecimento e até mesmo a sua produção está a serviço do *poder*, sendo definido e disseminado por aquele que o detém.

Quanto aos leitores do jornal, em específico, é possível encontrar algumas pistas que não estão necessariamente no conteúdo do jornal em si, mas nas anotações feitas pelos locais de arquivamento, que podem ser associadas ao público que tinha acesso ao jornal:

Figura 8 - Cabeçalhos identificando o local de destino de algumas edições do jornal



É possível identificar algumas instituições: Folha do Amazonas, Associação Commercial, Diário Official (Manaus) e Redacção do Diário do Commercio (Manaus). Com essas informações, há a possibilidade de levantar duas questões. A primeira é o de que, embora o jornal fosse editado na região acreana, o seu público de leitores ou pelo menos as pessoas que tinham acesso a ele não se limitavam ao Território. A segunda ideia gira em torno do tipo específico de público. É possível afirmar que o jornal era escrito por uma classe de políticos e comerciantes que buscava diálogo e apoio nessa mesma classe, tanto em seu próprio território quanto nos estados vizinhos. O discurso do jornal gira em torno da autonomia da região tanto política quanto econômica.

A relação entre a imprensa e o contexto mercadológico também não é uma novidade e remonta a períodos anteriores da história. Marcondes Filho (1989) relembra, em seus estudos a respeito do surgimento da imprensa, que, no século XVIII, a imprensa funcionou como um instrumento do capitalismo. Assim, o jornalismo não nasceu necessariamente a partir do sistema capitalista, mas a sua descoberta pela burguesia resultou em uma forte aproximação ao sistema, fato que visava benefícios comerciais:

[...] não se procura concluir [...] que a burguesia tivesse orientado o desenvolvimento e as transformações do jornalismo segundo suas exigências políticas e sociais. Isso não aconteceu nem com o jornalismo nem com os demais meios de comunicação. Pelo contrário: as descobertas de novos meios de comunicação, na medida em que puderam satisfazer os interesses da burguesia, receberam maciço investimento desta que, com fins lucrativos, passava a ver essa descoberta como fonte de ganhos (MARCONDES FILHO, 1989, p. 56-57).

Dessa forma, a partir do momento em que a informação passou a ser uma necessidade do homem na sociedade e, em consequência disso, passou a ser também uma *fonte de ganhos*, a imprensa se transformou em um instrumento de organização social, tamanha era a sua interferência na sociedade.

Nesse contexto, com um número reduzido de leitores – uma vez que no Brasil o índice de analfabetismo era alto – e um aumento crescente de colaboradores do jornal brasileiro, a publicidade era o apoio econômico ao veículo. Os anúncios então eram cada vez mais frequentes nas páginas de revistas e jornais, estimulando o consumo da classe média emergente e da elite que as folheavam em busca dos produtos trazidos pela industrialização e urbanização (ELEUTÉRIO, 2015). Os anúncios publicitários em jornais acreanos também são encontrados com extrema facilidade. Há, inclusive, espaços generosos destinados a esse fim. Como no exemplo abaixo, no qual os anúncios publicitários ocupam duas das quatro páginas da edição do jornal:

**Figura 9 - Espaço destinado aos anúncios publicitários na mesma edição do jornal (Folha do Acre, ano nº 2, edição nº. 78, 1912)**



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.



Ter em mente os fins lucrativos que o jornal possuía é de fundamental importância para compreender sua influência na sociedade acriana a partir de 1910. Ressalta-se, a partir dessa ideia, que o foco de todo o conteúdo publicado inicialmente no jornal *Folha do Acre* centrava-se, principalmente, na causa autonomista e na defesa do comércio. Essas observações iniciais orientam a análise, uma vez que se tornam evidentes as personalidades interessadas na ampla circulação do jornal, o público que certamente o acompanharia e também aquele leitor que se procurava cativar – bem como os objetivos desejados com o êxito do jornal.

O periódico foi lançado em 1910, trazendo, portanto, a autonomia do Acre como temática principal desde a sua primeira edição. Em sua apresentação, há uma reflexão que engradece a luta dos acrianos por sua terra, destacando o seu patriotismo, ao mesmo tempo em que lamenta o abandono dos poderes públicos:

O que têm feito realmente em prol do Acre os poderes constituídos da nossa Republica, desde que os acreanos lhe restituíram a sua soberania nesta opulenta e vasta região? Sobre esse ponto não precisamos entrar em profundas observações. Basta mesmo uma observação perfunctoria sobre qual o interesse que o nosso governo tem tomado nesses últimos tempos pelos negócios do Acre (...). O Acre só o preocupa em relação ao que produz. As suas mais urgentes necessidades, o nosso commercio, a nossa indústria, a instrução dos nossos filhos, nada consegue despertar sua atenção (...). O povo acreano permanece sem direitos, sem garantias, sem meios de promover o preparo intelectual dos seus futuros cidadãos. (*Folha do Acre*, ano nº 1, edição nº. 1, agosto de 1910).

Havia uma necessidade de despertar na população a sensação de pertencimento à região. Para a população geral, as mudanças efetivas que os seringueiros e outros trabalhadores experimentariam na prática com as mudanças administrativas, não era algo bem definido, todavia, geralmente os trabalhadores se submetiam à causa em virtude dos benefícios que os seus patrões viriam ter e que, porventura, seriam repassados a eles.

Entretanto, para as classes que de fato lucravam com o comércio da borracha, as mudanças políticas influenciavam sobremaneira os negócios. A possibilidade de escolher os seus governantes segundo os seus interesses políticos e comerciais era o grande objetivo. Vale lembrar o fato de que a administração federal, segundo a imprensa acriana da época, não se mostrava favorável aos comerciantes locais. Além de não incentivá-los, há denúncias de que eram retirados muitos recursos financeiros sem o devido retorno em termos de infraestrutura local.

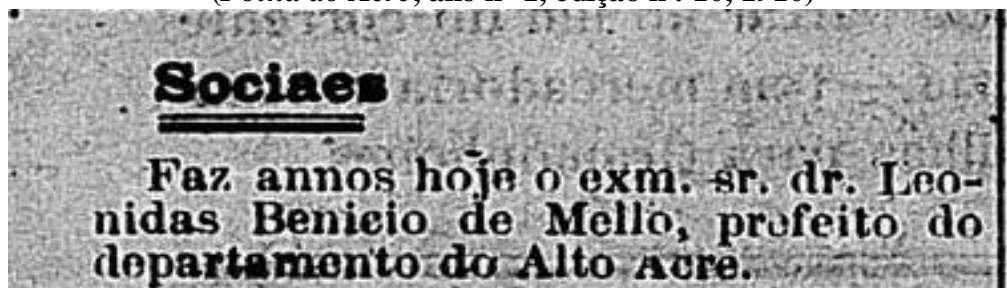
Dessa forma, para conseguir visibilidade, a causa necessitava de comoção popular. Para chegar a isso, os discursos jornalísticos buscavam a identificação do povo,

independentemente de sua condição. Embora a população pertencesse, em sua grande maioria, a outros estados, era extremamente comum referir-se à toda população como o *povo acreano*, colocando-se assim, o seringueiro e o coronel na mesma posição e impondo-lhes a necessidade de compartilhar os mesmos ideais. Inclusive, toda figura considerada importante e favorável à causa era frequentemente adjetivada pelo periódico como *bom* ou *verdadeiro acreano*, na tentativa de tornar essa parcela da população mais próxima e mais aceita pela sociedade.

A administração do Território era, portanto, uma das principais temáticas do jornal. Sobre essa posição, vale mencionar as críticas ferrenhas que o jornal teceu, em 1910, à atuação do então prefeito Leonidas Benício de Mello, acusando-o de crimes contra a “propriedade dos acreanos”, “lezando os interesses da fazenda nacional”, entre outras coisas (ano nº. 1, edição nº. 15, 1910). Esse episódio exemplifica a forma que o jornal utilizava para interferir na realidade local, estimulando o envolvimento da cidade com a administração (em seu favor ou desfavor). Nessa ocasião o prefeito foi deposto e, em seu lugar, após administrações temporárias, assumiu Deocleciano Coêlho de Souza, que permaneceu no cargo até o ano de 1915.

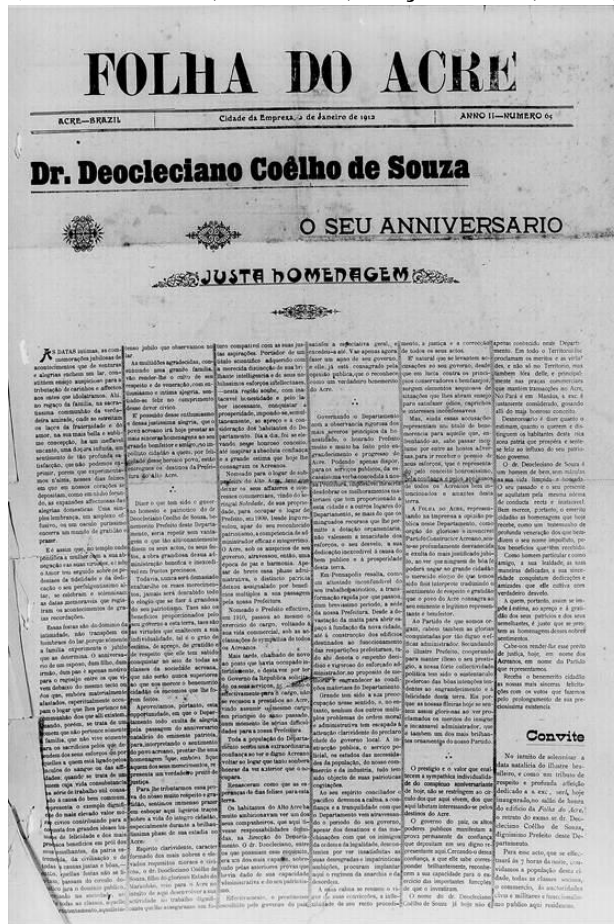
Nesse contexto, vale destacar que o jornal tinha preferências políticas específicas, uma vez que representava um movimento em prol da autonomia política da região e dos interesses locais. Partindo dessa ideia, é importante destacar que a relação entre o Movimento Autonomista e a prefeitura local também poderia ser amistosa se a proposta de gestão favorecesse, ou ao menos não se opusesse à causa. O posicionamento nada sutil do jornal a respeito de suas preferências era demonstrado nos mais diversos contextos. Indicando como exemplo o posicionamento do periódico sobre os prefeitos citados acima, destaca-se a diferente abordagem dada ao anúncio de seus aniversários:

**Figura 10 - Breve nota publicada sobre o aniversário do prefeito Leonidas Benício de Mello, cuja gestão sofreu muitas críticas do jornal.**  
(*Folha do Acre*, ano nº 1, edição nº. 10, 1910)



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Figura 11 - Homenagem de página inteira, ao aniversário do prefeito Deocleciano Coêlho de Souza, cuja atuação foi elogiada e prestigiada pelo jornal. (Folha do Acre, ano nº. 2, edição nº. 65, 1912)



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

O primeiro anuncia o aniversário de Leonidas Benício de Mello em uma coluna simples, como quaisquer aniversariantes do período. O segundo, por sua vez, noticia o aniversário de Deocleciano Coêlho de Souza com destaque, utilizando a primeira página inteira da edição – fato que revela não apenas o seu contentamento com a gestão do então prefeito, mas também a intenção de promover a sua aceitação entre seus leitores – esse tipo de homenagem dirigida a personalidades políticas que convergiam com os propósitos do jornal era comum em suas páginas.

A partir dessa comparação, é possível fazer alusão à ideia de representação de Chartier (1990) para dizer que a forma com que ambos os prefeitos são retratados pelo jornal não parte de uma perspectiva neutra. O convencimento e a imposição de determinadas ideias parte de uma estratégia para impor ao outro ou até mesmo ao seu próprio grupo uma concepção de mundo para legitimar certos atos. E, no campo jornalístico, em especial ao texto escrito, pequenas escolhas, sejam lexicais, os formatos, e até mesmo o espaço, traduzem a

forma com que se espera que o leitor seja impactado. Nada do que é escrito, nesse sentido, é obra do acaso.

A partir de 1910, o jornal passou a ressaltar os ideais em que se baseava o Movimento Autonomista do Acre e as principais notícias a respeito das decisões do governo sobre a causa, destacando principalmente a luta do povo acriano, em face do abandono do poder público, e a exaltação da beleza da natureza amazônica. O jornal também informava por meio de notas, as principais notícias do cotidiano, evidenciando os principais acontecimentos da região e retratando contextos que envolviam desde a inauguração de escolas até notas policiais.

Nesse momento, todos os problemas estruturais do Acre, os conflitos políticos e os desentendimentos entre os jornais da região recebiam as primeiras páginas do jornal. Dessa forma, era comum que os textos mais extensos abordassem assuntos como a falta de estrutura da cidade, a deficiência nos serviços de transportes, a falta de comunicação viável em todo o Território, a incapacidade dos serviços fiscais, além de denúncias a respeito de supostos crimes cometidos pelo então prefeito – notícia que sempre recebia destaque do jornal. Como dito anteriormente, tais escolhas possuem o objetivo de causar um impacto no leitor. A importância e o espaço que o jornal disponibiliza para determinados temas tem relação com a visão política das classes ali representadas. Não é por acaso que se destacavam também as homenagens a figuras importantes do Movimento Autonomista.

A partir de 1912, porém, a administração do prefeito Deocleciano Coêlho de Souza obteve apoio do Partido Constructor, e o jornal passou a tecer menções extremamente positivas a respeito de sua atuação. Durante a administração do novo prefeito, a abordagem do jornal a respeito da própria cidade também sofre uma alteração: Seja pela afinidade ao gestor, seja pela efetividade das ações estruturais da cidade, fato é que o jornal passa a evidenciar o progresso da região, relacionando os problemas ainda existentes com a *escassez de recursos*. Para além disso, o jornal destaca os feitos dos prefeitos que se seguiram, apesar das dificuldades encontradas e dos *minguados recursos* que dispuseram. Para uma melhor visualização quanto à situação, foram destacados algumas notas para que se fizesse uma comparação:

A Empreza se resente da falta de melhoramentos urgentes, que venham supprir as necessidades publicas, de acordo com o seu progresso e com o crescente desenvolvimento de sua operosa população. Quando colligimos os dados sobre as avultadas rendas do Acre, quando computamos a sua população, quando, enfim, observamos as grandezas naturaes de nossa terra, uma dolorosa interrogação nos apprehende [*sic*] o espirito: - Porque será que este povo trabalhador, que este sólo

privilegiado não conseguem [sic] realizar as vantagens que outros menos aquinhoados na grande partilha dos bens da natureza, adquirem sem tão grandes sacrifícios?

Esse phenomeno [sic] tem a sua triste explicação no descaso do governo, que absorve as nossas rendas e nos submete a um ostracismo iniquo. [...]

Urge que os poderes administrativos, a quem incumbe zelar pelo bem geral e pela segurança publica, tomem uma iniciativa a respeito. (*Folha do Acre*, ano nº 1, edição nº.8, 30 de outubro de 1910).

Governando o Departamento com a observancia rigorosa dos mais severos principios da honestidade, o honrado Prefeito muito e muito ha feito pelo engrandecimento e progresso do Acre. Podendo apenas disor para os serviços publicos, da escassissima verba concedida á [sic] nossa Prefeitura, impossivel lhe seria desdobrar os melhoramentos materiaes [sic] a esta cidade e a outros logares [sic] do Departamento, se mais do que os minguados recursos que lhe permite a dotação orçamentaria, não valessem a tenacidade dos esforços, o seu desvelo, a sua dedicação incedível á causa do bem publico e á prosperidade desta terra. [...]

A instrucção publica, o serviço policial, os estudos das necessidades da população, do nosso commercio e da industria, tudo tem sido objecto de suas patrióticas cogitações. (*Folha do Acre*, ano nº II, edição nº.65, 02 de janeiro de 1912).

Foi em decorrência dessa boa relação que o Partido não aderiu à Revolta que aconteceu no Departamento do Alto Purus, em 1912. A nota a seguir ilustra uma troca de telegramas entre a Junta Governativa Autonomista do Purús e o Delegado do Partido Gentil Norberto, a respeito da Revolta, que havia sido publicado pelo jornal *Folha do Acre* no mesmo ano:

– Da referida junta, o nosso eminente correligionário dr. Gentil Norberto recebeu o seguinte radiogramma, cuja resposta damos abaixo:

– “Dr. Gentil Norberto – Rio Branco – Junta governativa autonomista Purús convida-vos imanamo-nos nesta lucta para completa victoria causa da autonomia Territorio Acre. Estaremos vosso lado obedecendo vossa orientação. Affectuosas saudações. *Childerico Fernandes, Barbosa Lima, Astolpho Margarido, José Ferreira Araujo.*

Eis a resposta:

– “Childerico Fernandes, Barbosa Lima, Astolpho Margarido, José Ferreira Araujo. – Senna Madureira, – Tendo chegado esta cidade sabbado tarde só hoje tenho a oportunidade responder vosso telegramma. Profundamente penhorado alta consideração imerecidamente me prestaes [sic], sinto não puder attender pedido prestimosos amigos difficil emergencia atravessa Territorio. Durante minha estadia Rio fui constante defensor junto governo chefes politicos acção Partido Progressista Purús esforçando-me tambem aqui no Acre perstigial-o [sic] medida minhas forças. Declarei vosso enviado Rio maior franqueza só estaria lado revolução caso governo não executasse lei reforma Acre approvada anno passado congresso nacional. Proclamação autonomia antes acção governo federal collocou Acre dolorosa situação negar solidariedade seus irmãos Purús. **Além disso, minha adhesão [sic] causa revolucionarios importaria pelo menos tentativa deposição Prefeito deste Departamento o que seria verdadeira traição feita amigo particular dedicado administrador exemplar dr. Deocleciano de Souza.** Faço ardentos votos restabelecimento paz Purús. [...]

[...] coronel João d’Oliveira Rôla, **presidente do Partido Constructor Acreano** enviou ao proeminente chefe da politica nacional [...]:

[...] – Relação acontecimento Alto Purús vossa excellencia deve estar informado declaro nome directorio Partido Constructor este **prestigia Prefeito doutor**

Deocleciano Souza conservando-se fiel programma politico [...]. (Folha do Acre, ano nº II, edição nº. 83, 30 de maio de 1912, grifos nossos).

A partir da administração do novo prefeito, começaram a ser publicadas ações da prefeitura do Departamento, por meio da coluna *Folha Official*. A exposição das ações oficiais da administração, até então não era uma atividade realizada de maneira fixa pelo jornal. Essa coluna só permaneceu ativa entre os anos de 1912 e 1915, coincidindo com o início e o término do governo do prefeito Deocleciano Coêlho de Souza, tendo em vista o fato de que a prefeitura financiava a coluna no jornal, mediante compensação pecuniária.

Em um contexto mais estrutural, é possível observar ainda, a forma com a qual o jornal lidava com o cotidiano urbano, em 1910: As suas notícias eram distribuídas em quatro páginas, em média, e divididas em colunas estreitas. Não havia grandes variações nas fontes de textos utilizadas e nem notícias ou colunas com grandes destaques, além da primeira página. Havia, porém, algumas colunas fixas com títulos comuns, geralmente os mesmos adotados por outros jornais: *Noticias, Editaes, Ineditoriais, Anuncios*.

Figura 12 - À esquerda vê-se a coluna “Anuncios” (Folha do Acre, ano nº. 10, edição nº. 329, 1920), e à direita vê-se a primeira página da edição nº. 219, de 1918 (a fotografia na página é uma homenagem ao ex-prefeito Deocleciano Coêlho de Souza)



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Nos anos seguintes, o jornal foi ganhando mais personalidade. Já havia um trabalho mais elaborado na diagramação do jornal, que passou a utilizar diferentes fontes de caracteres, recursos como animações, e até fotografias. Essas características foram aprimoradas

aos poucos e também serviam como estratégias para tornar a leitura do periódico visualmente mais agradável e convidativa.

Outro destaque do jornal era a abrangência de suas publicações: Mesmo existindo uma ênfase na publicação de notícias do Departamento do Alto Acre, os acontecimentos dos demais Departamentos também estavam presentes nas páginas do periódico (o próprio nome do jornal já denotava essa busca pela consagração de um periódico abrangente).

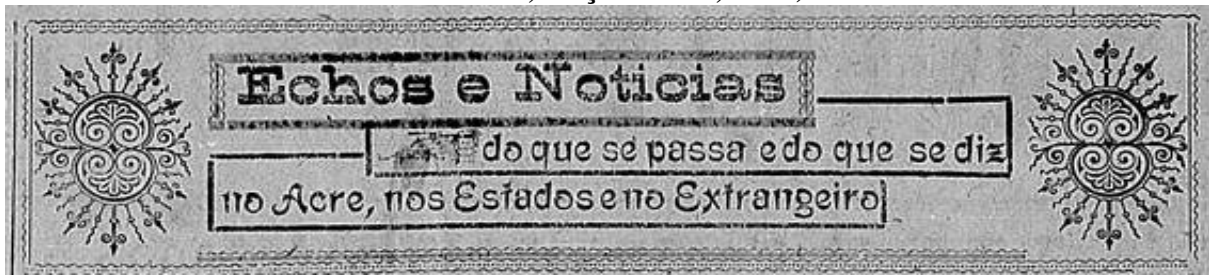
Com esse intuito, o jornal costumava evidenciar os principais fatos de todos os Departamentos, para que pudesse ser bem aceito, talvez até mesmo por outros estados, indicando também o alcance de leitores do periódico. Como destacado em momentos anteriores do texto, o jornal também era recebido em Manaus, por exemplo.

Em um nível mais local, é possível deduzir que havia também uma tentativa de incorporar o ideal autonomista por meio da união dos Departamentos. Ao veicular as notícias de toda a região, buscava-se não apenas evidenciar os problemas vivenciados, mas também a necessidade de se unirem pela causa autonomista. Na primeira edição do jornal já se nota essa intenção quando, em sua primeira página, são feitas algumas considerações sobre o Movimento Autonomista nos Departamento do Alto Juruá e do Alto Purus. No intento de potencializar o discurso autonomista, portanto, diversas denúncias sobre a situação de descaso em que se encontravam os demais Departamentos foram destaque em suas páginas.

Há um grande destaque para denúncias de descaso da administração para com o Departamento do Alto Purús, fato que caracteriza a importância que o jornal dava às outras regiões. O destaque para essas denúncias também seria uma forma de apresentar para a sociedade, a ineficiência da administração proposta pelo Governo Federal. Além disso, vale ressaltar a presença da perspectiva subjetiva e opinativa do jornal, expondo e induzindo juízos de valor sobre a questão.

A respeito dessa abrangência, vale destacar ainda que o *Folha do Acre*, seguindo a tendência de outros jornais, também noticiava os principais acontecimentos dos estados de todo o Brasil e até de outros países, havendo para isso, inclusive, uma coluna específica.

**Figura 13 - Cabeçalho de coluna com notícias de outros estados e países. (Folha do Acre, ano nº. 2, edição nº. 77, 1912)**



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Muitas notícias publicadas a respeito de outras regiões chegavam à redação dos jornais da época por meio do serviço de telégrafos, que também era disponibilizado para a população, mediante pagamento pecuniário. O serviço foi muito utilizado por empresas particulares, inclusive pelos jornais da época, por se configurar como uma ferramenta de comunicação mais rápida e mais moderna em comparação aos tradicionais correios, possibilitando trocas rápidas de mensagens e informações entre os Departamentos e os estados do Brasil. As notícias obtidas pelas rádios telegráficas eram publicadas em colunas específicas em todos os jornais, inclusive no jornal *Folha do Acre*. A coluna poderia ser encontrada sob o nome *Folha Radiographica* ou apenas *Radiogrammas* e era descrita como um serviço especial do periódico (muito embora outros jornais também disponibilizasse o serviço).

Havia ainda outros serviços práticos que eram disponibilizados pelo jornal e dispostos em áreas diversas de sua estrutura. Por exemplo, notam-se colunas específicas para as informações relacionadas ao comércio e à entrada e saída das embarcações fluviais – principal meio de transporte entre o Território e os demais estados da região Amazônica, além da chegada de mantimentos e tabela de preços. Havia ainda a *Folha Particular*, que era um espaço muito utilizado para notas comerciais e outras manifestações, como por exemplo, reclamações e protestos sobre assuntos relacionados à administração local.

Dentre as colunas que abordavam os assuntos mais corriqueiros, destacam-se as intituladas de *Folha Recreativa*, *Folha Theatral* e *Folha Social*. Essas colunas, como suas nomenclaturas sugerem, referiam-se a assuntos mais cotidianos e de natureza recreativa. Nesses espaços eram publicadas charadas, notícias sobre festas, aniversários, nascimentos, casamentos, batizados, visitas ou viagens de pessoas que possuíam certa visibilidade perante a sociedade. No jornal também era muito comum a publicação de poemas e folhetins, além disso, havia ainda um espaço específico – denominado *Folha Luctuosa* – para informar o falecimento das pessoas.



Essas colunas também se tornaram um elemento estratégico para o jornal, pois ao mesmo tempo em que colocavam em evidência certas personalidades da sociedade acriana, exaltando-as, buscavam atrair o público que se interessava pelos acontecimentos sociais locais, e por leituras fruitivas – público que por vezes poderia não ser alcançado pelas temáticas políticas e comerciais.

No processo de representação da cidade, observa-se que a forma de retratá-la como uma cidade em progresso ou uma cidade abandonada pelos poderes públicos era uma forma de inculcar nas pessoas uma visão a respeito da própria condição, na tentativa de convencê-las a “lutar” ou desencorajá-las de certos procedimentos de conduta, principalmente no âmbito político.

Retomando como exemplo a situação apresentada anteriormente sobre a Revolta no Departamento do Alto Purús, é possível perceber que o Partido Constructor Acreano optou por não se vincular à causa, tendo em vista a boa relação que tal Partido possuía com o então prefeito. Dessa forma, o jornal afirmava que *o povo do Acre* não faria revolução, pois compreendia que tal ato comprometeria o *bem-estar geral* e prejudicaria o *progresso local*, o que retardaria a conquista da autonomia.

O periódico declara ainda, que o Acre viria a ser autônomo quando tivesse *conquistado a plenitude de seus direitos, pelos meios compatíveis com seu tradicional patriotismo, pelo desenvolvimento de suas riquezas, pelo seu prestígio moral e pelo seu aperfeiçoamento material e intellectual* (Folha do Acre, ano nº. 1, edição nº. 85, 1912, p. 1), assumindo uma postura mais conservadora e pacífica na causa autonomista.

Para além disso, a representação do Território acriano enquanto detentor de cidades estruturadas com direito a *diversões da vida elegante* (divulgadas nos anúncios e descritas em notas dispersas do jornal), também era uma ideia difundida no intuito de refutar os argumentos do Governo Federal de que a região era incapaz de se autogerir política e economicamente.

Muitos, pelo pouco que sabem das cousas acreanas, ficarão estupefactos e duvidosos ao saberem que no Acre já existem theatros, cinemas e outras diversões da vida elegante.

Eu, porém, é que não me surpreenderei com o gesto attonito, porque sei que em geral o Brasileiro culto sabe mais da existencias dos povos do que do seu continente. E isto, em nosso País, vai ao ponto de até os Estados visinhos se ignorarem.

O progresso do Acre é vertiginoso, como (*trecho ilegível*) acontecer em todas as zonas de situação geographicas como aquella, cuja principal riqueza é a industria extractiva.

Mas, onde o Ministro da Justiça se trai e manifesta inconsequencia lamentavel é quando diz ser o Acre zona vastissima, occupada apenas por 80 mil adventicios; e que se os Poderes publicos decretarem a autonomia, teremos uma intervenção

deferral por anno e mais assassinatos de governadores e guerras civis do que nos primeiros annos do regime democratico em todo o Brazil.

(...) Nelles (*Departamentos do Acre*) foram quase sempre collocados politicos decahidos dos Estados e que alli foram institores [*sic*] do Governo Federal. Se, portanto, houve nos Departamentos esses *desfalques e malversações* a que S. Ex. se refere, foram commettidos por esses prepostos, nunca pelos acreanos.

O que posso affirmar, é que no Departamento do Alto onde resido, nenhuma administração ainda levou, em moralidade e ordem, vantagem ás exercidas pelos acreanos, representadas na effectividade quatriennial do Dr. Deoclecianno de Souza e nas interinidades do Coronel Antonio Vieira. (*Folha do Acre*, anno n.º. 7, edição n.º. 207, 1917).

A citação acima, extraída do jornal, esclarece, em parte, o porquê da necessidade de evidenciar o progresso dos Departamentos, principalmente em termos de estrutura e organização política. Durante os primeiros anos após a anexação do Acre ao Brasil, a falta de estrutura era uma forte justificativa para a intervenção do Governo Federal na região (que se somava ao desejo que ele tinha de recuperar o dinheiro gasto na negociação do Território com a Bolívia).

Dessa forma, os autonomistas usavam o jornal para concretizar esse projeto de organização da cidade em seus aspectos morais, sociais, políticos, econômicos e educativos, com o intuito de demonstrar a capacidade da região de se autoadministrar. Assim, o jornal protestava contra os problemas estruturais da cidade, evidenciando os equívocos e a inabilidade da intervenção federal, ao mesmo tempo em que divulgava o Território como uma região em ascensão, apesar dos problemas envolvidos – mecanismo utilizado para demonstrar a necessidade de independência da região àqueles que de alguma forma se sensibilizavam com a causa acriana.

Nos anos entre 1917 e 1920, após uma pausa nas atividades do jornal durante o ano de 1916, intensificou-se a pressão para uma reorganização administrativa do Território. Essa situação era ilustrada principalmente pelos destaques na primeira página, geralmente trazendo os problemas enfrentados na época, além de críticas à lentidão na reorganização do Acre. Vale destacar que o posicionamento do jornal era crítico quanto à atuação da administração no interesse local. Inclusive, dentre os problemas elencados, destacam-se a falta de transparência na utilização dos recursos públicos e sua má utilização, visto que a gestão do dinheiro desprezava demandas importantes para a sociedade.

Destaca-se também o conflito que se deu, inicialmente, entre o jornal e o Órgão Oficial da prefeitura, ou *Boletim Oficial*, e, posteriormente, com o próprio prefeito Augusto Carlos de Vasconcelos Monteiro, que também rendeu pauta às primeiras páginas do periódico. Fato é que nesse momento o jornal passa a divulgar matérias de jornais de outros

estados, geralmente do Rio de Janeiro, tais como *A Lanterna*, *A Rua*, *O Imparcial*, *Rio Jornal*, que se posicionavam em defesa da autonomia do Território.

Em 1920, ainda com ânimos exaltados, noticia-se com muitas expectativas, a possibilidade iminente de haver uma reorganização administrativa no Território. Há, inclusive, uma movimentação no jornal no intuito de motivar os acrianos a se habilitarem para a votação, tendo em vista a informação de que em breve haveria eleição. Dessa forma, muito se escrevia a respeito da importância de a população acriana estar apta a votar. Além disso, era comum encontrar pequenas expressões imperativas nas páginas do jornal, associando o alistamento do acriano à *felicidade do Acre*.

Ainda no contexto das necessidades urbanas que o período trouxe para a cidade e que o jornal evidenciou, destaca-se o recenseamento demográfico: Da mesma maneira que foi suscitada a discussão sobre a habilitação de eleitores, o jornal agiu em defesa do recenseamento demográfico – o periódico deu uma atenção especial à ação discutindo sua importância e destacando a necessidade de se conhecer dados estatísticos sobre o Acre para fundamentar políticas de educação, de medidas de *hygiene* e de desenvolvimento econômico (todo esse processo foi acompanhado e noticiado pelo jornal).

Além das demandas que a reorganização política e que o próprio período histórico impulsionava, a possibilidade de uma nova organização administrativa também suscitou outros questionamentos entre os Departamentos, sobre qual seria a capital do Território unificado, conflito que resultou em protestos de algumas classes do Departamento do Alto Juruá que se posicionavam contra a centralização administrativa. Diante da possibilidade de ser Rio Branco a cidade escolhida para ser a capital, o jornal também noticiava a rivalidade existente entre ambas as margens do rio nas mais diversas questões. Assim, especulava-se qual das margens receberia a sede do governo (a escolhida, seguramente, presenciaria um desenvolvimento muito mais rápido de suas terras).

**Figura 14 - Considerações sobre a estrutura urbana das duas margens do rio Acre.**  
**(Folha do Acre, ano nº. 10, edição nº. 334, 1920)**

OS habitantes da margem direita do rio Acre, na cidade de Rio Branco, vivem em continuas rivalidades com os que habitam á margem opposta, Pennapolis.

Não sabemos porque tal dissensão.

Em Pennapolis dizem: «aquillo é um pantano, um foco de miasmas; o rio devia demolir o lado de lá.»

Do nosso lado dizem: «Pennapolis é um deserto e os seus habitantes são hospedes do coronel Armando Barros.»

O que é facto, o que é veridico é que ambas as margens se povoam e progridem, uma a par da outra.

Precisamos acabar com essa rivalidade, tendo em vista que ambas as margens podem viver e se desenvolver espontaneamente, maximé agora com á vinda do governo geral do Territorio do Acre para esta cidade.

Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Segundo o jornal, ambas as margens possuíam movimentações comerciais e poderiam se desenvolver *espontâneamente*. Entretanto, na mesma edição, informa que Pennápolis é um lugar onde poderiam ser construídos sólidos edifícios de alvenaria, e que seria melhor que o governador entrasse em acordo com os proprietários de terras de Rio Branco (antigo seringal Empreza) no intuito de adquirir espaços para o desenvolvimento agropecuário da região.

A expectativa também é sentida no comércio. As dificuldades que já eram extremamente noticiadas tornaram-se mais evidentes com a demora da reforma político-administrativa garantida pelo Governo Federal. Nesse contexto, o periódico, com apoio de outros jornais de circulação nacional, passou a enfatizar a grande dificuldade que o comércio local enfrentava para permanecer ativo.

Os protestos e lamentos com relação à crise em que se abateu o comércio da região foram discutidos e vinculados à necessidade da reforma política no Território. Como consequências diretas desse momento de dificuldade, o jornal cita o despovoamento da

região, devido à falta de trabalho e o pouco rendimento, e a possível paralisação total da extração da borracha. Segundo o jornal, há também uma intensa movimentação de saída da população que vivia e trabalhava nos seringais – a população passou a se dirigir às regiões mais urbanas, em busca de empregos que garantissem suas subsistências.

A escassez de recursos na região gerou também uma onda de violência na cidade. Nesse contexto, crimes de roubo e assassinato são associados à crise do mercado e à miséria em que os trabalhadores se encontravam:

A anarchia é geral nos centros *seringueiristas* e nenhum proprietário poderá conter a explosão de assalto que medra naquelles centros. A interferencia policial no caso, será absolutamente ineficaz. Na fisionomia do acreano estampa-se a contingencia da dôr. (...) O seringueiro probo e honesto de hontem é hoje um bandido acossado pela fome, tangido pelo desespero. Não foi a indole do mal, mas o instinto de conservação que o transformara de cordeiro em fera. Em cada seringal que contem 100 homens tem também 100 rifles e 2.000 balas em vias de revolução. Enquanto desvalorisa-se a borracha, decresce o trabalho e aumenta-se o numero de desocupados. O desanimo empolga o espirito do acreano. O commercio paralisa-se, fecham-se os seringaes. O que será de dezenas de milhares de homens que habitam nessa região? Sem pão, sem lar e sem trabalhos dispostos á luta armada quem poderá conte-los? Se o Governo da União como grande medico de grande enfermo que é o Acre não se decide a socorre-lo incontinenti, terá o dissabor de ver finalizada a industria que até hoje constitue o segundo genero de exportação do paiz, e pela qual deverá mandar celebrar a missa do *requiescat in pace*. (*Folha do Acre*, ano n°. 10, edição n°. 338, 1920).

Essa é, portanto, uma das formas com a qual o jornal representava o momento delicado em que o Acre se encontrava. A cidade, portanto, estaria afundada no completo caos, uma vez que os trabalhadores, em decorrência da falta de recursos e do desespero, estariam roubando e por vezes, até assassinando. Obviamente, a principal crítica que se pretendia fazer era com relação ao total descaso do Governo Federal, tanto em relação ao comércio, quanto em relação à segurança pública do Território.

Ainda no que se refere à crise do comércio, vale mencionar que, nessa mesma época, houve a criação do chamado Congresso Seringalista Acreano (bastante incentivado pelo periódico *Folha do Acre*), fundado com o intuito de representar os comerciantes frente ao Governo Federal. Foram apresentadas propostas de intervenção no Território, envolvendo ações estruturais nas cidades, tais como: Instalação de agência bancária; manutenção do hospital municipal e construção de uma casa de detenção; alterações na utilização e porcentagem de impostos; manutenção de serviços e incentivos à produção e comércio local para introduzir outros cultivos, tornando a região menos dependente de um único produto e da importação de produtos para consumo dos estados do Pará e do Amazonas – entre outras

propostas que envolviam também a valorização da borracha. Porém, até o término do ano de 1920, não foram noticiadas respostas oficiais para tais propostas.

Já na área social do jornal, mesmo com todos os questionamentos políticos, é possível constatar uma movimentação mais voltada ao lazer e à distração na cidade. Encontram-se anúncios de festas e destaques consideráveis para as atividades de *theatro* e cinema, dando ênfase aos seus cartazes de propagandas em quase todas as edições. Destacam-se também as diversas notas reservadas aos clubes, às atividades esportivas e aos estabelecimentos de diversões.

Nesse contexto, em 1918, é inaugurado o *Ideal*, o primeiro cinema de Rio Branco, que posteriormente, em 1920, transforma-se no cinema *Edem*. Vale ressaltar que se tratavam de empresas particulares que se destacaram economicamente, apesar da situação econômica da região, tornando-se opções de lazer bastante prestigiadas pela sociedade da época.

Por essas e outras questões levantadas, é possível destacar não apenas diversos aspectos da maneira com a qual o jornal buscava influenciar a opinião local, mas também a sua perspectiva à respeito do cotidiano das pessoas que viviam nas cidades da época. Vale reforçar que as representações idealizadas pelo discurso do periódico *Folha do Acre* não partem de uma iniciativa despreziosa. Pelo contrário, as informações ali divulgadas e a maneira como são noticiadas visam à formação de certas opiniões, estimulando ou inibindo certos comportamentos – assim, é possível observar que o jornal possuía, de fato, o intuito de incutir na sociedade acriana os valores, princípios e interesses de seu particular projeto de sociedade.

Ao declarar-se defensor dos interesses gerais do povo acriano, o jornal defendeu, de maneira explícita, os interesses de uma classe, suscitando essa necessidade no imaginário social da população acriana. A autonomia, a partir de sua atuação, não seria, de acordo com seus objetivos, um desejo apenas de pessoas envolvidas no comércio, mas da própria sociedade, tendo em vista os anseios e a luta diária do trabalhador abandonado à própria sorte pelo poder público.

### **3.2. A educação acriana segundo as páginas do jornal *Folha do Acre* (1910-1920)**

Desde a primeira edição do jornal, a educação era apresentada como uma das áreas mais desassistidas pelo poder público no Território acriano. Segundo a visão progressista da época, nenhuma sociedade se estabeleceria politicamente e/ou economicamente, sem a devida

instrução escolar. Essa perspectiva, que associa a educação à modernidade e ao progresso, encontra refúgio no próprio contexto histórico do país, que vivenciava os anos iniciais da Primeira República.

Os anos entre 1910 e 1920 marcaram um período em que a educação acriana passava por uma fase ainda inicial. O Território havia sido anexado ao Brasil em 1904, oficialmente, e desde então a educação era uma das principais preocupações dos administradores dos Departamentos, fato exposto em momentos anteriores deste texto. Obviamente, por se tratar das primeiras décadas de estabelecimento das cidades, a educação era uma questão que demandava atenção, para que fosse efetivamente inserida no ambiente cotidiano das cidades.

Entre os anos de 1906 a 1907, é possível encontrar dados sobre o funcionamento e a criação de mais de 19 escolas no Departamento do Alto Juruá<sup>54</sup>. Da mesma forma, no Departamento do Alto Purús, constatou-se que, em 1908, já havia 18 escolas de instrução primária, funcionando no Departamento<sup>55</sup>. Ao analisar esses dados, considerando o tempo oficial de anexação do Acre ao Brasil e as dificuldades encontradas, principalmente devido às circunstâncias geográficas da região, é possível afirmar que a educação possuía importância para a sociedade da época, tanto por ser uma evidência das ações da administração, quanto por ser vista como um mecanismo que deveria se utilizar para alcançar o progresso e a modernidade da região.

Para além disso, a imprensa e a educação possuem uma relação extremamente íntima. Inicialmente, pelo fato de ambas anunciarem e fazerem parte da construção e da organização da vida em uma sociedade urbana. Além disso, as duas também são plenamente capazes de desenvolver determinada mentalidade e de estimular ações, a partir do contexto de atuação de cada uma.

Nessa relação, vale destacar ainda que a imprensa também possibilita um espaço para a opinião pública que só pode ser usufruído por meio da educação, pois esta passou a fazer parte de uma atividade comercial que precisava ser consumida pela população para que houvesse a popularização de suas ideias e o devido retorno financeiro. Dessa forma, pagava-se para publicar assuntos diversos e para anunciar negócios em suas páginas, assim como se pagava também para lê-las, visto que seu consumo, em uma sociedade analfabeta, não seria uma atividade crescente ou, pelo menos, frequente.

A relação entre a imprensa escrita – em seu sentido mais amplo – e a sociedade brasileira foi sofrendo alterações ao longo do século XIX e XX por causa do alto índice de

---

<sup>54</sup> Informação retirada do Jornal Órgão Oficial O Cruzeiro do Sul (ano III, ed. 052).

<sup>55</sup> Informação encontrada no Órgão Oficial O Alto Purús (ano I, ed. 003).

analfabetismo no país. De acordo com Eleutério (2015, p. 91), a princípio, era possível observar, principalmente entre as revistas, conteúdos mais simples e de forte apelo gráfico na qual a imagem falava mais que o texto. A autora exemplifica esse momento histórico com um trecho da crônica de Olavo Bilac escrito naquele período: “A melhor educação é a que entra pelos olhos.”.

Sobre os leitores em potencial, a autora afirma que, em 1890, havia apenas 15% da população brasileira alfabetizada. No censo de 1900, a porcentagem elevou-se para 25%, não sofrendo alterações significativas até 1920. Os dados mostram que até mesmo o Estado de São Paulo, considerado um modelo educacional para o país, possuía um índice de 70% de iletrados. Na capital, o índice diminuía para 42%, devido a imigrantes que dominavam a leitura e escrita. Enquanto empresa, os jornais, considerando a porcentagem da população alfabetizada, disputavam a atenção de um círculo ainda reduzido de leitores.

Diante desse quadro nacional, é possível afirmar que o Acre, como já mencionado em situações anteriores, também seguia a tendência do alto índice de analfabetismo. Para o jornal *Folha do Acre*, em específico, a educação já aparece desde a sua primeira edição como uma necessidade que não estava sendo suprida pela administração coordenada pelo Governo Federal, assim como outros setores, muito embora não sejam encontradas tantas menções a esse setor em seu primeiro ano. Por ser o jornal, em questão órgão, representante de um partido que lutava a favor da causa autonomista, a crítica, a princípio, era coerente com a sua posição política.

Vale ressaltar que durante no século XX, de acordo com Carvalho (2003), o analfabetismo era considerado o principal empecilho para o progresso. A alfabetização, portanto, fazia parte do programa de “regeneração” nacional, uma vez que se buscava um cidadão “civilizado” que contribuísse para o desenvolvimento do país. O aprendizado das primeiras letras era um ideal muito caro aos republicanos.

Sobre a estrutura do jornal, as notícias relacionadas à educação do Território nem sempre são encontradas em colunas específicas. Quando se referiam às atividades educacionais do Departamento do Alto Acre, em algumas edições as informações eram publicadas em uma coluna intitulada *Escolares*; e as notícias educacionais dos demais Departamentos eram publicadas juntamente com as demais notícias de assuntos gerais.

Observa-se também que há publicações com conteúdo de cunho oficial, tais como legislações, próximas aos anúncios publicitários. Sendo o periódico *Folha do Acre* um órgão não oficial, é possível deduzir que a prefeitura do Departamento tenha feito, por vezes, acordos para que seus textos fossem publicados. Além dessas possibilidades, encontram-se



discussões acerca da temática nos artigos e nos editoriais publicados em momentos e posições distintas.

Em 1910 não foram encontradas tantas referências feitas à educação, de maneira específica. Nesse momento, há uma alusão à *instrução pública* geralmente de maneira genérica com o intuito de relacioná-la ao Movimento Autonomista ou de enumerá-la como uma das áreas que necessitavam de investimento para a estruturação da região acriana. Dessa maneira, a discussão sobre a educação não parece ser feita de maneira específica no jornal, mas como assunto eventual e aleatório. É encarada, portanto, como mais uma das áreas esquecidas pela administração local.

Além disso, as próprias movimentações no contexto educacional não são anunciadas em uma coluna específica. Com exceção de uma notícia em que se informa a inauguração de uma escola, todas as demais notas estão dispersas em outras colunas. É comum, por exemplo, encontrar inauguração de escolas, exoneração e nomeação de professores e inspetores escolares em meio aos atos da prefeitura.

Tendo em vista a publicação de notas e notícias referentes ao contexto nacional no jornal, vale afirmar que, nesse mesmo ano, é possível refletir também sobre como a educação era debatida a nível nacional. Sobre a *instrução pública*, por exemplo, o *Folha do Acre* trouxe uma fala dirigida ao Congresso Nacional pelo então Presidente da República Nilo Peçanha<sup>56</sup>, em que se reflete a respeito da condição da educação naquele período e o grau de importância que essa demanda pública deveria ter nas ações públicas:

Não me é lícito deixar sem reparo as condições que se acha actualmente o ensino. A anarchia que continua a subsistir em materia de instrucção reclama dos Poderes Públicos as mais urgentes e patrioticas providencias. Não há, quer para o Estado quer para o individuo, interesse superior ao que se relaciona a elevação do nível moral e intellectual da collectividade. As instituições docentes e os apparatus scientificos que possuímos não correspondem, infelizmente, a esse ideal. Estando, porém, o caso affecto á deliberação do Senado, é de esperar que seja o paiz, em breve, dotado de uma lei que, corregindo as imperfeições da legislação vigente, corresponda ás nossas aspirações e ás verdadeiras necessidades do ensino (*Folha do Acre*, ano n.º. 1, edição n.º. 8, 1910).

É interessante destacar que a educação brasileira do início do século XX é intensamente marcada pela consolidação dos valores republicanos. Carvalho (2003, p. 13-14) afirma que havia uma crença de que a solução para os problemas estava na educação. Era necessário, portanto, “transformar habitantes em povo” para “regenerar as populações

---

<sup>56</sup> Nilo Procópio Peçanha foi Presidente do Brasil no período compreendido entre 14 de junho de 1909 a 15 de novembro de 1910, em decorrência do falecimento do então Presidente Afonso Pena.

brasileiras, núcleo da nacionalidade”. Para isso, havia uma necessidade de homogeneizar a educação. Dessa forma, a escola, além de travar uma luta contra o analfabetismo, agiria no sentido de moralizar, “civilizar” e instituir a ordem social. Essa foi a base ideológica para a educação da época.

Nesse sentido, é comum, portanto, encontrar associações feitas entre educação e a *elevação do nível moral e intellectual da collectividade*, como mencionado na citação acima. Dessa forma, seguindo as principais ideias difundidas a nível nacional, é frequente também observar a associação da educação ao patriotismo e à civilidade no contexto acriano. Alguns exemplos dessa relação e desse discurso são verificáveis, por exemplo, nas homenagens feitas a militares brasileiros nas escolhas dos nomes de escolas, na criação de uma escola regimental e na adoção da apresentação matutina do hino acriano nas escolas públicas do Departamento, por meio de ato oficial:

- O sr dr Epaminondas Jacome assim entendeu, com justiça, mandando que como tal fosse ella adoptada nas escolas publicas do Acre.

Eis a resolução de s. exc. a esse respeito:

Resolução n. 44

Manda adoptar nas Escolas Publicas do Departamento o *Hymno Acreano*, escripto pelo poeta Francisco Mangabeira.

O DR EPAMINONDAS JACOME, 1.º SUBPREFEITO EM EXERCICIO PLENO DO CARGO DE PREFEITO DO DEPARTAMENTO,

Considerando que é um dever de justiça e civismo, que não escapa ás attribuições da administração publica, prestar um preito [*sic*] de homenagem áquelles que, pela sua dedicação á patria, se distinguem e se elevam no conceito e na gratidão do seus concidadãos, não se apagando nunca da memoria destes os seus nomes benemeritos e os seus commettimentos heroicos;

Considerando que o povo acreno deve sempre lembrar com especial carinho e veneração os feitos ingentes e gloriosos dos que co-operaram [*sic*] patriótica e efficazmente para assegurar ao nosso Paiz a plena posse desta vasta região;

Considerando, finalmente, que o trabalho intellectual do poeta Francisco Mangabeira, traduziu nas belíssimas estrophes o verdadeiro sentimento do patriotismo que predominou naquelles feitos dos nossos abnegados patrícios (...),

Resolve:

- Que seja adoptado nas escolas publicas deste departamento o *Hymno Acreano*, escripto pelo referido poeta Francisco Mangabeira, e recommenda aos srs. professores que providenciem para que os respectivos alumnos o exercitem nas mesmas escolas, prestando, d'estarte, uma usta homenagem ao seu auctor e aos demais denodados patrícios que se sacrificaram pela causa do Acre, e, simultaneamente cultivando o amor da patria nos edificantes exemplos que estes nos legaram. (*Folha do Acre*, ano nº II, edição nº. 18, 01 de janeiro de 1911, grifos do autor).

Considerando as características da educação e o público atendido na região acriana, a instrução pública desenvolvida no Território tinha uma função civilizadora. Defendia-se uma instrução que fizesse a população acreana progredir, acompanhando o ritmo da modernidade presente nos demais estados do Brasil.

Em 1911, a instrução pública já aparece no discurso do jornal como uma temática mais central e menos coadjuvante diante dos problemas elencados. Observa-se que há discussões, com destaques sobre educação do Território na primeira página do jornal, sempre enaltecendo o papel da educação, tendo em vista a sua importância para a formação do cidadão – além do serviço que se presta à pátria por *livrá-lo da ignorância*. Todavia, na mesma proporção em que a enaltecem, enquanto serviço patriótico, os discursos também trazem à tona a denúncia de esquecimento do poder público para com o setor. Para essa temática, o jornal dedicou um espaço intitulado *Pela Instrução Pública* ou simplesmente *Instrução Pública*.

A falta de comprometimento com a educação pelos *poderes públicos* é encarada como um dos principais motivos pelos quais a violência se alastrava no Território acriano. E quanto a isso, o Governo Federal era responsabilizado diretamente:

No Acre, infelizmente, assim tem acontecido, os poderes publicos nada têm feito em cumprimento dessa importantissima missão, deixando a nossa mocidade entregue á ignorancia, esquecidos de que concorrem desta forma para o retrogradamento da nossa sociedade, tornando-se responsáveis pelos futuros crimes, pelas futuras desgraças que dessa mesma ignorancia podem brotar como fructos venenosos de uma arvore maldita. Cada escola que se abre é um carcere que se fecha, disse a sabedoria de um grande philosopho. Effectivamente, assim o têm demonstrado os factos através de todos os tempos. A historia da humanidade está eivada de exemplos que confirmam o sentencioso acerto. (...) Embora reconheçamos que uma grande parte da responsabilidade desse procedimento não cabe aos nossos administradores e sim ao Governo da Republica que lhes têm negado os recursos para o provimento das nossas mais palpitantes necessidades (*Folha do Acre*, ano n.º 2, edição n.º. 20, 1911).

O discurso é, portanto, coerente ao responsabilizar o Governo Federal, uma vez que o jornal se posicionava em favor da autonomia administrativa e econômica da região. Ao não dividir a responsabilidade com a administração local, o jornal revela que o então prefeito Epaminondas Jácome<sup>57</sup> – assim como seu sucessor Deocleciano Coelho de Souza – era bem visto e, talvez, até apoiado em suas ações. Nesse contexto, vale lembrar o que diz Foucault (1996, pág. 08- 09):

Supõe que em toda sociedade, a produção no discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

---

<sup>57</sup> Epaminondas Jácome era Sub-prefeito e exerceu o cargo de prefeito de maneira provisória até a chegada de Deocleciano Coelho de Souza.

Nesse sentido, enquanto materialização de ideologias, o discurso é utilizado, muitas vezes, para moldar ou mesmo mascarar a realidade, direcionar a “verdade”. É nesse momento que ele se insere como um mecanismo de dominação e de imposição de determinados interesses. Utilizar o discurso em um lugar privilegiado, portanto, implica o controle, o direcionamento de fatos.

Não se propõe, no entanto, dizer que o jornal está certo ou errado em sua proposição, ou mesmo se as informações são verídicas ou não. Como dito anteriormente, a metodologia adotada é a de analisar como os “fatos” e as “verdades” são apresentados pelo jornal. Nesse contexto, é conveniente fazer algumas provocações para analisar como o discurso proposto pelo veículo valida certas informações e legitima determinadas ações. É propício, portanto, mencionar Chartier (1990, p.16), para lembrar que a análise se pauta em “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

Essa mesma edição do jornal revela ainda características, ou pelo menos a sua perspectiva, acerca das ações na educação que existia no Departamento:

Algumas escolas, é certo, têm sido creadas no nosso Departamento. No entanto, essas escolas, em numero quasi insignificante comparadamente com o numero de nossa população, alem de não poderem preencher seus fins por esse motivo, são, com rarissimas excepções, regidas por pessoas inteiramente inhabeis, e muitas vezes que fazem apenas jús aos respectivos ordenados com que a nossa Prefeitura as remunera, sem ao menos, para salvar as apparencias, conservar nas suppostas escólas um só alumno. Tudo isso prova o descaso, o desamor que vem infelicitando a mocidade acreana, cujo preparo para os surtos da intelligencia é assim abandonado ao mais cruel indifferentismo (*Folha do Acre*, ano n°. 2, edição n°. 20, 1911).

Em outro momento, são mencionados ainda outros problemas e possíveis soluções:

Não temos escólas a que possamos confiar a intrucção de nossos filhos; as poucas existentes, sem o menor conforto e hygiene, são quase [*sic*] todas regidas por professoras inhabeis, leigas, sem os menores conhecimentos dos principios que presidem á educação das creanças. Sem fazerem uma ideia justa e elevada de suas honrosas funcções, vão para as aulas com uma idifferença [*sic*] revoltante (...). No entanto, não será difficil ao Governo mandar vir normalistas dos Estados visinhos[*sic*] para regerem as poucas escolas aqui existentes. A creação de um grupo escolar seria uma medida de muito alcance. A experiencia tem mostrado os melhores resultados com esses estabelecimentos. É de esperar que o Prefeito deste Departamento, tome o assumpto na devida consideração, representando ao Governo Federal sobre a necessidade desse emprehendimento, como um dos mais urgentes e necessarios nas duas florescentes cidades acreanas. Urge que seja elaborado um programma de instrucção primaria, capaz de ser executado no Acre, isento de deficiencia, succinto e claro, ao alcance de todos. O methodo de ensino mais

recomendável é o socrático ou interrogativo<sup>58</sup> que consiste em o preceptor fazer o aluno compreender, o que lê por meio de habilidosas explicações. Conhecemos creanças deste Departamento que jamais ouviram uma explicação da mestra, tendo se limitado sempre a recitar cada dia uma lição e a assignalar outra para o dia seguinte. Esse lamentável atraso seria constatado por meio de uma comissão examinadora que no fim de cada anno julgasse do adiantamento dos alumnos (*Folha do Acre*, ano nº. 2, edição nº. 27, 1911).

De fato, em 1911, segundo o jornal, foram criadas algumas escolas no Departamento, dentre as quais é possível citar a Escola Regimental, ficando sob a responsabilidade do tenente Pedro de Aguiar; a escola Rio Branco; a escola Justiniano Serpa; a escola maçônica Lauro Sodré e a criação do Grupo Escolar Rivadávia Côrrea, em Xapury, que reuniu as escolas Affonso Penna e José de Alencar (a criação do Grupo Escolar, por exemplo, aconteceu ainda em maio do mesmo ano).

Pelas publicações extraídas do jornal, a educação acriana, passados alguns anos desde a oficialização da região enquanto Território brasileiro, ainda era representada como uma área muito precária. As escolas eram carentes de estruturas físicas e materiais compatíveis com as atividades escolares. Criticava-se a falta de organização curricular e defasagem dos métodos de ensino, sugerindo até mesmo a proposta de que o Governo encaminhasse *normalistas*, fazendo alusão às professoras formadas pela Escola Normal, para que o ensino da região acompanhasse os novos métodos já utilizados em outras regiões do país.

Vale destacar que desde 1908 o Departamento do Alto Acre já possuía o *Regulamento para Instrução Primaria* que abrangia questões relacionadas à organização do ensino, incluindo disciplinas e conteúdos a serem lecionados, exames escolares, estrutura administrativa, processo para a contratação de professores dentre outras coisas.

Ao mesmo tempo em que anunciava a necessidade de criação do Grupo Escolar, em outros momentos o jornal afirmava que tal organização escolar já era utilizada em outros estados brasileiros, conquistando excelentes resultados. Isso demonstra que a sociedade acriana e a administração local estavam atentas às tendências educacionais utilizadas em outras partes do país. Como afirma Souza (1998), o primeiro grupo escolar do Brasil foi

---

<sup>58</sup> O método socrático ou interrogativo baseia-se na dialética de Sócrates, na qual o filósofo interagia com seus interlocutores, tentando extrair um raciocínio lógico, a partir das premissas de suas indagações. Dessa maneira, o indivíduo encontraria suas próprias respostas, sendo confrontado por sua própria visão da realidade. Para o ensino da sala de aula, o método consistia em fazer com que o aluno construísse o conhecimento em detrimento da mera transmissão de ideias, promovendo sua autonomia. O método é, geralmente, associado a questões de cunho filosófico e ético, uma vez que se pauta principalmente na reflexão e não na experiência do aluno. O método foi utilizado a partir de 1870 nas escolas americanas de Direito. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/mpct2017/45982-a-experiencia-do-metodo-socratico> . Acessado 12/10/2018.

implantado em 1893 em São Paulo, representando uma das maiores inovações na educação, ainda no século passado.

Esse novo modelo de educação trazia consigo importantes mudanças para a educação da época, em termos de organização estrutural, ensino e metodologia, uniformizando e aprimorando o ensino. Tratava-se, portanto, de um modelo mais racionalizado e padronizado no intuito de atender a ideia de universalização da educação popular. Era, portanto, um importante passo para o progresso *civilizatório* da região, uma vez que seria uma maneira eficaz de superar os problemas educacionais existentes até então.

A respeito da criação de grupos escolares, o jornal afirma em outros momentos que deseja esse mesmo *melhoramento* na Vila *Empreza*, onde também se necessitava de igual ampliação e desenvolvimento nesse ramo da administração, que estava sendo *descurado* (*Folha do Acre*, ano II, edição 38, 1911). Nessa mesma edição, o jornal noticia a futura criação de um grupo escolar em Xapury, e não na Vila *Empreza*, sede do Departamento, onde supostamente seria o lugar em que as “novidades” chegariam primeiro.

Esse ato pode ser explicado a partir das peculiaridades das cidades, da formação urbana e até mesmo da posição geográfica. Tendo em vista a necessidade de racionalizar e padronizar a educação para atender um grande número de crianças, adequando-se à educação em massa (SOUZA, 1998), havia um movimento no sentido de reunir as escolas isoladas. Nos lugares onde predominavam características mais rurais, porém, tal reunião não poderia ser realizada devido à distância entre elas.

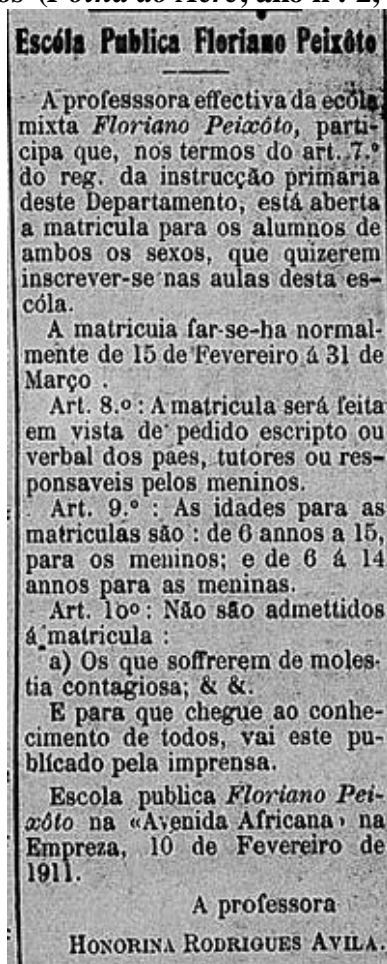
Por ser Xapury, chamada pelo jornal de *princesa das cidades acreanas*, a primeira cidade a receber tal modernidade na educação, é possível deduzir também que essa fosse mais populosa que a sede do Departamento ou, pelo menos, que a área urbana da cidade tivesse um quantitativo populacional mais proeminente, se considerado o tamanho da região. Tal inferência também se fundamenta a partir de textos oficiais publicados no próprio jornal, que não apenas a classifica como mais populosa, como também como a cidade mais desenvolvida:

Usando das atribuições legais inerentes [*sic*] ao cargo que exerce, e considerando que a cidade do Xapury é o núcleo de população mais densa e a cidade mais desenvolvida desse Departamento, obrigando portanto a administração a convergir para ella, com o máximo de interesse, suas vistas; considerando que entre outras necessidades palpitantes avulta principalmente a da criação de mais uma escola na referida cidade; considerando ainda que, sendo a instrução a base para a garantia do progresso dos centros populosos, tudo quanto se fizer em prol do seu desenvolvimento é de grande alcance e trará reaes beneficios, principalmente para esta região; considerando que a somma dos analfabetos neste Departamento é assustadora, exigindo que a instrução seja ministrada com o máximo empenho e bastante difundida, resolve crear na cidade de Xapury mais uma escola publica, mixta e reunir esta ás já existentes, formando um grupo escolar que se denominará

“Rivadavia Correa”, compondo-se o seu corpo docente de tres professoras com os vencimentos mensais de tresentos [sic] e cincoenta mil réis sendo designado uma dellas pelo prefeito para accumular as funcções de directora com os vencimentos integraes de professora publica e mais uma gratificação de cento e cincoenta mil réis por mez [sic] e cem mil réis para expediente escolar. (*Folha do Acre*, ano n.º. 2, edição n.º. 38, 1911).

Além das já citadas, em 1911, o jornal também passa a noticiar ações nas demais escolas já criadas do Departamento, quais sejam: Senador Pompeu, Benjamin Constant, Escola Nocturna, Escola 24 de Janeiro e Floriano Peixoto, conforme a imagem a seguir:

**Figura 15 - Nota informando o período de matrícula para a Escola Floriano Peixoto. Há também a reprodução dos artigos do *Regimento da Instrução Primária* referente à admissão dos alunos (*Folha do Acre*, ano n.º. 2, edição n.º. 24, 1911)**



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

No entanto, embora houvesse ações voltadas à criação de escolas, diversas críticas eram feitas quanto ao número de estabelecimentos – que era considerado ainda inferior à necessidade populacional – além das condições em que estas se encontravam. Um relatório encaminhado por Epaminondas Jácome, subprefeito do Departamento do Alto Acre na época,

ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, mostra o contexto do desenvolvimento de ações oferecidas pelo Departamento, para a instrução pública:

#### Instrução Publica

A instrução publica em todo o Departamento é deficientissima. O numero de escolas existentes não corresponde á necessidade do ensino que deve ser ministrado pelo Governo como um dos maiores senão o maior, dos beneficios que aos poderes públicos cumpre proporcionar ao povo, principalmente á infancia. Abandonar a infancia ao estado de ignorância é concorrer para o retrogradamento da civilização [sic], é contribuir para o regresso da sociedade ao obscurantismo primitivo. E se é um crime de lesopatriotismo deixar a pátria, representada pelos seus futuros cidadãos, retroceder na marcha de sua evolução social, esse crime tem sido perpretado com relação ao Acre, não se tratando do preparo intelectual dos seus filhos.

A responsabilidade desse facto não cabe, no entanto, aos Prefeitos, pois, não tem tido estes os necessários elementos para a completa organização [sic] desse importante ramo da administração publica. É indispensável, portanto, que o governo tome esse magno assumpto na devida consideração, proporcionando á Prefeitura os recursos necessários para a inauguração de novas escolas no Departamento, mas escolas suficientemente dotadas de professores idôneos, e sobre as quaes seja exercido com assiduidade um perfeito serviço de inspecção, afim de evitar qualquer irregularidade.

As verbas até agora concedidas a esta Prefeitura não tem permitido remunerar os actuaes professores de um modo satisfactorio, accrescendo que o numero destes, em virtude da exiguidade dessas verbas, é insignificantissimo, comparadamente com o numero de habitantes do Departamento. Basta este facto para que V. Exc comprehenda a urgencia da concessão de elementos para a reforma e desenvolvimento da instrução primaria no Acre. (Folha do Acre, ano nº. 2, edição nº. 22, 1911)

Tal relatório foi extremamente elogiado pelo jornal em situações posteriores, não apenas pela declaração em si, mas pela preocupação que o então subprefeito tinha para com a educação, entre outros setores administrativos do Departamento. A educação foi uma área mais evidenciada em 1911, se comparada ao ano anterior, e obteve algumas melhorias, segundo o jornal, por iniciativa de Epaminondas Jácome. Embora ainda se falasse na deficiência da área e na falta de recursos por parte do Governo Federal, o subprefeito foi elogiado pelo jornal, em decorrência de suas ações, cujo destaque relacionou-se, principalmente, à melhoria das escolas já existentes, à criação de outras, à instalação do Grupo Escolar em Xapury e à aquisição de mobília e outros equipamentos para os estabelecimentos de ensino.

No ano de 1911, uma coluna denominada *Escolares* passa a ser utilizada pelo periódico, concentrando as movimentações a respeito da educação do Departamento, tais como manchetes de inauguração de escolas, festas escolares em decorrência de datas comemorativas, exoneração e nomeação de professores e inspetores escolares, abertura de



matrículas, concessão de férias, início de ano letivo, etc. Eram comuns, por exemplo, notas como a seguinte:

**Figura 16 - Concessão de licença para uma professora na coluna “Escolares”. (Folha do Acre, ano nº. 2, edição nº. 39, 1911)**

**Escolares**

Por acto de 19 deste mez, o exm. sr. dr. prefeito concedeu a d. Antonia Maia Costa, professora da “Escola Affonso Penna”, tres mezes de licença em prorrogação á que em cujo goso se achava a mesma professora, conforme solicitou.

∞ Tomando em consideração o requerimento que lhe dirigiram os habitantes do logar Bagé, o mesmo sr. dr. prefeito creou, por acto de 25 do corrente, uma escola mixta naquelle logar, á qual deu a denominação de “Rio Branco”.

∞ Para reger effectivamente essa escola foi nomeada na mesma data, a sra. d. Francisca Alves de Hollanda.

Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Ainda no mesmo ano, o jornal publica o Regulamento para a Instrução Primária do Departamento, de 1908, por meio de sua divisão em três partes, que foram publicadas, respectivamente, nas edições nº. 44, nº. 45 e nº. 49. A partir do documento, foi possível observar que o Ensino Primário poderia acontecer nas esferas pública e privada, podendo ainda haver escolas mistas ou específicas por sexo, além do fato de o ensino público ser gratuito, leigo e obrigatório. É afirmado ainda que o ensino nas escolas particulares seria livre, desde que mantido o respeito à moral e às instituições.

Sobre o currículo em si, a respeito do que e de como seriam lecionadas as disciplinas, observa-se que há uma divisão em três graus, na qual se aumenta a dificuldade e quantidade dos conteúdos. Além de disciplinas que abordavam a leitura e escrita, a gramática, as quatro operações matemáticas, geografia geral, história do Brasil, noções de ciências físicas e

naturais, entre outras, destacam-se ainda, aquelas cujo conteúdo abordava instrução cívica e moral e noções de higiene.

Pelas disciplinas elencadas, é interessante perceber como a educação acriana estava coerente com a proposta que se tinha de educação no âmbito nacional: a educação brasileira, nesse período, tinha um propósito de educar o cidadão para uma nova sociedade, com o intuito de modernizar o país. A ideia era *civilizar* o cidadão, e a instrução cívica e moral, portanto, serviria para esse propósito. Era preciso, segundo essa perspectiva, dar conhecimentos à população e prepará-la para a vida *civilizada*. Como bem afirma Carvalho (2003, p. 14), era preciso “*regenerar* as populações brasileiras” para torná-las saudáveis, disciplinadas e produtivas. E esperava-se que a educação fosse capaz de tornar esse objetivo possível.

É em decorrência disso, que a educação do início do século XX possuiu um forte apelo às questões científicas, morais e cívicas, além de seu discurso higienista – afinal de contas, o desenvolvimento da higiene, além de ser uma das características que indicam a evolução de uma sociedade, também afasta a possibilidade da contração de doenças, seja pelo cuidado com o ambiente ou em relação ao próprio corpo. A escola possuía o objetivo de “regenerar” a imagem do brasileiro “improdutivo, doente e ignorante” (CARVALHO, 2003, p. 36). Assim, a função sanitária foi atribuída à escola: “A saúde física será, pois, uma das preocupações da escola nova, que empresta da antiga civilização grega o velho lemma – *mens sana in corpore sano* – para seu labaro.” (SÃO PAULO, 1917, p.26).

Outras características importantes da educação acriana do período podem ser observadas ainda no Regimento: As idades para matrículas eram entre 6 e 14 anos para meninas e 6 a 15 anos para meninos; ao prefeito cabia a direção suprema do ensino, seguido pelo *inspector* geral, que acumulava o cargo, com a secretária geral da prefeitura e, por último, os *inspectores* escolares, que estavam presentes em cada vila, cidade ou povoado em que houvesse uma escola.

Dentre as atribuições e proibições dirigidas aos professores, estavam a responsabilidade pela ordem da escola e pelo *asseio* dos alunos, a demonstração de exemplos de moralidade, e a impossibilidade de exercer outros ofícios incompatíveis com o cargo. Além disso, os cargos de inspetores e professores eram de livre nomeação e demissão do prefeito.

Entre os anos 1912 e 1914, houve importantes movimentações a respeito da instrução pública, que foram noticiadas pelo Jornal. As principais notas fazem referência às atividades mais cotidianas das escolas. Dessa forma, foram encontradas algumas notas, geralmente situadas na área destinada às atividades da prefeitura, que relatavam, principalmente:

Nomeações e exonerações de professores e inspetores, criação e inauguração de escolas, encaminhamento de quadro de frequência dos alunos vinculados às escolas e solicitações de materiais necessários para o funcionamento das escolas direcionadas à prefeitura, além de avisos para o período de matrículas.

A partir dessas notas, geralmente publicadas na coluna *Folha Oficial*, é possível identificar o diálogo que as escolas mantinham com a Prefeitura do Departamento, sendo possível captar um pouco do cotidiano escolar da região. É possível acompanhar, por exemplo, o encaminhamento do *Mapa Demonstrativo de Frequencia*, bem como da matrícula dos alunos, que eram enviados mensalmente pela professora responsável por cada escola. A Prefeitura também era avisada, antecipadamente, a respeito de períodos de matrícula e de férias, datas de exames escolares e de retorno às aulas. E como todos esses documentos oficiais eram publicados, tornava-se também uma maneira de alertar os leitores dos jornais, principalmente os que eram pais, sobre tais eventos.

Por meio dessas notas, é possível acompanhar também concessão de licença a professores, que geralmente a solicitavam para tratamento de saúde; exoneração de professores, que, como em outras profissões da época, também ocorria por “abandono de emprego”; solicitação e entrega de materiais solicitados pelas professoras para serem utilizados nas escolas, tais como móveis, livros e “material de expediente”, e mudança de endereço de escolas. Sobre essa última questão, a título de exemplo, é possível destacar que a Escola Noturna, que funcionava no prédio da prefeitura, teve seu endereço e horário de funcionamento alterado, passando a funcionar em Rio Branco, e não mais em Pennápolis, além de tornar-se diurna.

Entre os anos de 1912 e 1913, era comum encontrar no jornal anúncios e notas a respeito de escolas particulares ou *collegios*. Em 1913, por exemplo, o periódico anuncia a inauguração do *Gymnasio Acreano*, na cidade de Senna Madureira, que se propunha a disponibilizar o Ensino Primário, secundário e profissional. O estabelecimento anunciava o atendimento a alunos externos, semi-internos, para ambos os sexos, e ainda funcionaria como internato para alunos do sexo masculino. A escola possuía um estatuto próprio que fora publicada pelo jornal, na qual se destacam algumas informações: para educação física eram oferecidos exercícios militares e ginástica sueca; o ensino religioso era facultativo; não eram adotados castigos físicos como penalidades; e, para ser admitido, o futuro aluno tinha que comprovar, por meio de atestado, estar vacinado e não possuir doenças contagiosas. Além disso, o estatuto trazia ainda a tabela de valores mensais, por ser tratar de uma escola particular (*Folha do Acre*, ano nº. 3, edição nº. 129, 1913).

Em 1913, houve também a criação de escolas públicas de atendimento misto, denominadas Arthur Lemos, em Vista Alegre, e Francisco Sá, no chamado segundo distrito da cidade de Rio Branco, ambas na região do Departamento do Alto Acre (a primeira foi extinta ainda no mesmo ano por falta de alunos). A nota a seguir refere-se à criação de uma escola no *segundo distrito* e, inclusive, contém dados sobre a remuneração da professora:

**Figura 17 - Publicação da Lei 12 de 1913, que cria uma escola no 2º Distrito da Cidade (Folha do Acre, ano nº. 3, edição nº. 126, 1913)**



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

A nota é interessante, pois a informação a respeito da remuneração e dos gastos relacionados aos professores do Município de Rio Branco não são encontrados com facilidade no jornal. Inclusive, a falta de transparência com os gastos do município era motivo de diversas críticas dirigidas ao Intendente Municipal da época, João D'Oliveira Rôla, mencionado na imagem. O valor mencionado acima demonstra que houve um aumento significativo desde a instituição do *Regulamento para Instrução Primaria* do Departamento do Alto Acre de 1908, publicado pelo jornal em 1911. Os valores eram os seguintes:

Figura 18 - Tabela de vencimento retirada do Regulamento da Instrução Primária, de 1908 (*Folha do Acre*, ano nº 1, edição nº. 45, 1911)

**TABELLA** dos vencimentos dos **professores** das escolas primarias a que se refere o regulamento que baixou com a Resolução n. 34 desta data.

CARGOS	VENCIMENTOS		
	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Professoras do Grupo Escolar Rivadavia Corrêa.	116\$000	233\$334	350\$000
Professoras das Escolas Mixtas. . . . .	100\$000	200\$000	300\$000

Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

A título de informação, vale a pena destacar ainda a remuneração oferecida a professores de outras regiões do Departamento, em 1914:

Figura 19 - Tabela de vencimento retirada da Lei nº 8 de 1914, que fixa as despesas do Município de Xapury para o exercício de 1915. (*Folha do Acre*, ano nº 5, edição nº. 174, 1914)

**TABELLA N. 4**

A que se refere o § 6.º do art. 2.º da Lei n. 8 de 14 de Setembro de 1914:

Cargos	Vencimentos	
	Mensaes	Annuaes
2 Professores na cidade de Xapury	700\$000	8.400\$000
1 Professora em Aquidaban	300\$000	3.600\$000
1 Professora em Brazilea	300\$000	3.600\$000
<b>TOTAL</b>	<b>1.300\$000</b>	<b>15.600\$000</b>

Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Nesse mesmo período, as ações que a prefeitura desenvolvia em relação à criação de escolas são extremamente elogiadas na coluna *Notas Avulsas*. Dessa forma, inicia-se uma simples, mas significativa reflexão de que a educação, além de encaminhar o cidadão para o

progresso, deveria ser encarada como um meio preventivo para se evitar o avanço da criminalidade, que pelos noticiários estava se alastrando pela região. Fala-se também a respeito da ausência de crianças na escola em decorrência da precoce inserção ao contexto do trabalho: “*os proventos que seus paes podem tirar de sua actividade são productos de um roubo que fazem ao seu bem estar futuro*”. Além desse motivo, também é dito que muitas crianças ficam na rua em vez de estarem na escola<sup>59</sup>.

Ambas as situações mencionadas revelam que a educação, embora muito incentivada retoricamente, ainda não era muito difundida ou incutida na mentalidade ou mesmo nas práticas sociais da população acriana. A baixa adesão justifica-se, principalmente, pelas questões econômicas da população e pela crise instaurada no período, devido à queda do preço da borracha.

A partir de 1914, foi novamente anunciada a criação de outros grupos escolares no Território do Acre. Por meio de *radiogrammas officiaes* publicados pelo jornal, anunciou-se a criação do Grupo Escolar Naïr Fonseca, no Departamento do Tarauacá.

Nesse mesmo ano, o jornal publica, na coluna *officio expedidos*, a solicitação de um exemplar do *Regulamento da Instrução Publica* do Estado de São Paulo, feita pela Prefeitura do Alto Acre, sob o argumento de dar ao Departamento “uma feição mais moderna, mais ampla e de accordo com as que mais se destacam no Paiz”. Com isso, a prefeitura demonstra uma tendência em se espelhar nas transformações educacionais consideradas mais modernas para a época. A Prefeitura solicitou também exemplares dos regulamentos do Departamento do Alto Purus, sob a administração do Prefeito Samuel Barreira, do Distrito Federal, e do Estado do Pará, para tratar, principalmente, da organização dos grupos escolares (*Folha do Acre*, ano nº. 4, edição nº. 176, 1914).

No ano seguinte, em 1915, o Departamento do Alto Acre finalmente cria um Grupo Escolar em Rio Branco, denominado 24 de Janeiro, reunindo três escolas primárias, sendo uma escola masculina, uma escola feminina e a terceira mista. Ao anunciar a fundação do Grupo Escolar 24 de Janeiro, o jornal afirma que:

O plano de ensino será calcado sobre o methodo intuitivo e racional, de accordo com os modernos processos pedagogicos geralmente adoptados hoje em dia e que tão proveitosos fructos hão produzido no aproveitamento da intelligencia da infância (*Folha do Acre*, ano nº. 6, edição nº. 198, 1915).

---

<sup>59</sup> *Folha do Acre*, ano nº. 4, edição nº. 128, 1913.

É interessante destacar o quanto os ideais de modernidade do início do século XX estavam presentes no discurso do jornal acriano, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das cidades e à educação. De acordo com Carvalho (2003, p. 25), o “saber ensinar”, nesse momento da história do Brasil, era de fundamental importância. Segundo a autora, o método intuitivo – citado pelo jornal – era a base do então ensino moderno e estaria sendo aperfeiçoado em países como Alemanha, Suíça e Estados Unidos. Esse novo método de ensino viria substituir a “educação na velha ordem”, que se pautava na repetição e na memorização. Informar, portanto, que o ensino era fundamentado em *modernos processos pedagógicos* era uma forma de demonstrar o progresso da região, uma vez que o Território, segundo o jornal, acompanhava os recentes acontecimentos que primeiramente ocorriam nos lugares considerados mais desenvolvidos do país.

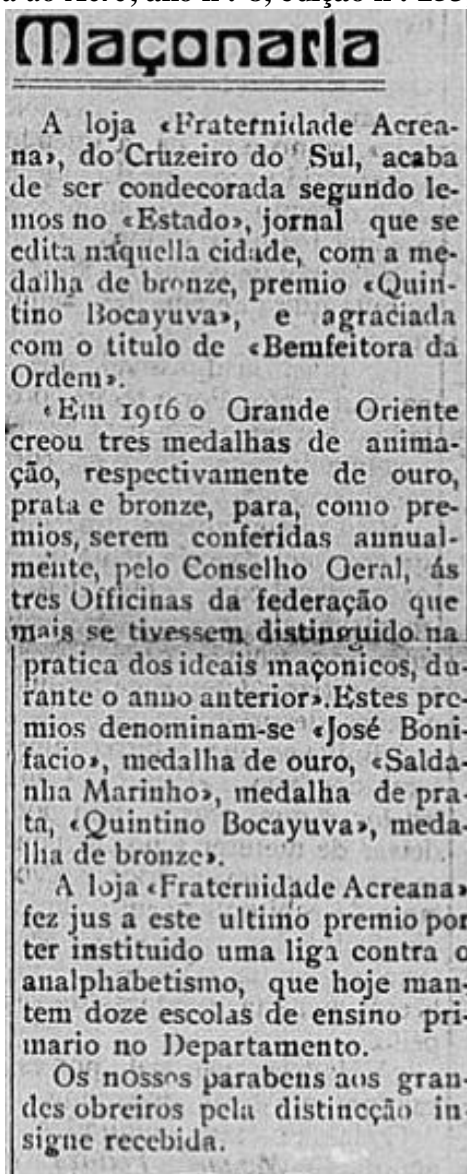
Na formação da educação acreana, vale destacar também a participação e a iniciativa das lojas maçônicas na propagação do Ensino Primário no período territorial:

**Figura 20 - Loja maçônica "Igualdade Acreana" pedindo auxílio para a construção de um templo que seria utilizado para o funcionamento da escola Lauro Sodré, situada em Rio Branco (Folha do Acre, ano nº. 5, edição nº.76, 1914)**



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Figura 21 - Loja maçônica "Fraternidade Acreana", situada em Cruzeiro do Sul, recebe premiação por suas ações contra o analfabetismo no Departamento do Alto Juruá (Folha do Acre, ano nº. 8, edição nº. 253, 1917)



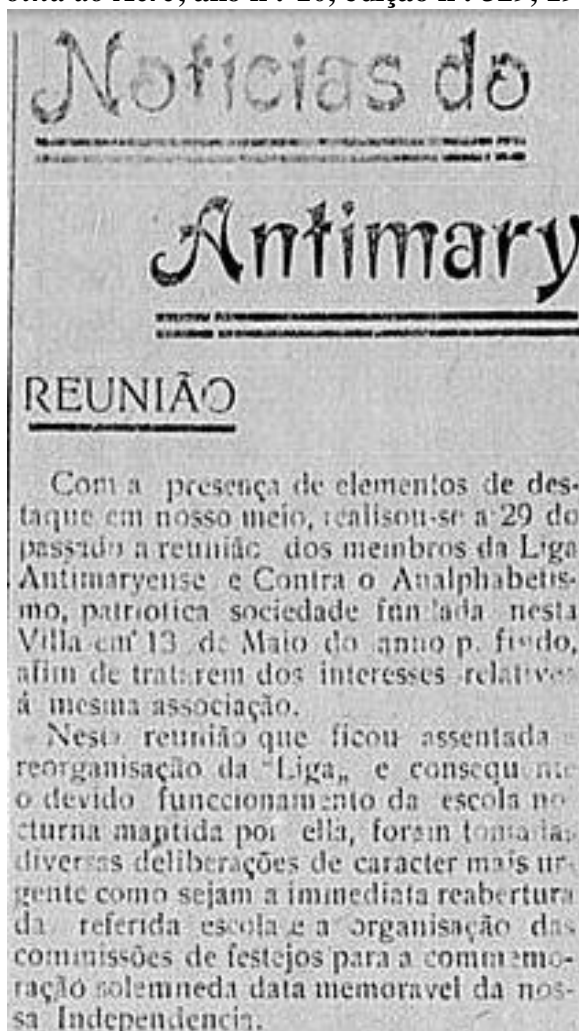
Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

As lojas maçônicas auxiliaram o desenvolvimento da educação no Território acriano, como pode ser observado nas imagens acima extraídas do jornal *Folha do Acre*. No Departamento do Alto Acre, em específico, a escola noturna Lauro Sodré foi inaugurada em julho de 1911, com o apoio da prefeitura, que forneceu mobília e livros, além da possibilidade de auxiliar no que estivesse a seu alcance (Folha do Acre, ano II, edição 46), indicando a relação de parceria que a administração local mantinha com iniciativas como esta.

Outro exemplo desse tipo de iniciativa na educação acriana foi a chamada *Liga Antimaryense contra o analfabetismo*:



**Figura 22 - Reunião para tratar de assuntos referentes à associação Liga Antimaryense Contra o Analphabetismo e à reabertura da escola noturna.**  
(Folha do Acre, ano nº. 10, edição nº. 329, 1919)



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Uma das atividades da associação era, portanto, a manutenção da escola noturna por ela mantida na Villa Antimary. Nessa ocasião, em específico, a referida escola passa a funcionar, em horário noturno, no prédio da escola pública municipal, que fora cedido pelo Superintendente Municipal (também era vinculado à associação).

**Figura 23 - Anúncio do período de matrículas para o Grupo Escolar 24 de Janeiro.  
(Folha do Acre, ano nº. 10, edição nº. 305, 1919)**

**Em prol da  
instrucção**

Assignado pelos srs. drs. Raphael Guedes Corrêa Gondim e Amanajós de Araujo, director geral da instrucção publica e director do grupo escolar "24 de Janeiro, respectivamente, recebemos o seguinte communicado:

" Sr. Redactor da FOLHA DO ACRE cordiaes saudações.

Pretendendo as directorias da Instrucção Publica e do Grupo Escolar "24 de Janeiro", desta cidade, dar a maior expansão possivel ao desenvolvimento da instrucção publica no Departamento, solicitam de V. S. que se digne de communicar e incitar, pelas columnas do orgão que brilhantemente redige, a todos os paes de creanças pobres, que pomos absoluto empenho em curar da educação das mesmas e que devem matricula-las já, no inicio do anno lectivo, nas aulas do mencionado Grupo.

Aquelles que forem de todo desprovidos de meios pecuniarios, a Prefeitura fornecerá roupa, calçado, material escolar e tudo mais que necessario fôr.

E' nosso intuito fazer das escolas mantidas pela Prefeitura, centros de bondade, de amor, de energia e de patriotismo, curando do corpo, da alma e do intellecto dos alumnos, preparando assim o advento de uma era de grandeza nova para este Departamento.

Pela publicação deste communicado, agradecemos etc."

Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Além de garantir o funcionamento das escolas do Departamento, provendo-as com mobília e livros, entre outras ferramentas, a prefeitura também auxiliava financeiramente a parcela mais carente dos alunos. Já no que diz respeito às avaliações, os exames escolares também ganhavam espaços em suas publicações:

Sob a presidencia do sr. Dr. Lopes de Aguiar, Secretario da Intendencia Municipal, realizaram-se no dia 30 do mez p.pdo., ás 9 horas, os exames dos alumnos das escolas publicas municipaes "17 de Novembro" e "6 de Agosto", ambas reunidas no predio onde funciona a primeira, tendo sido examinadores, alem das respectivas professoras, senhoritas Alfredina da Silva Cravo e Cecilia Pontes, o jornalista Quintela Junior. Foi este o resultado dos exames virificados na Escola "17 de Novembro": 2º grau, 2.ª serie: Approvada com distincção: Odette da Silva Neves, grau 10. 2º gráo, 1.ª serie: Approvados plennamente, grau 8: Rosi Celeste de Souza, Felicia Monteiro, e Olivio Botelho de Andrade, gráo 7. (...)

Pela professora Alfredina Cravo foi oferecido um premio á sua alumna que mais se distinguiu, Odete da Silva Neves. (*Folha do Acre*, ano nº. 10, edição nº. 337, 1919).

Inclusive, a publicação dos exames finais escolares era encarada pelo jornal como um incentivo aos estudantes, por estimular o seu empenho na obtenção de *prêmios*. Além disso, é importante ter em mente a intenção do jornal ao publicar os resultados dos exames finais como forma de incentivar o desejo pelas melhores performances (*Folha do Acre*, ano II, edição 27).

No mesmo ano, o jornal também evidenciou a utilização da *Caixa Escolar* como uma forma de contribuição financeira para os custos do Grupo Escolar 24 de Janeiro. A utilização da *Caixa Escolar* foi oficialmente instituída apenas no ano de 1922, com a publicação do Regulamento de Ensino da gestão do então governador Epaminondas Jácome, mas já havia indícios da mesma no jornal, como observável na figura abaixo. Tratava-se, portanto, de ferramenta de contribuição da sociedade para a difusão do ensino e manutenção das escolas, utilizada, segundo o Regulamento, *exclusivamente na aquisição de livros didáticos e objetos necessários ao ensino, para fornecimento aos alunos carentes do estabelecimento, e em prêmios escolares* (Regulamento de Ensino do Governador Dr. Epaminondas Jácome, 1922, Art. 220).

**Figura 24 - Encerramento do ano letivo do Grupo Escolar 24 de Janeiro (*Folha do Acre*, ano nº. 10, edição nº. 336, 1919)**



Fonte: Imagem disponibilizada pela Hemeroteca Digital da FBN.

Em 1920, com a alteração política e administrativa pela qual o Território passa novamente, a educação também muda, mesmo que de forma tímida, por intermédio do Decreto n.º. 14.383, de 01 de outubro de 1920:

**Art. n.º. 16** - Fazer, em geral, tudo quanto estiver ao seu alcance, nos limites da Constituição e das leis federaes, para segurança, progresso e prosperidade do Território, subordinando, sempre, a sua ação ao Governo Federal, a quem consultará, previamente, quando lhe parecer necessario.

§ 1º - Sem prejuizo das attribuições conferidas aos Conselhos Municipaes, quanto a instrução primaria, profissional e artistica, deverá o Governador manter ou crear nos diversos municipios, sempre que for conveniente, escolas de primeiras letras, instituto de ensino secundario, ficando sob a mesma autoridade as escolas ora existentes no Territorio. (BRASIL, 1920).

Pela forma como a educação fora citada no Decreto é possível deduzir que poucas ações na educação seriam demandadas nesse momento. E, de fato, as mudanças estruturais mais consideráveis foram efetivadas com o Regulamento de Ensino de 1922, que compreenderia alterações e especificações que, até no ano de 1920, ainda não haviam sido mencionadas na educação acriana, de maneira específica. Entretanto, não se pode negar o quanto a educação acriana, observada a partir das páginas dos jornais *Folha do Acre*, evoluiu ao longo dos anos analisados. Nos primeiros anos do jornal, eram publicadas críticas extremamente severas contra a administração. Ainda que não se discutisse a educação de maneira mais profunda e específica, havia uma tendência em responsabilizar o “poder público”, em particular o Governo Federal, pela indiferença quanto à educação do Território.

A partir de 1912, é possível perceber que o jornal passa a tolerar de maneira subjetiva as administrações públicas, passando a criticar bem menos os assuntos relacionados à educação. Nesse momento, as publicações do contexto escolar estão mais relacionadas às atividades cotidianas das escolas, visto que em raras publicações encontra-se uma análise mais reflexiva acerca da educação. Tendo em vista que nas ocasiões de críticas havia uma responsabilização destinada ao Governo Federal e um clamor a providências, tal ação pode ser associada também a uma forma de representar a administração local da época como mais efetiva nas ações em prol da população, como uma estratégia representativa.

A relação de apoio entre a representação política que dirigia o jornal e administração local pode ter influenciado essa nova postura, deixando em menor evidência assuntos mais subjetivos e críticos. Fato é que, em 1920, o Acre já completava 16 anos de anexação ao território brasileiro, e o jornal *Folha do Acre* continuava a representar um veículo de comunicação de grande importância para a análise social da educação perante a sociedade acriana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que perdurou entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX foi de intensa transformação para o Brasil. Foi o momento em que o país deixou a monarquia e vivenciou os primeiros anos da República. Nos estados mais centrais, como São Paulo e Rio de Janeiro, experimentou-se uma intensa mudança nos aspectos sociais e estruturais da região, em decorrência do início da industrialização brasileira. Na região amazônica, essa transformação também foi sentida, como consequência da exportação da borracha, passando igualmente por um processo intenso de urbanização. Nesse mesmo contexto, o país aumentou os limites de suas fronteiras, anexando o território acreano aos seus domínios.

A região acreana, nesse período, vivenciou a mais intensa transformação percebida: recebeu imigrantes, em sua maioria cearenses, que fizeram da extração da borracha o seu trabalho e fixaram moradias; foi palco de batalhas pelo domínio do território e, por fim, auxiliou o país a se tornar a principal potência na extração e exportação da borracha. Em decorrência desses momentos históricos, que são de extrema relevância para a compreensão dos fatos que se sucederam, o Acre ainda vivenciou a formação de suas primeiras cidades. Era a urbanização acreana que surgia nas primeiras décadas do século XX.

O período, portanto, foi marcado por importantes mudanças no país e o Acre sofreu o primeiro “boom” de transformações exatamente nesse contexto. Historiadores afirmam que durante e após esses acontecimentos o desenvolvimento da região se deu de forma lenta, se comparado aos estados vizinhos. Entretanto, para um território que era desconhecido até mesmo pela Bolívia, país a qual a região pertencia, a evolução urbana que a região experimentou nesse momento inicial de fundação é, no mínimo, considerável.

Obviamente, toda a estrutura que foi formada até então visava estrategicamente fins comerciais, como já explanados. Dessa forma, em decorrência da queda do preço da borracha, houve uma estagnação do crescimento estrutural e econômico das cidades acreanas. Então, aqueles que fizeram da região sua morada sofreram com o descaso do Governo Federal, que ficara incumbido de administrar o Território.

Na busca por sistematizar o período de 1910 a 1920, foi possível identificar a difícil missão que os imigrantes, tacitamente, haviam aceitado de fazer do Acre um estado. Muito embora o nordestino tenha saído de sua terra natal para ganhar a vida, a história mostra que

foi nessa região que muitos a perderam. Em meio à floresta amazônica, o Território era hostil para aqueles que não estavam habituados ao *inferno verde*<sup>60</sup>.

Além de lidar com as doenças tropicais e com a falta de estrutura do ambiente, os imigrantes tiveram ainda que enfrentar o próprio ser humano, que também era hostil. Eles contraíram dívidas relacionadas a uma terra que não oferecia condições básicas de sobrevivência e foram submetidos ao abandono, sem o mínimo de assistência. Como dito anteriormente, a exploração não foi apenas a da borracha.

E sobre abandono e exploração, Souza (2002) afirma que mesmo após a quitação da dívida paga por sua anexação ao país, o Acre continuou sob o domínio do Governo Federal, tendo em vista a fonte de renda que se tornara ao país. Dessa maneira, impostos continuavam sendo pagos, sem as devidas compensações, como afirmavam os jornais da época.

Contudo, há quem tenha prosperado em terras acreanas. Dessa forma, seja pelo descaso por parte do Governo Federal, seja por ter perdido a disputa sobre a administração política e econômica do Acre, o fato é que Movimento Autonomista verdadeiramente se lançou como um defensor da causa. A classe dominante da região organizou-se politicamente e liderou um movimento que não passou despercebido pela administração federal.

Nessa miscelânea de acontecimentos, de exploração e de poder, a importância do jornal cresce, na pesquisa, na medida em que se adota a metodologia de não limitá-lo a um mero narrador da história. Até porque, diante da perspectiva de que é preciso considerar outros elementos para compreender o seu discurso, reduzi-lo a isso traz como consequência a limitação de todo o seu potencial. O jornal passa a ser então um universo a parte que precisa ser lido e compreendido além de sua literalidade. São nas entrelinhas que se encontram as informações mais relevantes para a reflexão de uma dada sociedade, em um determinado momento histórico. É preciso considerar o contexto de produção do texto e os lugares institucionais dos sujeitos envolvidos. Analisar o jornal, portanto, é semelhante à ideia de juntar as partes de um quebra-cabeça.

O jornal *Folha do Acre* torna-se ainda mais especial sob esse prisma. É um jornal político que durante o período delimitado pela pesquisa passou por mudanças visíveis. Começou como uma associação, que incluía ex-combatentes da Revolução Acreana e seringalistas, cujo principal objetivo era liderar um movimento em prol da autonomia política e econômica do Acre, tornando-se, posteriormente, órgão oficial do *Partido Constructor*

---

<sup>60</sup> Menção à obra literária *Inferno Verde* (1908), de Alberto Rangel, que traz uma representação da Amazônia brasileira do século XX.

*Acreano*. Nessa perspectiva, o jornal se colocava em oposição ao Governo Federal, tecendo diversas críticas aos prefeitos, que personificavam tal administração.

A mudança política que se desenhou no Acre, após esse período, foi tão visível que o próprio movimento autonomista ligado ao jornal negou-se a participar da “revolução” iniciada no Departamento do Alto Purus, em 1912, selando o apoio do *Partido Constructor Acreano* ao então prefeito Deocleciano Coêlho de Souza. Inclusive, durante sua gestão, o jornal funcionava ainda como diário oficial, sendo, portanto, o veículo que informava as principais ações oficiais do prefeito. Tem-se, então, um cenário, na qual, as mesmas personalidades que participaram do início de um movimento se negaram a dar apoio àqueles que tentaram fazer o mesmo em outra região devido à boa relação com a administração local.

A partir dessa breve retomada, convém destacar que a pesquisa realizada tinha como intenção responder os questionamentos iniciais, que se tornaram os verdadeiros objetivos desta pesquisa. Sendo assim, é preciso destacar que os anos de 1910 a 1920 foram, de fato, um período de grandes alterações no plano político, econômico e administrativo da região, que foram fundamentais para a formação das primeiras cidades acrianas, que já contavam com números significativos de habitantes, demandando ações públicas na região. É preciso considerar, porém, que algumas medidas precederam esse período, como, por exemplo, a primeira organização política e administrativa, em 1904, que dividiu os três departamentos, suas cidades-sedes e vilas. No âmbito educacional, em 1908, tem-se a criação do *Regulamento para Instrução Primaria* no Departamento do Alto Acre. Entre os anos de 1907 e 1909 é possível identificar mudanças na infraestrutura das principais cidades.

A pesquisa demonstrou que os anos compreendidos entre 1910 a 1920 alcançaram o auge e também a desvalorização da borracha brasileira. A região, portanto, nesse espaço de tempo, experimentou um momento de elevada organização e estruturação sentidas em todas as áreas, inclusive na educação. E, logo após isso, a crise, que encerrou o Primeiro Ciclo da Borracha, conseguiu frear os avanços obtidos. Na educação, a crise afetou a criação de escolas e o número de matrículas. Houve um esvaziamento de seringais, devido ao retorno de imigrantes aos seus estados de origem.

Apesar da crise, o Território acriano continua com o processo de urbanização e estruturação de suas primeiras cidades, embora de maneira menos acelerada, dando origem, inclusive, a um novo Departamento. Em decorrência dessa organização cidadina, a educação acriana também lida com transformações. Como já explicitado, antes desse período já existiam ações visando o desenvolvimento da educação local e a criação de escolas, porém houve uma intensificação, no decorrer do tempo, que pode ser associada, dentre outros

fatores, às demandas locais que se faziam presentes, mesmo com as reclamações de descaso para com o cidadão acriano.

A crise econômica e o sentimento de descaso fizeram com que o período também fosse fortemente marcado pelas revoltas populares. Nenhum dos levantes, no entanto, conseguiu sobreviver à força da administração federal, que ainda em 1920 conseguiu sufocá-los ao decretar a extinção dos departamentos.

Ainda nesse contexto, é preciso ressaltar também a ascensão dos jornais acrianos que acompanhou o percurso de desenvolvimento do Território. Ao observá-los, na busca por uma sistematização quanto as suas principais características, a pesquisa revelou que a relação entre a imprensa, comércio e a política era íntima. Observou-se que havia uma tendência em criar jornais para a divulgação de ideias e para a defesa de interesses dos principais grupos econômico e comerciais.

A política, nesse momento, estava subordinada ao poder do comércio. Então, os jornais da época, em sua maioria, foram criados com essa finalidade. Partindo dessa ideia, convém ressaltar que tanto os prefeitos dos Departamentos – indicados pelo Governo Federal – quanto os seringalistas criaram jornais para divulgar ideias. Os primeiros geralmente contavam com um *Orgam Oficial* em sua defesa, enquanto o outro grupo possuía jornais independentes, que propagavam o discurso autonomista. O jornal *Folha do Acre* pertencia a esse segundo grupo.

Essa disputa, obviamente, se traduzia em matérias repletas de representações subjetivas e com forte tendência à parcialidade. De um lado, havia aqueles que promoviam a permanência do *status quo*, utilizando o espaço jornalístico para enaltecer princípios morais e cristãos, bem como o culto a personalidades “ilibadas”. E de outro, havia denúncias de opressão e desmandos por parte dos prefeitos, que também eram militares, além da alegação de abandono, de corrupção e de má administração de recursos. No fim das contas, ambos os grupos tinham o objetivo de manter o domínio da região, mas de maneiras distintas, beneficiando classes distintas.

Nesse período, é possível identificar a existência de jornais nos quatro Departamentos. Entretanto, convém destacar que a Hemeroteca Digital foi a principal ferramenta de pesquisa e que, portanto, os jornais utilizados foram aqueles que estavam disponíveis na plataforma. Sendo assim, não se pode afirmar com propriedade que os periódicos mencionados foram os únicos da região. Em Rio Branco, por exemplo, foram encontrados outros na obra da Profa. Olinda Assmar Batista, que reuniu editoriais dos jornais que circularam na cidade.



Além da íntima relação do jornal com a economia e a política do Território acriano, que pesquisa demonstrou haver, é possível ainda destacar a influência do jornal no dia a dia do cidadão. O impresso era a principal maneira de obter conhecimento acerca dos acontecimentos da região. No caso em específico do *Folha do Acre*, a *razão de ser* do jornal envolvia incentivar a população acriana à adesão da causa autonomista. Isso explica, por exemplo, a grande abrangência de suas publicações.

Embora fosse editado no Departamento do Alto Acre, ao noticiar e enfatizar denúncias das mazelas dos outros Departamentos, o jornal buscava justificar e fundamentar suas motivações e ações políticas. E, tendo como ponto de partida os pensadores utilizados na pesquisa, sabe-se que o jornal utilizou-se desse mecanismo para popularizar a perspectiva da classe que o tinha como porta voz.

Com base na abrangência de seus conteúdos, era possível identificar ainda notícias sobre os outros estados do país e até mesmo sobre outras partes do mundo. É possível, por exemplo, encontrar espaços generosos dedicados à cobertura da Primeira Guerra Mundial, que aconteceu entre os anos de 1914 a 1918.

Ainda nesse contexto, é possível afirmar ainda que, na busca por apoiadores à causa, o jornal ultrapassou até mesmo os limites do Território. A pesquisa mostrou, com indícios obtidos pelo próprio jornal, que o periódico era recebido por outros jornais e instituições comerciais de Manaus. Não se sabe, porém, se as edições haviam sido encaminhadas pelo próprio jornal ou se havia um interesse por parte dos demais Estados sobre os acontecimentos em terras acrianas. O fato é que os ideais autonomistas eram propagados a outras regiões, e isso pode indicar que o jornal tinha o objetivo de conquistar simpatizantes, além de evidenciar o público alvo que o jornal buscava cativar.

Além disso, alguns serviços importantes para o dia a dia da população acriana eram disponibilizados pelo periódico: taxas de serviços; preço da borracha nas redondezas; chegada de produtos alimentícios na região e tabelas com seus respectivos valores; movimentações no porto, com os dias de entrada e saída das embarcações (*Folha Fluvial*); matrículas escolares; período de funcionamento de instituições. O jornal possuía também diversas colunas destinadas a fins específicos, como a *Folha Literária*, um espaço de leitura destinado a publicações de poemas e folhetins, e a *Folha Particular*, lugar geralmente utilizado para a publicação de assuntos de natureza privada. Esses são apenas alguns dos serviços e espaços que o jornal costumava oferecer.

Como todas essas informações importantes para a vida na cidade eram disponibilizadas pelo jornal, não é difícil perceber a dimensão da importância do periódico

para a sociedade daquela época. A falta de outros veículos de comunicação e a distância que separava o Acre dos demais estados brasileiros, atrelada à dificuldade de locomoção, tornava o jornal ainda mais importante naquele contexto, justamente por ser o acesso principal, senão o único, às notícias e informações.

Outro destaque importante é feito aos anúncios publicitários, típicos de cidades modernas, que anunciavam – ou criavam – as novas demandas da vida urbana. Sendo, praticamente, o único veículo de acesso às “novidades” das regiões mais desenvolvidas, o anúncio publicitário era o meio pela qual os leitores dos jornais tinham acesso aos principais serviços prestados na região e também fora dela.

Vale destacar ainda que os anúncios eram de extrema importância pelos jornais não apenas por atrair leitores interessados em comprá-lo, mas também por chamar a atenção de colaboradores e financiadores interessados na possibilidade de comprar seus espaços, tornando-se fonte de renda para a manutenção do Jornal. Como evidenciado na pesquisa, os anúncios possuíam espaços generosos, chegando, muitas vezes, a representar metade das páginas das edições. As prefeituras, quando não possuíam seus próprios órgãos oficiais, também compravam espaços para tornarem públicas suas ações e seus documentos oficiais. Durante alguns anos, é possível encontrar no *Folha do Acre* a coluna *Folha Oficial*, que funcionava a serviço da Prefeitura do Departamento do Alto Acre, quando os ideais do periódico haviam se alinhado às ações do prefeito.

Foi importante explicitar toda essa ideologia política a qual estava imerso tanto esse período da história acriana quanto os seus jornais para compreender a maneira com que a sociedade e a educação acreana eram representadas pelo jornal *Folha do Acre*. Foi nesse contexto de disputa ideológica que várias questões foram levantadas como críticas para justificar, muitas vezes, a autonomia política e econômica da região. Dessa forma, a pesquisa, além de tratar da perspectiva educativa do jornal para com a população, trouxe também a instrução pública como uma das principais reivindicações dos autonomistas.

É preciso ter em mente que o jornal não é um suporte imparcial e neutro (CAPELATO; PRADO, 1980), e, para acentuar tal qualificação, é preciso lembrar ainda que os discursos também não são (CHARTIER, 1990). Os discursos são carregados de ideologia e, portanto, acontecem em meio a relações de poder (FOUCAULT, 1996), pois há sempre um processo de defesa e legitimação de ideias.

Dessa forma, por mais que o *Folha do Acre* tenha se declarado “político” e “desinteressado”, a pesquisa mostrou que havia parcialidade. Inclusive, a representação da vida cidadina e toda a evolução da cidade e da educação, em diversas ocasiões, variavam de

acordo com a relação que os dirigentes do jornal mantinham com a administração da Prefeitura do Departamento. O próprio movimento autonomista, *razão de ser* do jornal, teve alterações estratégicas em virtude das mudanças administrativas da região. Seja por estratégia do próprio país ou em função da afinidade das classes acrianas com os representantes do Governo Federal, o fato é que o Acre só foi elevado à categoria de Estado brasileiro em 1962.

No processo de representação da cidade, foi possível constatar que a forma de retratá-la, seja como uma região abandonada pelos poderes públicos ou como uma cidade em progresso variou nos anos entre 1910 e 1920. E é preciso retomar Chartier (1991) para lembrar que a representação parte de uma perspectiva subjetiva que possui uma carga ideológica. Ela traz carrega uma visão de mundo, um projeto político, na tentativa de se autoafirmar e influenciar a mentalidade e a conduta de terceiros.

No jornal, foi possível identificar essa movimentação. Nos primeiros anos de sua atividade, há uma ênfase aos problemas estruturais, educacionais, em todos os aspectos da cidade. Fala-se em descaso, abandono, e há uma forte responsabilização dirigida à administração dos prefeitos e do Governo Federal. Ressalta-se também a luta do povo acreano, exaltação à beleza natural da região e um fortalecimento das revoluções autonomistas. Foi observado um forte intuito de incutir nos leitores um “retrato” de sua própria condição, na tentativa de encorajá-los a “lutar”, porque eles eram “cidadãos acreanos”. Mesmo sendo imigrantes e descendentes de imigrantes, o Acre era retratado como a terra de seus moradores, no sentido mais patriótico possível, e o lugar pelo qual valia a pena lutar.

Dentre as reivindicações que se faziam presentes, a educação era uma das que se destacavam nesse meio e, em sua representação, também foram percebidas mudanças ao longo do período. Vale destacar, porém, que mesmo sendo o Acre um Território Federal recém-anexado ao Brasil, a educação foi uma área que apresentou crescimento, de acordo com informações obtidas pelo próprio jornal.

Inicialmente, a pesquisa demonstrou um forte crescimento que pode ter acontecido em decorrência da prosperidade que a borracha ainda proporcionava nos primeiros anos do século XX à região amazônica. Inclusive, como já citado, em 1908 já havia legislação que tratava do assunto. A partir de 1910, porém, o jornal já publicava críticas relacionadas à defasagem das estruturas, ao conteúdo e aos métodos utilizados que estavam, segundo o jornal, em desacordo com o que era propagado nas escolas das regiões mais centrais do país.

Acompanhando a tendência a associar a educação com a “civildade”, o “progresso”, que se fortalecia no país, o jornal acreano também era favorável a esse discurso. Diante das

inovações educacionais que aconteciam no Rio de Janeiro e em São Paulo, a caracterização da *instrução pública* local era fundamentada no atraso e toda a responsabilidade era atrelada aos “poderes públicos”. A falta de investimento na educação do Território também era associada à “degradação da sociedade” e ao aumento da criminalidade.

É importante pontuar também que a educação não era discutida de maneira aprofundada ou específica nos primeiros anos do jornal. Falava-se em educação como uma necessidade urgente, assim como outras necessidades da região. Dessa forma, a transição de postura do jornal nesse campo foi sutil, pois, inicialmente, durante a gestão do Prefeito Leonidas Benicio De Mello, intensamente criticado pelo Jornal, não se fazia uma reflexão de maneira específica para a educação. Por se tratar do início do jornal, percebe-se que havia certo comedimento nos questionamentos feitos. Inclusive, as próprias críticas responsabilizavam os “poderes públicos” de uma forma geral, mais moderada.

No entanto, após a deposição de Leônidas, as críticas eram direcionadas ao governo federal, mas, em alguns contextos, isentava-se a culpa ou a responsabilidade dos prefeitos que se seguiram, principalmente durante a gestão do Prefeito Deocleciano Coelho De Souza. Nos anos seguintes, houve uma maior preocupação do jornal em discursar a respeito da educação de maneira mais específica. As inúmeras críticas feitas – que se relacionavam quase sempre ao quantitativo de escolas, à falta de capacitação das professoras, à defasagem de legislação, métodos e materiais de ensino, entre outras questões – eram dirigidas de maneira muito específica ao Governo Federal. Falava-se na necessidade de mais recursos financeiros e na necessidade de adequar e elevar a educação acriana ao nível que se identificava em outras regiões do país. O jornal inclusive sugere que o próprio Governo encaminhe *normalistas* para que elas administrassem as escolas acrianas existentes.

Ao passo em que criticavam bastante a qualidade de ensino e isentavam a responsabilidade por parte da administração local, o Jornal também noticiava as criações de escolas e as ações que eram feitas pela administração local e, também, pela iniciativa privada. A pesquisa traz um destaque, por exemplo, ao *Gymnasio Acreano*, criado durante o período, e às ações da loja maçônica *Fraternidade Acreana*, que também atuou na educação de Cruzeiro do Sul, ganhando, inclusive, premiação por suas ações contra o analfabetismo da região.

Para finalizar, é importante mencionar que não coube a esta pesquisa analisar a veracidade dos fatos ou mesmo explicar as razões pelas quais o jornal mudou sua postura perante a representação da cidade ou da educação acreana. O objetivo principal foi explicar como ele as retratou ao longo do período de 1910 a 1920. A percepção da variação do seu discurso e de sua representação no decorrer do tempo foi uma consequência do

aprofundamento da análise, uma vez que as mudanças políticas foram tomando uma proporção significativa na conduta e no discurso do jornal. Nesse sentido, importa dizer que a pesquisa cumpriu seu objetivo inicial.

O jornal *Folha do Acre*, portanto, posiciona-se como um elemento fundamental nesta pesquisa não apenas por ser a fonte principal de análise, mas por se tratar de um periódico que documentou importantes acontecimentos da história e da educação acriana, a partir da perspectiva de uma classe que, ideologicamente e politicamente, se opôs à administração do Governo Federal desde a anexação do Território ao Brasil. É possível encontrar nas páginas do jornal, portanto, uma perspectiva sobre as cidades e educação acreanas a partir de um pequeno recorte do movimento que lutava em favor da autonomia política e econômica do Acre.

## REFERÊNCIAS

- SÃO PAULO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**, 1917. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100247>. Acesso em: 12 out. 2018.
- ASSMAR, Olinda Baptista (org.). **Editoriais dos jornais de Rio Branco, séc. XX: antologia**. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, v. 2, 2008.
- ASSMAR, Olinda Baptista, BONIFÁCIO, M. I. e LIMA, G. M.. **O imaginário social: estudo dos editoriais nos jornais de Rio Branco, séc. XX**. João Pessoa: Ideia, v. 2, 2007.
- AZEVEDO, Raul de. **O jornalismo de outrora no Amazonas – 1939: um ensaio de curiosidades**. Somanlu, n. 1, jan/jun, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/326/200>. Acesso em: 15 fev. 2018.
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo: Cortez, 2013.
- BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia – as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização**. 1 ed. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012. Disponível em: <http://www.premiocnh.com.br/livros/livro2012.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº. 14.383, de 01 de outubro de 1920 - Reorganiza a administração e consolida as disposições sobre a justiça no Território do Acre**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14383-1-outubro-1920-505535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 mar. 2018.
- CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Secretaria de Educação e Cultura (SEE) do estado do Acre, 1985.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 1988.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lúcia. **O Bravo matutino**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.
- CARVALHO, Marta Chagas de. **A Escola e a República e Outros Ensaio**s. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990. Disponível em: <https://lehmae.files.wordpress.com/2013/04/scan0109.pdf> . Acesso em: 22 fev. 2018.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo: Estudos Avançados, v. 5, n. 11. jan./abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- COMMERCIO DO AMAZONAS. 222. ed. Manaus: n. 30, 1898.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. 2 ed. Brasília: Editora Nacional, 1973.

DANTAS, Andréa Maria Lopes. As falas do novo: a imprensa e a organização da educação do Território do Acre (1930-1946). In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação Escolar em Perspectiva Histórica**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, v. 1, 2004. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/286.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <https://lehmae.files.wordpress.com/2013/04/scan0117.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. Porto Alegre: Cadernos de Pesquisa, n. 114, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/pensarcomveyne/arquivos/FOUCAULT.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2018.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

GINELLI, Giovanna. **História da educação do Acre – livro 1: período departamental (1904-1920)**. Rio Branco, SEE do Acre, 2008.

KLEIN, Daniel da Silva. **A borracha no Acre: economia, política e representações (1904-1945)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30102013-120732/pt-br.php>. Acesso em: 27 jan. 2018.

KLEIN, Daniel da Silva. **A crise da borracha no Acre: a cadeia de aviação em questão entre o Pará e o Acre no início do Século XX**. História, histórias. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/viewFile/12177/9380>. Acesso em: 26 set. 2018.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1989, p. 56-57.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006.

MENDES, Maria Alzenir Alves Rabelo. Do Acre boliviano ao Acre brasileiro. In: Site Usina de Letras. **Do Acre boliviano ao Acre brasileiro – o percurso das crônicas (parte 2)**. Rio Branco, 2010. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=11271&cat=Ensaios&vinda=S>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MORAIS, Maria de Jesus. **O processo de urbanização no estado do Acre – Brasil**. Rio Branco, 2001. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/56.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: Editora da UFAC (EDUFAC), 2008.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. **Tratado de Ayacucho de 1867**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, 1990, p. 15-16. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1990\\_v52\\_n4.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf). Acesso em: 09 fev. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE. **Zoneamento ecológico-econômico do estado do Acre**. Rio Branco, 2010. Disponível em: [http://www.agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/downloads\\_zee\\_resumo\\_educativo.pdf](http://www.agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2011/10/downloads_zee_resumo_educativo.pdf). Acesso em: 04 jan. 2018.

SITE BLOG DO ALTINO MACHADO. **Acre velho**. Disponível em: <http://www.altinomachado.com.br/2013/04/acre-velho.html>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SITE CEPED DA UFSC. **1583/2012: Histórico de secas no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/historico-de-secas-no-nordeste-do-brasil/>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SITE FORTALEZA EM FOTOS. **Os soldados da borracha**. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/10/os-soldados-da-borracha.html>. Acesso em: 21 jan. 2018.

SITE G1 ACRE. **Livro que conta história dos soldados da borracha tem autor acreano**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/livro-que-conta-historia-dos-soldados-da-borracha-tem-autor-acreano.html>. Acesso em: 11 fev. 2018.

SITE TIPOGRÁFICOS.COM. **Os jornais no Brasil**. Disponível em: <http://tipograficos.net/jornais/jornais-brasil.html>. Acesso em: 12 fev. 2018.



SITE WIKIWAND.COM. **Renascimento nórdico.** Disponível em: [http://www.wikiwand.com/pt/Renascimento\\_n%C3%B3rdico](http://www.wikiwand.com/pt/Renascimento_n%C3%B3rdico). Acesso em: 20 fev. 2018.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas e nova abordagem.** Rio Branco: MM Paim, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da Civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. **O Legado Educacional do Século XIX.** Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1988.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre.** Brasília: Senado Federal, v. 1, 2001.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araujo; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. A imprensa e o ensino de história. In: Anais dos Fóruns Contemporâneos de Ensino de História no Brasil. **Encontro Perspectivas do Ensino de História.** São Paulo: Faculdade de Educação da USP (FEUSP), 1988. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/issue/view/203>. Acesso em: 29 dez. 2017.